

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SEVERINE CARMEM MACEDO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E JOVENS RURAIS:
UM ESTUDO SOBRE DEMANDAS EDUCACIONAIS NAS
CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
JUVENTUDE**

**RIO DE JANEIRO
2019**

SEVERINE CARMEM MACEDO

EDUCAÇÃO DO CAMPO E JOVENS RURAIS.
UM ESTUDO SOBRE DEMANDAS EDUCACIONAIS NAS
CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
JUVENTUDE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Eliane Andrade Ribeiro
Co-Orientadora: Prof. Regina Reyes Novaes

RIO DE JANEIRO
2019

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

M141 Macedo , Severine Carmem
Educação do Campo e jovens rurais: um estudo sobre demandas educacionais nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude / Severine Carmem Macedo . -- Rio de Janeiro, 2019. 162 f.

Orientadora: Eliane Ribeiro Andrade.
Coorientadora: Regina Reyes Novaes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. juventude rural . 2. sujeitos de direitos. 3. educação do campo. 4. demandas educacionais. 5. conferências nacionais de juventude. I. Andrade, Eliane Ribeiro , orient. II. Novaes, Regina Reyes, coorient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Severine Carmem Macedo

“Educação do campo e jovens rurais. Um estudo sobre demandas educacionais nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude.”

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 21/02/2019

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Ribeiro Andrade
(orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Elisa Guaraná de Castro
(avaliadora externa)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Novaes
(avaliadora interna)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, referência de vida, fonte cotidiana de inspiração e resistência e as juventudes rurais que contribuíram para trilhar um caminho de direitos e conquistas, do qual sou fruto.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial minha mãe dona Nena, meus irmãos Claudionor, Angela, Tiago, Izabel, meus sobrinhos, Esmael, Angelina, Sofia e Francisco, por serem minha fortaleza, me apoiarem desde sempre e entenderem minhas ausências presentes e as presenças ausentes.

Aos movimentos sociais do campo, em especial a FETRAF/Sul/CUT, movimento no qual atuei, aprendi, contribui e que proporcionou por meio da aposta da educação, com que algumas dezenas de jovens tivessem acesso a graduação, inclusive eu, por meio de convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS.

A todos que contribuíram para que a Política Nacional de Juventude e as Conferências Nacionais de Juventude se tornasse realidade.

Ao Zeca e Luizinho, pelo teto, pela acolhida, pela generosidade, pelo amor e pelas madrugadas de conversas infundáveis que tanto me ajudaram a não perder o prumo.

À Célia Watanabe, Luiza Dulci, Michela Calaça, Ana Teresa, Morgana Eneile, Eduardo Bahia e Marcelo Rauber pelas dicas valiosas e pelo companheirismo. Ao Marcelo e Everton, pelo lar compartilhado com afeto, pelo cuidado e parceria.

Aos meus amigos e amigas, muitos dos quais deixei de ver e conviver neste período dedicado ao mestrado. Ao Bruno, meu amor, pelo apoio, parceria e compreensão das ausências, por aguentar a pressão do meu nervosismo e por lembrar “que no final tudo dá certo”.

As minhas colegas de trabalho, em especial, Graça, Marília, Luíza e Patrícia, por contribuírem para a conciliação trabalho e estudo na reta final do mestrado.

Aos colegas do mestrado. Aos professores do PPGEDu, em especial a Diógenes, Mônica, Fernanda, Luiz Carlos, Miguel pelo aprendizado constante.

À Elisa Guaraná pelo apoio, dicas, aprendizados e companheirismo desde a época de movimento social.

E um agradecimento mais que especial as minhas orientadoras, Eliane Ribeiro e Regina Novaes, pela pelo compromisso com a educação, com a juventude e com o país, pela paciência parceria que vem de longa data, por acreditarem em mim até quando eu mesma duvidava, pelas aulas tidas em cada orientação, por serem fonte constante de inspiração e por sempre lembrarem que há caminho pela frente. Ser orientanda de vocês foi uma honra e um privilégio.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender as demandas educacionais da juventude rural formuladas nas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJs), ocorridas nos anos 2008, 2011 e 2015. Para entender o contexto da formulação dessas demandas, esta dissertação utilizou literatura que trata da categoria juventude e juventude rural, considerando aspectos relacionados à construção das políticas de juventude no Brasil, o histórico, a conceituação, os sentidos atribuídos à Educação do Campo, e os seus desafios nos dias atuais. Em seguida, em diálogo com a Pesquisa Agenda Juventude Brasil, o 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas e o Estatuto da Juventude, este estudo apresentou os resultados de um exame detalhado das 21 resoluções sobre juventude rural e educação, mapeados nas Conferências Nacionais de Juventude. As 21 demandas foram classificadas partindo da perspectiva de análise: distribuição, reconhecimento e participação. Os conteúdos mais recorrentes, por ordem de prioridades, foram a intersectorialidade da educação com outras políticas públicas, o acesso e ampliação da escolarização, a infraestrutura educacional, a legislação e os aspectos operacionais das políticas educacionais, a formação do corpo docente, financiamento, currículo e gestão democrática. À guisa de conclusão, em diálogo com o Estatuto da Juventude e as percepções captadas na Pesquisa Agenda Juventude Brasil, apresentaram-se as conquistas e os avanços na efetivação das demandas educacionais da juventude rural, além das ambiguidades, dos obstáculos e dos desafios encontrados no decorrer desse processo.

Palavras chaves: juventude rural; sujeitos de direitos; educação do campo; demandas educacionais; conferências nacionais de juventude.

ABSTRACT

The objective of this study was to comprehend the educational demands of the rural youth formulated in three National Youth Policy Conferences (CNPPJs), which occurred in 2008, 2011 and 2015. To understand the context of the formulation of these demands, this dissertation used literature about youth and rural youth, considering aspects related to the construction of youth policies in Brazil, the history, the conceptualization, the meanings attributed to Rural Education, and its challenges in the present. Then, in dialogue with the Youth Agenda Research Brazil, the first National Seminar of Rural Youth and Public Policies and the Youth Statute, this study presented the results of a detailed exam of the 21 resolutions about rural youth and education, mapped in the National Youth Conferences. The 21 demands were classified starting from the perspective of analysis: distribution, recognition and participation. The more recurring content, by order of priority, were the intersectoriality of education with other public policies, the access and expansion of schooling, the educational infrastructure, the legislation and the operational aspects of the educational policies, the formation of the faculty, financing, curriculum and democratic management. As a conclusion, in dialogue with the Youth Statute and the perceptions captured in the Youth Agenda Research Brazil, the achievements and advances in the fulfillment of educational demands of the rural youth were presented, despite the ambiguities, obstacles and challenges faced along this process.

Keywords: rural youth; subjects' rights; rural education; educational demands; national youth conferences.

Ocupemos o latifúndio do conhecimento como mais uma das terras, como mais um dos territórios negados. A escola, a universidade e os cursos de formação de professores do campo, indígenas, quilombolas são mais outros territórios de luta e de ocupação por direitos (Caldart, Alentejano & Frigoto).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Percentual da população jovem do país que desenvolve ou não algum tipo de trabalho remunerado. Fonte: Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014)	33
FIGURA 2 –	Percentual da população jovem do país que estuda e/ou trabalha, e de jovens que não desenvolvem essas atividades. Fonte: PNDA (2013) e IBGE/SIS (2014)	33
FIGURA 3 –	Percentual da percepção do jovem quanto a sua fase de vida. Fonte: Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014)	34
FIGURA 4 –	Resposta de jovens para a pergunta “em que fase da vida uma pessoa deixa de ser jovem”, realizada em estudo desenvolvido por Ribeiro et al. (2018). Fonte: Agenda juventude Brasil (SNJ, 2014)	35
FIGURA 5 –	Mapa do Brasil Rural ampliado. Fonte: IBGE (2010)	57
FIGURA 6 –	Classes de regiões e dimensionamento da população residente no meio rural. Fonte: IBGE (2010)	58
FIGURA 7 –	Demandas educacionais de jovens rurais nas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude.....	61
FIGURA 8 –	<i>Ranking</i> dos temas recorrentes nas demandas de distribuição, reconhecimento e participação nas três Conferências Nacionais de Juventude	80
FIGURA 9 –	<i>Ranking</i> das demandas identificadas nas três Conferências Nacionais de Juventude	81
FIGURA 10 –	Categorização das demandas educacionais identificadas na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2008	84
FIGURA 11 –	Subcategorização dos temas recorrentes nas demandas educacionais identificadas na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2008	85
FIGURA 12 –	Categorização das demandas educacionais identificadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2011	89
FIGURA 13 –	Subcategorização dos temas recorrentes nas demandas educacionais identificadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2011	90
FIGURA 14 –	Categorização das demandas educacionais identificadas na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2015	99
FIGURA 15 –	Subcategorização dos temas recorrentes nas demandas educacionais identificadas na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ocorrida no ano de 2015	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Resultado de estudo realizado pela Agenda Juventude Brasil sobre a escolarização de jovens rurais	61
TABELA 2 –	Questões positivas observados por jovens residentes em meio urbano e rural	93
TABELA 3 –	Ações de governo para melhorar a educação	94
TABELA 4 –	Proposições para melhorar a educação para a juventude	95
TABELA 5 –	Infraestrutura das escolas públicas de acordo com Censo Escolar da educação Básica, realizado em 2017	96

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A –	Resumo da Resolução da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – “Levante sua bandeira”, ocorrida no ano de 2008, com categorização e subcategorização das demandas	142
ANEXO B –	Resumo da Resolução da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – “Conquistar Direitos, desenvolver o Brasil”, ocorrida no ano de 2011, com categorização e subcategorização das demandas	143
ANEXO C –	Resumo da Resolução da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – “As várias formas de transformar o Brasil”, ocorrida no ano de 2015, com categorização e subcategorização das demandas	146
ANEXO D –	Mapeamento integral das Resoluções sobre juventude rural, educação e Educação do Campo aprovadas nas Conferências Nacionais de Juventude	149
ANEXO E –	Mapeamento das demandas sobre educação proposta do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARCAFAR: Associação Regional das Escolas Famílias Agrícolas.

CEFFAS: Centros de Familiares de Formação por alternância.

CNE: Conselho Nacional de Educação.

CEB: Comissão de Educação Básica.

CFR: Casas Familiares Rurais.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude.

CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CNPPJ: Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

DOEBEC: Diretrizes Operacionais da Educação Básica no Campo.

ECA: Estatuto da Criança e Adolescente.

EFA: Escola Família Agrícola.

ECOR: Escolas Comunitárias Rurais.

FETRAF/CUT: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, ligada a Central Única dos Trabalhadores.

ENERA: Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária

FIES: Programa de Financiamento Estudantil.

FONEC: Fórum Nacional de Educação do Campo.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio.

FUNDEB: Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IPEA: Instituto Pesquisa Econômica Aplicada.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IF's: Institutos Federais.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEPES: Movimento de Educação Promocional do ES.

MEC: Ministério da Educação.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

ONGS: Organizações não Governamentais.

PJR: Pastoral da Juventude Rural.

PNJ: Política Nacional de Juventude.

PPJ: Políticas Públicas de Juventude.

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola.

PNDL: Programa Nacional do Livro Didático.

PAJUR: Programa Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural.

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.

PCTs: Povos e Comunidades Tradicionais.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROJOVEM: Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROCAMPO: Programa de Apoio a Licenciatura em Educação do Campo.

PRONACAMPO: Programa articulado para implementação de um conjunto de programas para Educação do Campo.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROUNI: Programa Universidade Para Todos.

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

SNPPJR: Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude Rural.

SNJ: Secretaria Nacional de Juventude.

SINAJUVE: Sistema Nacional de Juventude.

SECAD: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SECADI: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEPPIR: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena.

SEAD: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

UNEFAB: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	16
3 CAPÍTULO 1 – JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ATOR RURAL	23
3.1 Concepções sobre juventude e aspectos teóricos	23
3.1.1 Juventude brasileira, diversidade e desigualdades	30
3.1.2 Participação no contexto da Política Nacional de Juventude	37
3.2 Juventude rural, juventude do campo e da agricultura familiar: a construção de um novo ator social	44
4 CAPÍTULO 2 – O RURAL BRASILEIRO: REALIDADES, TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	53
4.1 O contexto do meio rural brasileiro e os impactos na educação	53
4.2 Os sentidos e as trajetórias da Educação do Campo no contexto da educação brasileira	59
4.3 Políticas e programas para a Educação do Campo executados em âmbito federal no ciclo estudado	67
4.3.1 Programas no âmbito do Ministério da Educação (MEC)	67
4.3.2 Programas executados no ciclo estudado no âmbito da Secretaria nacional de Juventude	68
4.3.3 Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	69
4.3.4 Pedagogia da Alternância. Escolas Família Agrícolas e Centros de Formação por alternância – CEFAS	71
5 CAPÍTULO 3 – AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: CONEXÕES ENTRE AS VELHAS E NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS	74
5.1 Demandas educacionais dos jovens rurais na primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - CNPPJ (2008)	82
5.2 Demandas educacionais dos jovens rurais na segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - CNPPJ (2011)	87

5.3 Demandas educacionais dos jovens rurais na terceira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - CNPPJ (2015)	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
6.1 As demandas educacionais expressas nas CNPPJs podem ser lidas como um esforço para afirmar a categoria “jovens rurais” (identidade) e, ao mesmo tempo, reconhecer sua diferenciação interna (diversidade)	107
6.2 As Resoluções das conferências expressam um movimento progressivo de reconhecimento da diversidade, identidade de gênero e orientação sexual no âmbito das “juventudes rurais”	111
6.3 A participação social pode ser vista como incentivo e/ou como resultado de ampliação de trajetórias escolares?	114
6.4 os temas, os programas, as legislações: possibilidades e limites para a educação do campo	116
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXOS	142

1 INTRODUÇÃO

Apesar de a juventude rural representar 27% da população rural, conforme Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até pouco tempo esse segmento era invisível no âmbito das políticas públicas e do ponto de vista da produção acadêmica. No entanto, hoje se constitui de objeto de estudo no campo acadêmico, sendo percebida na sociedade brasileira como categoria social, apesar de ainda ser pouco reconhecida como categoria política (CASTRO, 2009).

Em que pese o crescimento dos estudos sobre o tema, no dia a dia a juventude rural enfrenta diversos desafios. A sociedade patriarcal fortemente enraizada no rural relega o papel dos jovens na unidade produtiva, em especial das jovens mulheres, ainda pouco consideradas na linha de sucessão. Aliado a isso, essas jovens na maioria dos casos são vistas como meras ajudantes, tendo pouco ou quase nenhum espaço nas decisões da produção familiar¹.

Além do pequeno papel social atribuído aos jovens rurais dentro das próprias famílias e comunidades, as dificuldades no acesso à terra, à renda, à educação, às políticas, aos programas e serviços que ampliem a qualidade de vida são fatores decisivos para a condição de permanência ou não no seu local de origem, sem que isso signifique um peso ou uma falta de opção.

Considerando a realidade mencionada, vale destacar que o processo de organização dos jovens rurais no seio das organizações e movimentos sociais e sindicais do campo cresce em conjunto com as demandas por políticas públicas e políticas agrícolas, além da necessidade de um lugar de destaque nas singularidades juvenis dentro das próprias organizações. Tais concepções começam a emergir no final dos anos 1990, e ganham força a partir dos anos 2000, quando o tema aparece com mais força na agenda pública e na produção acadêmica.

Ao avançar nos estudos sobre movimentos sociais e sobre a juventude rural como ator político, Castro (2009) destaca que a “juventude rural” se tornou uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam nos movimentos sociais no campo. A autora realiza um levantamento sobre os principais eventos que potencializaram essa organização e afirma que, a partir do ano 2000, ocorreu

¹ Ver Abramovay et al. (1998) e Brumer et al. (2008).

movimentação que aciona a categoria juventude, considerando os Eventos organizados por Movimentos Sociais Rurais:

Ano 2000 I Congresso Nacional da Juventude Rural (PJR,MST); anos 2002 e 2006 MST I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade (MST); Ano de 2003 I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul); Ano de 2006 II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul); ano de 2006 Seminário Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil (CONTAG); ano de 2006 II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (PJR). Nos principais movimentos sociais rurais brasileiros observamos processos organizativos, como na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e na Via Campesina Brasil. Essas organizações são fruto de mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm ocorrendo nos últimos anos. Os resultados revelaram um cenário complexo de construções identitárias. Observamos a associação formal bastante expressiva de jovens ao movimento sindical, e a outros movimentos sociais, inclusive em instâncias de direção. Uma percepção importante é a intensa participação de jovens mulheres em cargos de direção e de coordenação das organizações nacionais de juventude (CASTRO, 2008, p. 7).

Não por acaso, o fortalecimento da “juventude rural” enquanto sujeito foi se dando concomitante ao fortalecimento das Políticas Públicas de Juventude no país. Por isso, a pesquisa em questão teve o objetivo de possibilitar a compreensão do conjunto de demandas da juventude rural, organizada como sujeitos de direitos, enfocando particularmente as que remetem à educação, em especial a educação do campo nos espaços institucionalizados de participação social. Os sujeitos desta pesquisa são, portanto, jovens rurais que se apresentam no espaço público como demandantes de políticas públicas educacionais e de educação do campo.

2 METODOLOGIA

Como recorte empírico e metodológico de investigação, realizou-se a identificação e análise das demandas relacionadas à educação apresentadas em espaços institucionalizados de participação e formulação de Políticas Públicas de Juventude, com enfoque na primeira, segunda e terceira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ). Em relação a essas três Conferências, foram utilizados neste estudo relatórios, resoluções, moções e pesquisas sobre o perfil dos participantes, além de fotos.

Os Eventos da CNPPJ retratam um processo que envolveu milhares de jovens no âmbito das Políticas Públicas. Segundo os relatórios das Conferências, as etapas preparatórias das três edições mobilizaram em torno de um milhão e quinhentos mil jovens, e as etapas nacionais que ocorreram nos anos 2008, 2011 e 2015 contaram com, aproximadamente, três mil participantes em cada uma das etapas.

Em 2008, com o lema “Levante Sua Bandeira”, a primeira CNPPJ apontou 22 prioridades e 77 resoluções. Em 2011, com o lema “Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil”, a segunda Conferência Nacional, produziu 26 resoluções sobre as políticas públicas de juventude e um documento intitulado “Para Desenvolver o Brasil”, com proposições gerais sobre juventude, políticas públicas e o desenvolvimento nacional. Em 2015, com o lema “As várias formas de mudar o Brasil”, a terceira Conferência realizada apresentou 99 resoluções.

Nesse conjunto de prioridades e resoluções, no presente estudo serão identificadas aquelas que envolvem jovens rurais e educação no campo. Para a análise do material coletado, foram considerados os resultados da Pesquisa Nacional Agenda Juventude Brasil², descrita por Venturi e Riscal (2015):

A pesquisa realizada em 2013 é representativa da população na faixa etária de 15 a 29 anos, residente em todo o território brasileiro. A amostra foi constituída de 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados segundo sua localização geográfica, bem como a natureza do município (capital, região metropolitana ou interior), situação da localidade (áreas urbanas e rurais) e tamanho da população (divididos em municípios pequenos, médios e grandes, segundo tercis da população, de acordo com os dados do IBGE - PNAD 2011) (VENTURI e RISCAL, 2015, p. 309).

²A Pesquisa foi realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, por meio do Observatório Participativo da Juventude (Participatório), desenvolvida pela equipe da SNJ e por um conjunto de consultorias.

No presente estudo, também serão utilizadas as formulações dos participantes no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas (SNPPJR), registrados no documento final do evento³ e no Filme Pé no Formigueiro, de Beto Novaes.

O SNPPJR foi realizado no ano de 2012, sendo promovido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Teve o objetivo de ser espaço de elaboração de um conjunto de proposições sobre políticas públicas, de avaliação da Política Nacional de Juventude (PNJ) e dos programas e ações realizadas pela SNJ e MDA, além de reorganizar as agendas da juventude rural com órgãos do governo federal. O evento contou com mais de 200 pessoas, tendo a presença de cerca de 40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena; além de mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas e indígenas de todas as regiões do Brasil (MENEZES et al., 2014).

Importante salientar que os eventos mencionados aconteceram como estratégia para o desenvolvimento e fortalecimento da PNJ e das especificidades da juventude rural no âmbito desta política, aliado ao crescimento da pauta da Educação do Campo. Ambos processos estão intimamente ligados às lutas dos movimentos sociais que, desde a sua constituição, carregam consigo a força da participação social.

Ao analisar as políticas de juventude com foco nos jovens rurais, Barcellos e Mansan (2014) destacam que o tema cresce conjuntamente por parte da sociedade, dos movimentos e do governo:

A juventude rural no Brasil recentemente passa a ser referenciada inclusive por ser um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais. Torna-se necessário contextualizar, mesmo que brevemente, como o debate da juventude rural se torna um tema de interesse mais tácito por parte da sociedade, no âmbito do Estado, das organizações e dos movimentos sociais. Esse processo político de constituição das políticas públicas para a juventude rural ocorreu junto a intensas articulações, disputas e mobilizações políticas principalmente em 2003 e 2004, no âmbito do Governo Federal. Isso pode ser observado na criação de estruturas administrativas específicas aos jovens rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003, como a Assessoria de Juventude no MDA, políticas públicas como Nossa Primeira Terra – PNCF e programas como o

³ O relatório citado faz parte do livro “Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil”, coordenado e publicado pela SNJ e organizado por Menezes et al. (2014).

Pronaf Jovem. Essas iniciativas prospectam marco institucional diferenciado no âmbito das relações de negociação e disputa política no âmbito do Estado no Brasil (BARCELLOS e MANSAN, 2014, p. 201).

No âmbito do governo federal, o processo citado por Barcellos e Mansan (2014) se dá no marco da ascensão do tema juventude e políticas públicas no parlamento brasileiro, e de um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada. Estes fatos apontam o crescimento da pauta da juventude rural, que se dá em concomitância com o crescimento da pauta da juventude e políticas públicas no Brasil. Este tema será aprofundado no capítulo 1.

É importante salientar que, em grande medida, meu histórico de militância política e a atuação na gestão pública tem relação direta com o tema desta pesquisa, que hoje desenvolvo em quanto mestranda da Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). Participei ativamente dos processos constituintes da Política Nacional de Juventude (PNJ), seja como demandante, seja como gestora. Como demandante, atuei no movimento sindical da agricultura familiar, em especial no período de 1999 a 2008, no qual fui Coordenadora de Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC), na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT), e da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT). Na condição de representante da juventude rural sindicalizada integrei o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) de 2005 a 2009. Minha trajetória, ainda, me colocou na condição de execução das políticas públicas de juventude, como gestora no âmbito do governo federal. Entre os anos de 2011 e 2014, assumi a Secretaria Nacional de Juventude (ligada à Secretaria Geral da Presidência da República), participando de processos, de formulações e de reivindicações, momento no qual vivenciei de perto os potenciais e limites de alguns dos processos das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) no Brasil.

Certamente, esse envolvimento precisa ser explicitado e problematizado, no sentido de refletir sobre suas possíveis implicações na pesquisa em questão. Neste momento, busco analisar os processos e as demandas dos jovens rurais por meio da pesquisa acadêmica, o que remete um esforço no sentido de buscar analisá-los e entendê-los com outras lentes.

Como menciona Löwy (2000), as visões sociais de mundo, as ideologias e as utopias das classes sociais conformam de maneira decisiva - direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente o processo de conhecimento da sociedade, constituindo, assim, o problema de sua objetividade em termos radicalmente distintos dos termos das ciências da natureza. Prossegue o mesmo autor:

A realidade social, como toda realidade, é infinita. Toda ciência implica opção. Como o reconhecia Max Weber, esta opção é nas ciências sociais e históricas ligada a certos valores, pontos de vista preliminares e pressuposições axiológicas, que determinam, em ampla medida, as questões que se colocam em relação à realidade social, à problemática da pesquisa. Entretanto, como procuramos demonstrar, as visões sociais de mundo e os valores (que fazem parte dela) intervêm também na análise empírica da causalidade, na determinação científica dos fatos e de suas conexões, assim como na última etapa da pesquisa: a interpretação geral e a construção das teorias. Em outras palavras: é o conjunto do processo de conhecimento científico-social desde a formulação das hipóteses até a conclusão teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos, que é atravessado, impregnado, "colorido" por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo (LÖWY, 2000, p. 205).

Portanto, cabe a todos os pesquisadores, mesmo não tendo relação direta com os temas a serem analisados no presente estudo, estarem abertos para as dúvidas e questionamentos nesse sentido; e ter olhos atentos para sair do senso comum ou das percepções simplistas exclusivamente das vivências presenciadas ou das leituras de antemão construídas.

Estar aberto para ver além, questionar, construir novas perguntas que podem levar a novos problemas precisa fazer parte do processo contínuo da pesquisa e do pesquisar, pois todos trazemos marcas de contextos, visões e valores de mundo. Negar isso é romantizar o ideal da pesquisa, como se ela fosse neutra.

Löwy (2000), referindo-se a Pierre Bourdieu, afirma que as chances de contribuir na produção da verdade dependem de dois fatores principais: "o interesse que se tem em saber e em fazer saber a verdade (ou inversamente, em ocultá-la ou ocultá-la de si) e a capacidade que se tem de produzi-la". Dessa forma, para além de uma possível relação pessoal de distanciamento ou proximidade do tema, existe um conjunto de fatores que pode influenciar a visão ou percepção acerca de um objeto

de análise que precisam ser observados. Neste sentido, Bourdieu e Chartier (2012) chamam atenção para alguns fatores importantes:

Superar esta tensão ou esta contradição, por sugerir que para cada objeto de análise, devemos pensar ao mesmo tempo no espaço, no campo de coerção, de coações, de interdependências que não são percebidas pelos indivíduos, e, ao mesmo tempo, localizar dentro dessa rede de coações um espaço para o que chamava "sentido prático", ou estratégia, ou ajuste às situações – e que, inclusive, para indivíduos que tem as mesmas determinações sociais, não funciona de uma maneira homogênea (BOURDIEU e CHARTIER, 2012, p. 100).

Por isso, acredito não ser necessariamente uma desvantagem a relação desta pesquisadora com o tema, na medida em que tomando esses cuidados e de ter acompanhado boa parte do histórico da PNJ, foi possível o acesso a todos os documentos e produção a respeito, tornando este estudo baseado em vasta bibliografia e pesquisa documental. Nesse sentido, o capital simbólico e as condições de possibilidade acumulados nas minhas múltiplas inserções pode ser lido agora como ferramenta para esta pesquisa, corroborando com a abordagem bourdiana:

Bourdieu diz que recordar a dimensão social das estratégias científicas não é reduzir essas demonstrações científicas unicamente a exibições retóricas. Dizer que o capital simbólico desempenha um papel de ferramenta e de aposta dentro das competições científicas não é fazer busca do lucro simbólico ou o fim da razão de ser exclusiva das condutas científicas. E para Bourdieu, ao seu modo [...] havia a necessidade de pensarmos juntos o elemento de inscrição de cada produção do saber dentro de condições de possibilidade dentro de competições econômicas ou simbólicas, ao invés de abandonarmos a ideia de que havia critérios dentro deste processo, que permitiam, num momento dado, validar ou não, autenticar ou não, comprovar ou não tal ou tal produção do saber [...] Bourdieu define muito claramente: não há contradição entre descobrir, analisar as condições de possibilidade de produção de saber e considerar que este saber pode ou não ser comprovado numa epistemologia particular em um tempo e um lugar (CHARTIER. 2012, p. 99).

Dialogando com estes autores, longe de querer construir verdades, na perspectiva bourdiana, trata-se de jogar luz sobre questões que, ainda, precisam ser estudadas. Este parece ser o melhor caminho para ampliar a visibilidade e a reflexão

das demandas e das políticas construídas pela juventude rural e pela educação do campo, o que corrobora com as ideias de Bourdieu:

De facto, a ajuda mais decisiva, que a experiência permite que se dê ao investigador principiante, é a que consiste em incitá-lo a ter em consideração, na definição do seu projecto, as condições reais de realização, que dizer, os meios sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe (em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc. Muitas vezes, é só ao cabo de um verdadeiro trabalho de sócio análise que se pode realizar o casamento ideal de um investigador e do seu “objeto”, por meio de toda uma série de fases de sobre investimento e de desinvestimento” (BOURDIEU, 2000, p.50).

Por esses caminhos, partindo de um esforço de objetivação, inspirada nas reflexões de Bourdieu na definição do meu projeto, busquei ter em consideração “as condições reais de realização”, quer dizer, os meios (sobretudo em tempo e em competências específicas) que disponho (em especial, a natureza de minha experiência social e a formação que recebi), para apresentar os resultados de um exercício analítico de aproximação entre o pesquisador e o seu objeto.

Este trabalho está organizado em três capítulos, que se encontram apresentados a seguir:

- Capítulo 1 – Juventude e juventude rural: a construção de um novo ator social

Este capítulo aborda as concepções e aspectos teóricos sobre juventude e juventude rural. Para entender melhor o campo das políticas públicas e a construção em torno da categoria juventude e políticas públicas de juventude, buscou-se subsídios nas formulações sobre juventude e políticas públicas, bem como em estudos sobre novas ruralidades e os jovens rurais. Apresenta a situação dos jovens brasileiros e jovens do campo, cotejando informações captadas da Pesquisa Nacional Agenda Juventude Brasil, que são úteis por fornecer um quadro geral sobre os jovens que vivem no campo, além de apontar para a situação dos jovens rurais brasileiros.

- Capítulo 2 – O rural brasileiro: realidades, trajetórias da educação do campo e formulação de políticas públicas

O Capítulo 2 fornece informações da realidade educacional no meio rural, o histórico sobre a trajetória da educação do campo no contexto nacional, conceituação, os sentidos da educação do campo, e tem como principal pano de fundo leituras sobre o modelo de desenvolvimento e da atuação dos movimentos sociais do campo.

- Capítulo 3 – As Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude: conexões entre velhas e novas demandas educacionais

Este capítulo está ancorado em pesquisa documental referente às Conferências Nacionais de Juventude, em diálogo com os documentos do I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas, na Pesquisa Agenda Juventude Brasil e no Estatuto da Juventude. Como fontes complementares, o capítulo destaca aspectos da Política Nacional de Juventude (PNJ) implementada no período de 2005 a 2015.

3 CAPÍTULO 1

JUVENTUDE E JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ATOR SOCIAL

A seguir serão abordadas algumas das concepções e aspectos teóricos sobre juventude e juventude rural e a construção em torno da categoria juventude e políticas públicas de juventude no Brasil, além da apresentação de dados e informações que serão úteis para fornecer um quadro geral sobre os jovens que vivem no campo, apontando para a situação dos jovens rurais brasileiros.

3.1 Concepções sobre juventude e aspectos teóricos

Os sentidos atribuídos a juventude não são rígidos e se alteram ao longo da história. Bourdieu (1983), no texto “A Juventude é só uma palavra”, enfatiza que a fronteira entre a juventude e a velhice é objeto de disputas em todas as sociedades, e que somos sempre os velhos ou os jovens de alguém. O autor destaca que a juventude e a velhice não são dados, mas concepções construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos, e que as relações entre a idade social e a idade biológica são complexas.

As idades da vida estão relacionadas com o desenvolvimento biofísico das pessoas. Mas, ao mesmo tempo, as expectativas e os significados atribuídos a essas idades são resultado de diferenças culturais e processos históricos (SNJ, 2014). Considerando esses fatores, existe um leque de questões que precisam ser consideradas ao se tratar de juventude. Dentre os pesquisadores do tema, há consenso que a construção dessa categoria se deve pela construção social, que pode alterar dependendo do momento histórico, da geração, da classe ou do gênero, entre outras variáveis.

Margulis e Urresti (1996), ao estabelecer diálogo com Bourdieu em seus escritos “A Juventude é só uma palavra”, chamam atenção ao fato de perceber a

juventude numa multiplicidade de situações sociais que se desenvolve nesta etapa da vida:

La edad aparece en todas las sociedades como uno de los ejes ordenadores de actividad social. Edad y sexo son base de clasificaciónes sociales y estructuraciones de sentido. Sin embargo, es evidente que en nuestra sociedad los conceptos generalmente utilizados como clasificatorios de la edad son crecientemente ambiguos y difíciles de definir. Infancia, juventud o vejez son categorías imprecisas, con límites borrosos, lo que remite, en parte, al debilitamiento de viejos rituales de pasaje relacionados con lugares prescriptos en las instituciones tradicionales y, sobre todo, a la fuerte y progresiva heterogeneidad en el plano económico, social y cultural. Sin embargo, el concepto "juventud" parece ubicarnos en un marco clasificatorio preciso para en seguida confundirnos, incluirnos en la ambigüedad e imprecisión. O pero aun, hacer aparecer como "lo mismo" a una variedad intolerable. Es necesario, entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve; presentar los marcos sociales históricamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 1).

Portanto, as visões desses autores se complementam, na medida que reconhecem que a multiplicidade de questões se alia e complexifica a definição de juventude, apontando que estes vão além da classificação meramente biológica, dando ênfase a necessidade de reconhecer as distintas maneiras de ser e viver a juventude. A Pesquisa Juventude Brasil, aponta para a complexidade nas percepções dos próprios jovens sobre o que é ser jovem ou adulto, percepções estas que se estendem para os jovens rurais⁴.

As sociedades alteram as percepções sobre a juventude ao longo do tempo, e essas percepções são assimiladas pelos próprios sujeitos jovens. Mas, para além de como a sociedade percebe a juventude, Margulis e Urresti (1996) refletem como a juventude é constituída inegavelmente pelo fator etário, e como o modo de estar no mundo desses jovens constrói a ideia de gerações:

Consideramos que la juventud es una condición constituida por la cultura pero que tiene una base material vinculada con la edad. A esto le llamamos facticidad: un modo particular de estar en el mundo, de encontrarse arrojado en su temporalidad, de experimentar distancias y duraciones. La condición etaria no alude sólo a fenómenos de orden biológico vinculados con la edad: salud, energía, etc. También está referida a fenómenos culturales articulados

⁴ Ver Abramo (2015).

con La edad. De edad como categoría estadística o vinculada con La biología, pasamos a la edad procesada por la historia y la cultura: el tema de las generaciones (MARGULIS e URRESTI. 1996, p. 3).

Ao longo da História, a noção de juventude expressa diferentes sentidos. Dessa maneira, ao falar de crianças, jovens e idosos estamos falando sobre as diversas maneiras de estabelecer as relações entre gerações construídas por diferentes culturas e sociedades (SNJ, 2014). Analisar a juventude pelo viés das gerações é outra vertente comum nos estudos sobre o tema, e tem como sua principal matriz teórica os estudos de Karl Mannheim Weler, recuperando a definição que aponta a vivência de experiências comuns em um determinado período do tempo:

Não basta haver nascido em uma mesma época, ser jovem, adulto ou velho nesse período. O que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante (WELER. 2010, p. 212).

Ou seja, o conceito de geração remete ao momento histórico em que cada indivíduo se socializa. Cada geração incorpora novos códigos e sentidos ao capital cultural da sociedade em que está inserida. Pertencer a uma ou a outra geração significa acionar diferentes repertórios e dimensões da memória social (SNJ, 2014). Leon (2005), ao estudar a construção da categoria juventude, retoma as formulações de Abramo (2015) que indicam que a noção de juventude é variável:

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (LEON, 2005, p. 13).

Portanto, a definição de juventude varia dependendo da sociedade, do seu momento histórico e do imaginário social que ela remete, sendo os seus desdobramentos em ações ou políticas públicas bem diversos, mas ao mesmo tempo, remete a controvérsias e disputas no campo acadêmico. Ainda neste sentido, Leon (2005) destaca a importância para a análise da categoria das expressões culturais e da condição social dos sujeitos jovens:

A “condição juvenil”, como categoria sociológica e antropológica, está referida à estrutura social como aos valores e à cultura particular dos sujeitos jovens nos processos de transformações sociais contemporâneas (formativas, trabalhistas, econômicas, culturais). E a “situação social dos jovens” nos remete à análise territorial e temporal concreta, sendo como os diversos jovens vivem e experimentam sua condição de jovens, em um espaço e um tempo determinado (LEON, 2005, p. 07).

Na esteira do entendimento da multiplicidade de elementos que contribuíram para a definição da categoria sociológica juventude, Casal et al. (2005) trazem o conceito de transição e apontam para a necessidade de olhar para as questões que remetem ao marco conceitual, no qual as chaves centrais são a biografia, os itinerários, as trajetórias e as modalidades de transição. Tais concepções apontam para mudanças experimentadas nos modelos e processos de entrada na vida adulta por parte dos sujeitos jovens, o que leva a entender que a etapa de vida designada como juventude remete a uma etapa de transição (SNJ, 2014). Nesse sentido, Casal et al. (2005) destacam:

La juventud como tramo de biografía, que se inicia con la pubertad y que, en las sociedades de orden «neolocal», tiende a concluir em La emancipación familiar plena.

En la biografía, los jóvenes describen itinerarios y lo hacen con una articulación muy compleja de el ecciones racionales, determinismos contextuales y efectos de la estructura social y política.

En los itinerarios, hay una diversidad social que es explicada por su proximidad a la estructura social y las egmentación.

Los itinerários varían sustancialmente según historia, territorio y culturas (más que países, tipos de entornos socioeconómicos y culturales). Las trayectorias de los itinerarios y las posibilidades de incidir en ellas desde la acción de las instituciones y los agentes sociales en los estados y los territorios describen la parte más substantiva de las políticas de juventud propiamente dichas (CASAL et al., 2005, p.45).

Ainda sobre o debate de transição, Abramo (2005) aponta para a necessidade de abandonar a ideia de um padrão único de trajetória de transição para a vida adulta e de vivência da condição juvenil. Conforme a autora, essa abordagem aumenta a percepção da heterogeneidade das situações - e das desigualdades - que atravessam essa condição, por se alargar no seu conteúdo e comportar variadas dimensões, mas que nenhuma delas se imponha como exclusiva.

Os diversos olhares sobre a juventude, bem como o respectivo entendimento sobre suas características e o seu lugar na sociedade, pautam não só as formulações acadêmicas e a atuação dos movimentos e organizações sociais ou juvenis, mas também influenciam as políticas públicas implementadas para este setor. Krauskopf define algumas abordagens que foram se consolidando em relação a juventude, as quais foram recuperadas por Abramo (2005) e submetidas à quatro abordagens. A primeira abordagem foca na juventude como etapa preparatória, a segunda na juventude como etapa problemática, a terceira na juventude como segmento estratégico para o desenvolvimento, e a quarta abordagem é a juventude cidadã como sujeito de direitos.

Na primeira abordagem, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto (ABRAMO, 2005). No entanto, esse enfoque possui limitações, já que não ocorre a visualização dos jovens como sujeitos sociais do presente, pois o futuro cumpre a função de eixo ordenador de sua preparação:

Abad e Bango apontam que este enfoque foi predominante até os anos 50, na América Latina, quando, na verdade, as políticas atingiam efetivamente apenas alguns setores sociais, principalmente os das classes médias e altas; e ainda hoje orienta boa parte das políticas e ações dirigidas aos jovens, principalmente aquelas focadas na adolescência (ABRAMO, 2005, p.20).

Na segunda abordagem, a de juventude como etapa problemática, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento (ABRAMO, 2005). As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão:

Tal abordagem gera políticas de caráter compensatório, e com foco naqueles setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão (normalmente os grupos visados se encontram na juventude urbana popular). Os setores que mais desenvolveram ações sob tal paradigma são os da saúde e justiça – ou segurança social - (a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, DSTs e AIDS, envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico). Uma questão desta abordagem é que a partir destes problemas se constrói uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza. No Brasil, este foi o enfoque que praticamente dominou as ações dos anos 80 aos 90; foi uma das principais matrizes por onde o tema da juventude, principalmente a “emergente” juventude dos setores populares, voltou a ser problematizado pela opinião pública e que tencionou para a criação de ações tanto por parte do Estado como da sociedade civil. E ainda é predominante na fundamentação da necessidade de gerar ações dirigidas a jovens: quase todas as justificativas de programas e políticas para jovens, quaisquer que sejam elas, enfatizam o quanto tal ação pode incidir na diminuição do envolvimento dos jovens com a violência (ABRAMO, 2005, p. 21).

A terceira abordagem, apresenta o jovem como ator estratégico do desenvolvimento. Abramo (2005) destaca que a visão é orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens, atualizando as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais.

A análise parte da ideia do peso populacional dos jovens como um bônus demográfico ainda vigente e como argumento para justificar a inversão no resgate do capital humano juvenil. Nesse sentido, os jovens são vistos como forma de resolver os problemas de desenvolvimento, por exemplo, como os relativos a uma camada crescentes de idosos. [...] Esta concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Traz, assim, a possibilidade de incorporar os jovens em situação de exclusão não pela ótica do risco e da vulnerabilidade, mas numa perspectiva includente, centrada principalmente na incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, mas também na aposta da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades e sociedades, através do seu engajamento em projetos de ação social, voluntariado etc. No Brasil, este enfoque tem sido bastante difundido nos últimos anos, principalmente através de agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais que vêm apoiando ações para jovens; e tem se traduzido, na maior parte das vezes, como a postulação dos jovens como “protagonistas do desenvolvimento local” (ABRAMO, 2005, p.21).

Abramo (2005), indica que no Brasil também vigora uma quarta vertente, que de certo modo encontra, em algumas versões, conexão a esta anterior, centrada na participação em espaços de formulação e construção de agendas e pressão política:

Este enfoque, herdeiro da experiência histórica de gerações anteriores, sustentado por vários atores vinculados a partidos políticos e movimentos sociais, coloca a questão da participação no centro do papel designado aos jovens, e tem sido um elemento importante de pressão para a formulação das políticas de juventude; por outro lado, apresenta dificuldade na visualização das necessidades e direitos específicos dos jovens (ABRAMO, 2005, p.22).

Sobre a última abordagem, que aponta a juventude cidadã como sujeito de direitos, Abramo (2005) destaca que a juventude nessa perspectiva é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios:

Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 90, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. Muda os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente (ABRAMO, 2005, p. 24).

No entanto, a autora aponta que essas abordagens não são estanques, mas são coexistentes no campo da juventude. É preciso, portanto, considerar as mudanças do período histórico recente, além da extensão temporal do período juvenil, que o transforma numa etapa do ciclo de vida longa a ponto de comportar fases internas distintas, além de mudanças de conteúdo da condição juvenil. Reforçando essa ideia, Abramo (2005) salienta que:

Torna-se imprescindível levar em conta a complexidade da condição juvenil (as múltiplas dimensões que compõem sua vida), superando a tese de que há uma dimensão exclusiva ou suficiente. O que implica a dificuldade de eleger apenas um tema, uma diretriz, uma política ou um programa para os jovens, pois não há um único eixo que possa ser apontado como aquele que dá, centralmente, conta da questão da juventude (ABRAMO, 2005, p. 34).

Ainda para discutir o contexto da juventude no Brasil, Novaes (2017) chama atenção para a necessidade de procurar entender a juventude num contexto de geração e da condição juvenil (levar em conta o tempo de ser jovem), vivida num determinado tempo histórico, evitando simples comparações com o que era ser jovem ou as interpretações sobre a juventude em momentos históricos distintos.

No Brasil, é possível perceber no debate sobre juventude que estas visões demarcaram momentos específicos e se entrecruzaram ao longo dos anos. Nesse caso, tais abordagens não estão necessariamente sobrepostas, mas assumindo ênfase importante, em especial no âmbito das pesquisas, dos movimentos e organizações, e do próprio poder público. Como destaca Novaes (2017), falar em juventude é também falar em políticas públicas. Abramo (2005), também aponta para a necessidade de interligação desta categoria com as políticas públicas:

Todos os jovens do país cabem na categoria, e a todos eles têm que ser garantidos os direitos fundamentais referentes a essa condição. A diversidade de situações aponta para o fato de que a garantia desses direitos deve ser efetivada através de estruturas de apoio, serviços e programas que levem em conta essas diferenças, para poder atingir igualmente todos os jovens; ademais, devem implicar ações de correção das desigualdades, através de ações afirmativas de garantia do acesso aos direitos universais (ABRAMO, 2005, p. 35).

Essa ligação da construção da categoria juventude e sua relação com as políticas públicas será melhor trabalhada no decorrer do trabalho, mas como destacado pelas autoras acima, elas não se sobrepõem, pelo contrário, no histórico da política nacional de juventude se constituíram de maneira articulada. No subitem a seguir, será realizada uma análise aprofundada de alguns dados e informações sobre a juventude brasileira e as políticas públicas junto à atual condição juvenil.

3.1.1 Juventude brasileira, diversidade e desigualdades

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população jovem entre 15 e 29 anos é de 51.077.623, representando 1/4 da população

do país. O país viveu o chamado bônus demográfico e agora tem tendência a queda gradativa da taxa de fecundidade e de envelhecimento da população. Conforme o mesmo Instituto, esse número deverá começar a declinar a partir de 2025, chegando a menos de 35 milhões de jovens no ano de 2050. Esta geração de jovens é marcada pela diversidade e pelas desigualdades que marcam o Brasil como um todo, mas existem fatores que se sobrepõem e impactam mais os jovens do que os adultos, tais como a escolaridade, o mercado de trabalho e a violência.

Como aponta Ribeiro et al. (2018), pode-se afirmar, que nunca uma geração alcançou patamares tão elevados de escolarização, evidenciando avanços importantes na esfera educacional. No campo das políticas sociais, sem dúvida a educação se destacou no ciclo estudado, expandindo o acesso e a permanência, desde o ciclo básico até a universidade.

Dados comparados nos mostram importantes avanços nos processos de escolarização de jovens no país. Os dados de frequência escolar líquida mostram a diminuição das desigualdades nos últimos 10 anos, indicando que, mesmo políticas de limitada eficácia, como aquelas voltadas para a correção do fluxo escolar, têm conseguindo diminuir desigualdades antigas e arraigadas. Comparando o período 2001- 2011, pode-se perceber que a frequência escolar líquida cresce, para jovens de 15 a 17 anos, em todas as regiões do país, tendo tido aumento mais expressivo nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Quando tomamos os quintos de renda como referência, percebemos que a ampliação da taxa de frequência líquida foi, significativamente, mais expressiva nos três primeiros quintos de renda, exatamente os mais pobres (SOUZA et al., 2018, p. 131).

Para Souza et al. (2018), quando se recorta a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos por nível de ensino e pela cor/raça, marcador fundamental de desigualdade no Brasil, notamos avanços significativos no período 2001-2011:

Em 2001, a maioria dos estudantes negros (pretos ou pardos) dessa faixa etária (18-24 anos) cursava o ensino fundamental ou médio, estando o menor percentual no ensino superior. Em 2011, essa população encontra-se, predominantemente, no ensino médio e no superior, estando o menor percentual no ensino fundamental. Isso indica deslocamentos importantes de posições (SOUZA et al., 2018, p. 131).

Ao mesmo tempo que tivemos avanços significativos na educação, é possível perceber que a situação é menos animadora quando olhamos os dados de inserção no mercado de trabalho. Nesse caso, a gradativa melhoria dos indicadores educacionais não implicara, necessariamente, em maior e melhor inserção laboral. Conforme avança a idade dos jovens, a educação perde centralidade e avança a prioridade na busca de mercado de trabalho, o que foi destacado por Souza et al. (2018):

Conforme se avança na faixa etária da juventude há uma perda de centralidade da escola e um aumento de entradas e saídas do sistema escolar e do mercado de trabalho, como marca da atual condição juvenil. Em 2014, mais de 60% dos jovens homens de 17 anos só estudavam, porém aos 19 anos menos de 40% deles só estudam e depois dos 25 anos apenas cerca de 20% dos jovens homens são exclusivamente estudantes, mantendo-se nesse patamar até os 29 anos. Na trajetória das jovens mulheres, nesta mesma faixa etária (18 a 29 anos), a moratória juvenil é um pouco maior. Aos 17 anos mais de 70% das jovens mulheres somente estudam, declinando para pouco menos de 50% aos 19 anos e a apenas 30% a partir dos 25 anos (SOUZA et al., 2018, p. 132).

A juventude brasileira é marcada pelas desigualdades que impactam diferentemente classes sociais, mulheres e homens, campo e cidade, raça e etnia, sexualidade, dentre outros marcadores sociais. Estes fatores expõem estes sujeitos a viverem múltiplas trajetórias e possibilidades de inserção ou exclusão, como entrar e sair da escola diversas vezes ao longo da vida escolar, encontrar ou não trabalho, conjugar estudo trabalho e vida familiar e comunitária e ter maiores ou menores possibilidades de construção de autonomia.

Segundo o IBGE, como demonstrado na síntese de indicadores sociais 2017, são 11,6 milhões de jovens entre 16 e 29 anos que não estudam nem trabalham, 10,8% a mais do que o registrado em 2012, sendo que 6,3 milhões de jovens do país encontram-se desempregados. Segundo a pesquisa, do total de “nem nem”, 38,3% tinham ensino fundamental incompleto e 29,1% eram pretos ou pardos. Entre o total de jovens no país em 2016, 19% dos homens não estudavam nem estavam ocupados. Já entre as mulheres, este percentual avançou para 32,7%. Os afazeres domésticos são a principal razão para que mulheres jovens deixem de trabalhar ou estudar, apontou a pesquisa. Questionadas por que não tinham uma ocupação, 34,6% das mulheres disseram que tinham que cuidar de afazeres domésticos, de filhos ou de outros parentes. Entre os homens, apenas 1,4% apontaram o

mesmo motivo para estarem fora da força de trabalho. A grande maioria deles (44,4%) afirmou que não procuravam trabalho porque não havia oferta na localidade onde moram.

Os dados da pesquisa nacional Agenda Juventude Brasil (Figura 1), corroboram esta perspectiva quando apontam que 47% da população jovem do país não faz nenhum trabalho remunerado.

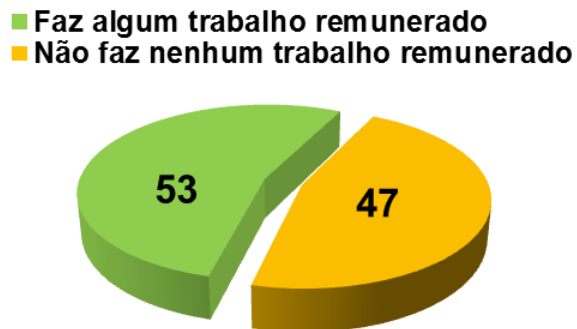


Figura 1 – Percentual da população jovem do país que desenvolve ou não algum tipo de trabalho remunerado. Fonte: Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014).

Ainda sobre os jovens que não estudam nem trabalham, a Figura abaixo é apresentada para facilitar o entendimento dos indicadores mencionados. No campo das políticas educacionais tivemos um salto de ampliação do acesso nos últimos anos, mas os limites de acesso ao mercado de trabalho fizeram aumentar a percepção de que educação e trabalho precisam andar juntos, pois como aponta Spósito (2005), o trabalho também faz a juventude.

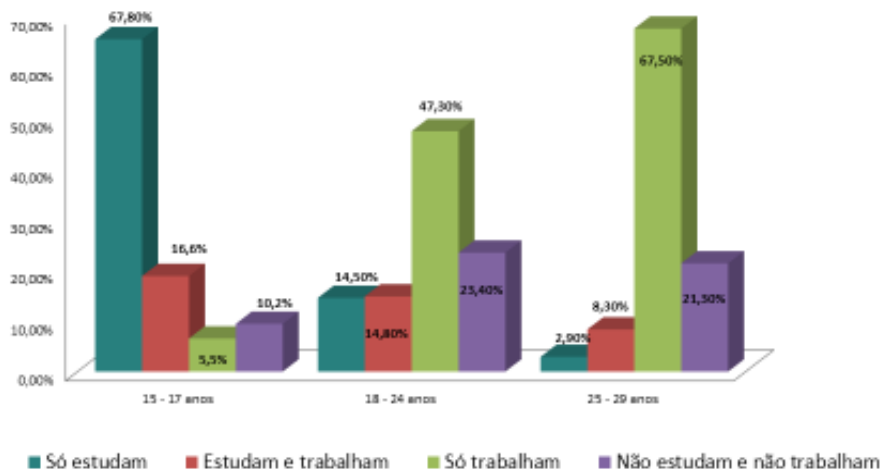


Figura 2 – Percentual da população jovem do país que estudam e/ou trabalham, e de jovens que não desenvolvem essas atividades. Fonte: PNDA (2013) e IBGE/SIS (2014).

Já sobre o fator violência, vale analisar os indicadores sobre homicídios no Brasil. Como apontam os dados do Mapa da Violência citado por Waiselfisz (2014), morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio em 2012, dentre os quais 30.072 são jovens, ou seja, 53,4% do total. Destes jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino. Dados do IPEA e do Fórum Nacional de Segurança Pública apresentados no Atlas da Violência (2017) apontam que mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015.

A Pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013), apontou que um em cada três jovens declarou ter tido amigos/as de que foram assassinados/as (32%), 28% tiveram primos (1% primas), 7% irmãos (0,5% irmãs) e 2% maridos. Ou seja, em sua maioria, foram assassinadas pessoas da mesma geração (70%), tendencialmente jovens e do sexo masculino, como indicado também no Mapa da Violência. Os dados apontam para o racismo estrutural e institucional, além de uma política de segurança pública ineficaz que reforça os estereótipos que remetem a ideia de jovem como sinônimo de problema social, marcando essa geração pela violência. Novaes (2017) menciona que essa geração tem medo de morrer e medo de sonhar.

Este conjunto de questões fazem com que, muitas vezes, a juventude não se reconheça como tal. A análise da Pesquisa Nacional Agenda Juventude Brasil (2013), aponta que permanece o debate sobre o significado de ser jovem, e como o “ser jovem” é difícil de ser apropriado pelos próprios. Conforme Ribeiro et al. (2018), a maioria dos jovens na referida pesquisa se identificou como adulto, como pode ser observado na Figura 3.

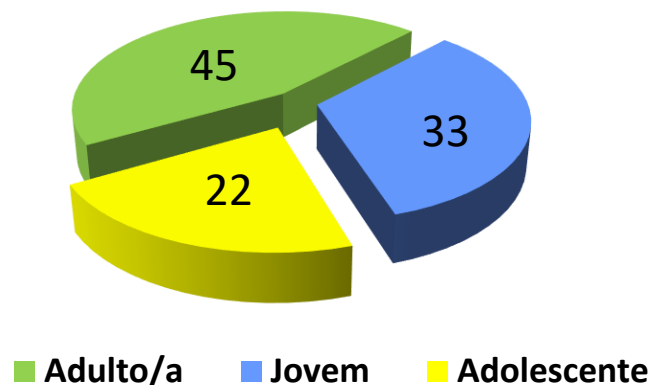


Figura 3 – Percentual da percepção do jovem quanto à sua fase de vida. Fonte: Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014).

Para Ribeiro et al. (2018), esse dado pode ser melhor compreendido pelas respostas a pergunta “em que fase da vida uma pessoa deixa de ser jovem”. Dos jovens entrevistados, 63% respondem que ocorre quando assumem responsabilidade (Figura 4). Sendo assim, ao se identificarem como adultos quando se tornam responsáveis podem estar demonstrando esse tipo de sentimento, ou ainda, incorporando e reproduzindo a associação de juventude a ausência de responsabilidades.

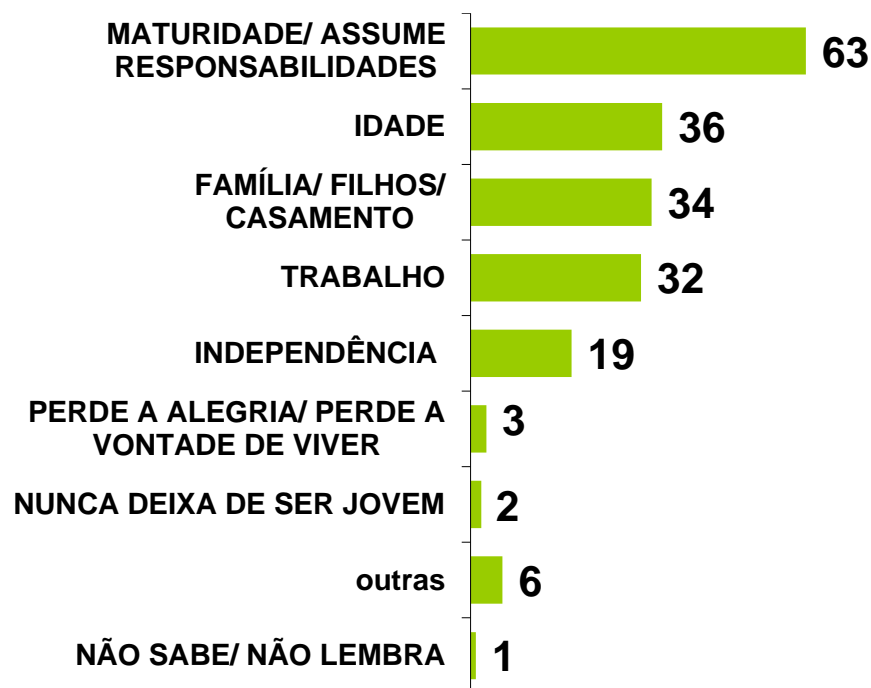


Figura 4 – Resposta de jovens para a pergunta “em que fase da vida uma pessoa deixa de ser jovem”, realizada em estudo desenvolvido por Ribeiro et al. (2018). Fonte: Agenda Juventude Brasil (SNJ, 2014).

Ainda, como destaca Ribeiro et al. (2018), parte desse dilema reside no fato de ter se firmado na sociedade, bem como no cenário político brasileiro, a associação direta da juventude a problemas sociais. Neste sentido, a ascensão dos conceitos que buscaram ultrapassar a visão de jovens como um problema social foram fundamentais para o crescimento da agenda de juventude no país, em que pese esta visão não estar superada na sociedade.

Como menciona Novaes (2017), num país marcado por profundas desigualdades como o Brasil, os elementos que precisam ser levados em

consideração para a compreensão da juventude vão além de marcas culturais de uma geração:

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita (NOVAES, 2007, p.2).

O território, a classe social, a condição sócio econômica, o gênero, a orientação sexual, a raça/cor, o conviver ou não com deficiência física ou mental, o fato de ser do campo, da cidade, da periferia ou do centro podem dizer muito sobre a juventude brasileira. Tais aspectos refletem na sua diversidade e, acima de tudo, sobre as questões que constroem marcas geracionais, construindo facilitadores ou impeditivos para suas trajetórias e condições de viver a juventude. Essas desigualdades e diversidades se somam, se entrecruzam ou não, produzindo diferentes vulnerabilidades com incidência em múltiplas trajetórias.

Novaes (2017) destaca, ainda, que ser jovem no século XXI é ser marcado por um contexto de inovações tecnológicas, de um mundo do trabalho restritivo e mutante, de violências físicas e simbólicas, de conciliação de estudo e trabalho, de menos interdições sociais e mais pluralismo religioso, de imprevisibilidade e competitividade. O autor aponta que os processos de inclusão/exclusão juvenil não produzem os mesmos efeitos na vida de todos os jovens que vivem em condições semelhantes. Condicionadas por diversos fatores intermediários e relacionais, as trajetórias juvenis presentes no mesmo espaço social (e, até mesmo, na mesma família) podem ser bastante diferenciadas.

Em resumo, podemos dizer que diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópico, no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores. Desigualdades que retroalimentadas por determinados preconceitos e discriminações produzem distintos graus de vulnerabilidade juvenil (NOVAES, 2007).

Partindo das abordagens destacadas, é importante enfatizar que nenhuma delas sozinha dá conta de responder o entendimento acerca de juventude, mas contribuem para recuperar as noções construídas ao longo dos anos. Na verdade são

aspectos centrais para entender a multiplicidade de questões que se entrecruzam para a definição desta categoria social e política.

No caso da juventude rural, pela análise de trabalhos acadêmicos realizados sobre o tema, Wesheimer (2004) aponta que, no período entre 1990 e 2004, cinco abordagens se destacaram nas definições conceituais sobre a juventude rural: faixa etária, ciclo da vida, geração, cultura ou modo de vida e representação social. Ainda segundo o autor, alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros procuram fazer diferentes combinações entre elas.

Para título desta pesquisa, o entrecruzamento de abordagens é inevitável, mas foi fortemente considerado aos conceitos que privilegiam a abordagem dos jovens como sujeitos de direitos, considerando as singulares advindas de sua condição geracional e juvenil.

3.1.2 Participação no contexto da Política Nacional de Juventude

No âmbito da construção das políticas de juventude, a busca de reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos no país faz parte da trajetória de lutas de jovens ativistas, dos movimentos e organizações, das formulações de pesquisadores, e mais recentemente, na sua incorporação pelo Estado. Como destaca Novaes (2012), em que pesem os esforços de muitos, há um longo caminho a percorrer para a efetivação dos direitos da juventude. Na sociedade e nos governos, ainda são vigentes muitos (pré)conceitos e projeções sobre “a juventude” que dificultam o (re)conhecimento das atuais vulnerabilidades e potencialidades dos jovens.

Retomando a linha do tempo, vale salientar que o reconhecimento das crianças e adolescentes é comemorado a mais de 20 anos, com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), apregoado pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Esse instrumento assegurou a proteção e a promoção dos direitos das pessoas de zero a 18 anos. No entanto, o entendimento alargado da geração que, inicialmente, ia dos 15 aos 24 anos (ampliado para 15 a 29 anos em 2005), teve impulso a partir das comemorações do Ano Internacional da Juventude, promovido pelas Organizações das Nações Unidas no ano de 1985, que colocou o tema em pauta em diversos países.

No Brasil, a principal atuação no tema vinha das ONGs, com visão marcada pela prevenção aos delitos e de prevenção aos riscos da juventude, em meio de uma confusão ainda presente sobre faixas etárias e a não diferenciação das ações para crianças, adolescentes e jovens⁵:

As primeiras demandas em torno dos “problemas dos jovens” foram levadas a público por organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, ONGs, organizações empresariais, setores de Igrejas e também sustentadas por um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. A favor da “juventude”, em um movimento de mão dupla, envolveram-se instâncias do poder público e diferentes setores e atores da sociedade civil. Contudo, nesse primeiro momento, ainda não se falava em “direitos”. A ênfase estava, principalmente, na necessidade de contenção e prevenção (NOVAES, 2012)⁶.

A década de 1990 foi marcada pelas esparsas e não articuladas ações de governo para este segmento. Mesmo assim, é importante destacar que as iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, por alguns governos locais e pela academia, contribuíram sobremaneira para os avanços que ocorreram na década seguinte⁷.

Somente a partir dos anos 2000, com o impulso do Projeto Juventude⁸ realizado pelo Instituto Cidadania, do surgimento de experiências em administrações municipais, da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude⁹, e da criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude¹⁰, responsável por estudar, mapear e elaborar uma agenda de juventude no âmbito do governo brasileiro em 2003 e 2004, que o tema passa a ser assumido institucionalmente pelo governo federal. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude

⁵ Novaes (2007).

⁶ Artigo publicado no sítio do Le Mond Diplomatique, em 2012.

⁷ Novaes (2013).

⁸ Segundo o documento final apresentado pelo Instituto Cidadania (2004), que promoveu entre agosto de 2003 e maio de 2004 um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em diversos Estados sob o nome Projeto Juventude. As conclusões desse trabalho estão reunidas no presente documento, entregue ao Presidente da República, ao Congresso Nacional, prefeitos, autoridades do Judiciário e organizações representativas da sociedade civil brasileira.

⁹ A Frente Parlamentar era suprapartidária, realizando inúmeras atividades e contribuindo para a proposição dos marcos legais da juventude brasileira. Foi criada a partir da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, criada em 2003.

¹⁰ Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e composto por 19 Ministérios, foi responsável pela elaboração do diagnóstico que derivou na criação da SNJ, do Conjuve e do PROJÓVEM, em 2005.

(CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) foram instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129, vinculados a Secretaria Geral da Presidência da República.

Pelo estabelecido na lei já mencionada, compete à Secretaria Nacional de Juventude, entre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos, ressalvado o disposto no ECA pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O CONJUVE é composto por 1/3 de membros governamentais e 2/3 de membros da sociedade civil, denominado na lei CNJ (e massificado e conhecido como CONJUVE). Tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

A organização desse arranjo institucional se somou à criação do marco legal da juventude, composto pela Emenda Constitucional 65 (conhecida como PEC da juventude) e pelo Estatuto da Juventude, disposto na Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o Sistema Nacional de Juventude, tornando a realização de políticas dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado. Dessa forma, estruturou-se no estado brasileiro um arcabouço jurídico e político do reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos, que se inserem na terceira geração de direitos, caracterizada pela consagração dos Direitos Difusos. Como apontou o CONJUVE (2006):

Ao contrário das duas outras gerações (direitos civis e políticos e direitos sociais), seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, adolescentes, jovens e idosos, e não mais indivíduos. A função desses direitos é a de garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. É importante destacar que exatamente pelo fato de os detentores dos direitos de terceira geração serem grupos sociais, sua violação compromete o conjunto da sociedade (CONJUVE, 2006, p. 6).

Em se tratando de direitos de grupos sociais, a necessidade da participação social ganha centralidade e faz avançar o entendimento de que política para a

juventude se faz com a própria juventude. Esta foi a orientação desde a criação da SNJ e do CONJUVE, presente em todos os documentos produzidos por estes órgãos. Deste entendimento deriva a aposta na criação do Conselho, na realização de audiências, grupos de trabalho, comissões, fóruns e das três Conferências Nacionais, realizadas nos anos 2005, 2008 e 2015. Para Peregrino et al. (2018), tal orientação política buscava superar o paradigma que vê o jovem como “beneficiário” das políticas públicas para passar a vê-lo como “sujeito de direitos”, marcando a realização das conferências de juventude:

Foi nesse contexto que surgiram as Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorridas em 2008, 2011 e 2015, que se transformaram em um espaço privilegiado para o encaminhamento de demandas dos jovens brasileiros, sobretudo daqueles com maior engajamento político. Embora tenham sido realizadas em conjunturas distintas, por delegados eleitos em anos diferentes e com metodologias dessemelhantes e, nesse sentido, não podem ser pensadas como representativas do conjunto da juventude brasileira, as demandas presentes nas três edições das CNPPJ apontam um acúmulo político que vinha sendo construído, principalmente, pelos jovens militantes que, por sua vez, tiveram sua atuação potencializada com a sua participação efetiva em programas nacionais com foco na juventude. Isso contribuiu para a formação de um grupo bastante qualificado de jovens gestores especializados em políticas de juventude, que foram se formando à medida que esse campo governamental se expandia. O adensamento do campo das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) se deu, também, por meio da construção de marcos regulatórios, principalmente o Estatuto da Juventude, de 2013. Portanto, nas CNPPJ estavam presentes os principais atores que compunham o campo das políticas de juventude, reunindo entidades e atores do governo e da sociedade civil, tendo o CONJUVE à frente do processo de mobilização que reuniu, em Brasília, a cada edição, cerca de 3.000 jovens de todo o país (PEREGRINO et al., 2018, p. 129).

Em 2010, a permanente articulação do campo das políticas de juventude, antes, durante e após as Conferências, resultou, por exemplo, na aprovação da já mencionada PEC da Juventude, que tramitava desde o ano de 2005 no Congresso Nacional. Aprovada, a Emenda Constitucional 65 inseriu o termo juventude no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal. Como afirmou o Conselho Nacional de Juventude, “ao reconhecer esta parcela da população como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas, como já fora feito com idosos, crianças e adolescentes, avançamos no sentido de superarmos o binômio

juventude-problema para um patamar onde a juventude passa a ser compreendida como um grupo de sujeitos detentores de direitos” (CONJUVE, 2008).

A Emenda Constitucional 65 aponta para a criação do Plano Nacional de Juventude. O Plano visa a definição de ações, políticas, metas e orçamento para as políticas de juventude, num prazo de 10 anos. Propostas de Plano tramitam no Congresso Nacional, mesmo antes da aprovação da PEC, no entanto, nenhuma das versões propostas e debatidas e apresentadas no Congresso foram até o momento aprovadas.

Um marco legal significativo que se destaca pelo potencial de capilaridade foi o Estatuto da Juventude, Lei 12.852 de agosto de 2013, que após 10 anos de embates no Congresso Nacional foi aprovado e, posteriormente, sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff. A referida lei pode ser definida como uma “declaração dos direitos da juventude”. O Estatuto da Juventude completa o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, iniciadas com a aprovação do ECA, em 1990, e o Estatuto do Idoso, em 2003 (MACEDO, 2014).

Como define o Art. 1º do ECA: “Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE”. O Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) define as competências do governo federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação das PPJs, versando também sobre os Conselhos de Juventude. A sua composição, organização, detalhamento das competências, funcionamento e formas de financiamento da política foram definidas em regulamentação posterior, por meio do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018. No entanto, uma lacuna na regulamentação diz respeito ao financiamento, pois nenhum mecanismo que assegure recursos para a implementação da política de juventude foi apresentado.

No que tange os Direitos dos Jovens, a Lei 12.852 define 11 leques de direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população, são eles: “o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; o direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; o direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; o direito à cultura; o direito à comunicação e à liberdade de expressão; o direito ao desporto e ao lazer; o direito ao território e à mobilidade; o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; o direito à segurança pública e o acesso à justiça”.

Sobre as especificidades da juventude rural, o Estatuto da juventude incorpora as suas singularidades em 5 dos 11 direitos definidos, sendo eles: “direito à educação; direito à profissionalização; ao trabalho e à renda; direito à cultura; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente”. Nas conclusões, este estudo retomará a análise desse Estatuto em diálogo com as demandas dos jovens rurais transformadas em resoluções nas três CNPPJs, buscando elencar interfaces.

Para completar o denominado marco legal da juventude brasileira, falta efetivar a aprovação do Plano Nacional de Juventude (derivado da EM 65) no Congresso Nacional, além de rever e fazer valer a regulamentação do SINAJUVE, assegurando o financiamento da PNJ.

A realização das CNPPJs fez parte do contexto de crescimento da agenda de juventude na arena política, nas legislações, nas políticas públicas e nas organizações sociais, e contribuiu centralmente para a elaboração das bases da política nacional de juventude ao longo do ciclo de 15 anos (2005 a 2015). Contribuíram, ainda, para o enfoque da atuação do estado brasileiro sobre a juventude, ultrapassando a visão de jovem como problema social ou como mera etapa de transição para a vida adulta, sendo agora vistos como sujeitos de direitos e sujeitos políticos, o que foi demonstrado por Ribeiro et al. (2018):

Nesse cenário, a participação de grupos juvenis foi fundamental para vocalizar um conjunto de demandas que até então estavam ocultas no espaço público que conforma a sociedade brasileira. Talvez esse tenha sido o grande legado desse ciclo, a assunção de questões que, direta ou indiretamente, material ou simbolicamente, emergiram no cenário público, criando alterações e deslocamentos que permitiram a entrada na agenda pública de novas realidades, questões, coletivos e blocos sociais no país, impactando a representação da juventude no imaginário social (RIBEIRO et al., 2018, p. 4).

Coordenadas pela SNJ e pelo CONJUVE, as Conferências foram segundo Peregrino et al. (2018) encaminhadas para materializar o ideal de gestão participativa, construído, em 2005, à época da implementação de uma Política Nacional de Juventude. Em que pese a dificuldade dos governos conseguirem assimilar e realizar as resoluções propostas pelas Conferências, elas tiveram centralidade ao contribuir para que as demandas vocalizadas pelos “novos sujeitos jovens” criassem

possibilidades de migração de questões que estavam circunscritas a um “estado de coisas” (RUA, 1988), possibilitando o debate nas disputadas agendas públicas:

Uma vez que as políticas públicas são respostas, não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (RUA, 1998, p. 732).

A atuação da juventude rural na arena das políticas públicas caminhou justamente no sentido de ultrapassar o “estado de coisas”, pois em se tratando de uma população que representa 27% da população rural e 8 milhões dentre os mais de 50 milhões de jovens brasileiros, conseguiu com processo crescente de organização nos espaços internos aos movimentos e nos espaços institucionalizados de participação social se destacar, tendo suas demandas garantidas entre as mais votadas das três edições da CNPPJ.

Ao analisar a construção das políticas públicas de juventude no país, e o contexto das Conferências Nacionais de Juventude, Novaes (2012) aponta que nesse novo contexto a linguagem dos “direitos” passou a organizar e ressignificar um conjunto das demandas (de distribuição, de reconhecimento e de participação) da juventude:

Os “direitos da juventude” podem ser localizados em uma dinâmica área de confluência entre os clássicos “direitos de cidadania” e os direitos humanos, que foram sendo paulatinamente reconhecidos em convenções internacionais. Dessa maneira, os temas remetem a conquistas históricas (pois cada geração de direitos propiciou a emergência da outra) que marcam o mundo globalizado. Mas isso ainda não é tudo. A maneira peculiar de classificar e anunciar os “direitos da juventude” também reflete a atual condição juvenil, na qual estão em profunda mutação os padrões de passagem da juventude para a vida adulta (NOVAES, 2012)¹¹.

¹¹ Artigo publicado pelo Le Mond Diplomatique, 2012. Edição 64.

No capítulo 3, será retomada a análise sobre a atuação da juventude rural no ciclo da constituição da política de juventude e as categorias de análise propostas por Novaes.

3.2 Juventude rural, juventude do campo e da agricultura familiar: a construção de um novo ator social

Complexidade e diversidade marcam as percepções sobre o rural ou campo brasileiro e as novas percepções sobre êxodo rural e juventude rural. Para Castro (2005), a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica do campesinato, que juntamente com pesquisas mais recentes, tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato.

Para nos aproximarmos do que é ser um jovem rural ou do campo, é necessário destacar as identificações da população do campo. O Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010 define que: “populações do campo são os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”. A juventude rural, que faz parte desse contexto, também é marcada pela diversidade do campo, assim como pela diversidade da juventude brasileira. Estas são questões que se entrecruzam, e o termo que vem sendo a mais tempo disseminado e constituindo uma categoria aglutinadora entre estes jovens tem sido a definição de jovens rurais. Segundo Castro (2015):

A categoria juventude rural, se forjou num processo de aproximação e articulação de uma grande diversidade de jovens, pode-se afirmar que foi uma categoria útil como forma de enfrentar a invisibilidade do debate no início dos anos 2000. [...] não sendo uma categoria identitária, trata-se de uma categoria que pode ter superado distanciamentos e fragmentações presentes entre movimentos sociais e realidades regionais. Mas também pode ter contribuído para aglutinar os mais invisíveis dentre os invisíveis (CASTRO, 2015, p. 281).

No processo de constituição da PNJ, a juventude rural foi se fortalecendo enquanto categoria social e política, e também o influenciando. Essa parcela da população representa, segundo o censo de 2010 do IBGE, 7.807.627 dos 51.077.623 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, sendo constituída por 27% da população rural:

Nos últimos 15 anos a juventude passou de uma categoria social e analítica a uma categoria também política. Nesse processo configuram-se dois campos no sentido bourdiano, o campo de juventude, construído identitariamente com a conformação de categorias de políticas de juventude que são formas de a juventude se representar politicamente; e o campo das políticas públicas de juventude, em que essas representações disputam o entendimento sobre juventude e sobre os recursos e desenhos de políticas públicas, com gestores e acadêmicos. Esses campos se construíram de forma dialógica (CASTRO, 2015, p. 281).

Mais recentemente, alguns autores começam a questionar a ampla categoria “jovens rurais”, e demarcam a necessidade de melhor explicitar as categorias internas que a compõem. Weisheimer (2015), por exemplo, destaca que nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades agrícolas, julgando ser necessário demarcar as singularidades daqueles que estão inseridos no processo de trabalho familiar agrícola. Buscando precisão analítica, faz uso da categoria jovens agricultores familiares para enfatizar a singularidade dos jovens no contexto da agricultura familiar¹². O autor argumenta ainda que:

Os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido a sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de

¹² São diversas as disputas por significados dessa categoria, mas que não é objeto da sua análise no momento. Retoma-se para título de esclarecimento o que a legislação define por agricultura familiar, conforme a Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, que define agricultor familiar e empreendedor familiar rural “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512/2011), e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

saberes específicos associada a configuração de identidades sociais e profissionais ligadas a agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciados de sua situação juvenil (WEISHEIMER, 2015, p. 37).

Parte do campo que estuda esse tema produz base de análise que aponta para a necessidade de superação da ideia de juventude rural. Weisheimer (2015) diz que essa identidade é forjada pela ótica urbana, que percebe o rural como espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre esse segmento.

A construção da identidade de territórios camponeses e campesinato tem influenciado outro aporte identitário à juventude rural. Fernandes (2006), argumenta que os territórios do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, e partem de diferentes classes e relações sociais. Neste sentido, ser do campo significa estar vinculado ao propósito de trabalhar e viver em um espaço/lugar na perspectiva de determinado projeto de campo e de sociedade. São trabalhadores camponeses, mas que, segundo Kolling (apud LEÃO et al., 2015), elaboram significados diferentes para o seu pertencimento ao campo e não podem ser confundidos com outros personagens do campo, a exemplo de fazendeiros, latifundiários e seringalistas. Os mesmos autores destacam nessa visão mais ampla, a atuação política como importante definidor dos jovens do campo:

Os trabalhadores camponeses organizam-se em torno de uma proposta de luta pela realização da reforma agrária, do uso sustentável da terra, águas e florestas, baseada nos princípios da agroecologia, desenvolvida na prática do trabalho familiar, no acesso aos direitos como educação, saúde lazer, entre outros, e tendo como eixo central a presença massiva na definição de políticas e práticas que dizem respeito as suas vidas. Isto é, o vocábulo do/no campo se compromete em termos econômicos, políticos, sociais e culturais com a superação do modelo capitalista no campo e na sociedade como um todo. Nessa perspectiva, ser jovem do campo vincula-se com esta forma de se comprometer com as lutas emancipatórias, estar organizado em movimentos sociais/sindicais, enfim, organizar sua existência na possibilidade de produzir e reproduzir sua vida no âmbito do território camponês, entendido aqui como um espaço material/imaterial de produção de vida, mas que não se limita à definição geográfica (LEÃO et al., 2015, p. 20 e 21).

As permanentes mudanças no campo brasileiro, a circulação territorial cada vez mais facilitada, o acesso as tecnologias, os avanços na elaboração das políticas públicas de juventude também têm contribuído para que os jovens rurais imprimam sua auto identificação, pois são múltiplas identidades sociais e políticas, segundo Castro (2015) são múltiplas vivências e pertencimentos. Portanto, é necessário destacar o quão complexo é a construção identitária da juventude rural ou do campo.

A estrita utilização da relação com o trabalho agrícola ou com um ideário de campesinato torna-se insuficiente para definir uma identidade única. As múltiplas questões que envolvem a produção e a reprodução da agricultura familiar e camponesa contribuem para a materialização dos dados da PNAD 2007, os quais apontam que 35% dos jovens rurais brasileiros estão predominantemente envolvidos em tarefas rurais não agrícolas. Essa realidade influencia também o entendimento acerca das identidades e o mundo do trabalho, pois os jovens constroem ou podem construir diversas alternativas de trabalho no espaço rural, ou mesmo criar dinâmicas de circulação campo-cidade.

Tais questões sozinhas não definem um jovem rural ou camponês, ao adotar-se o entendimento que as cidades com menos de 50 mil habitantes também são cidades rurais¹³. Além do mais, diversas pesquisas apontam que tem sido frequente novas formas dos jovens rurais se relacionarem com o campo e com a cidade, ultrapassando as “fronteiras” estabelecidas. Esses fatores impactam sobre as identidades, pois elas são construídas nesse processo e desencadeiam conflitos entre os diferentes atores, os mais velhos e jovens, as definições das políticas públicas e os movimentos sociais, gerando diferentes formas de pertencimento e identificação coletiva e de vivências dessas identificações.

Os jovens dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), por exemplo, compõem de maneira geral a categoria “jovens rurais”, mas possuem modo peculiar de se relacionar com o território, apresentando identidades culturais e ancestrais próprios. O Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define o que são os PCTs em seu artigo primeiro: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição

¹³ Projeto Repensando a ruralidade no Brasil. Pesquisa sobre novas ruralidades que apresenta críticas aos critérios utilizados pelo IBGE na definição do que é considerado urbano e rural no Brasil. Coordenação da Professora Tania Bacelar, da UFPE e IICA Brasil.

para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Parcelas rurais de jovens quilombolas, indígenas, compõem os povos e comunidades tradicionais, e têm identidade cultural, étnico racial e processo específico de organização.

Já os jovens assalariados rurais podem conjugar a produção agrícola familiar no seu local de origem, com a contratação temporária em outras unidades produtivas em períodos sazonais, migrando de uma região para outra para contratação sazonal pelo agronegócio. Estudos apontam que os maiores deslocamentos sazonais se dão do Nordeste do país para o Sudeste, em especial para o estado de São Paulo, onde realizam colheita de laranja e cana de açúcar. Os jovens trabalhadores rurais têm, portanto, outros vínculos, demandas e redes, pois o trabalho é assalariado e temporário, sendo na maioria das vezes degradante, com alto nível de exploração da força física e da força de trabalho.

Em estudo realizado com trabalhadores assalariados que migraram do interior da Paraíba para a colheita de cana de açúcar no estado de São Paulo, Cover (2011) trouxe dados sobre os riscos à saúde dos trabalhadores, na maioria jovens:

Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde de SP, a partir de pesquisa realizada entre 2007 e 2010, a cada um minuto trabalhado são feitas 17 flexões de tronco pelo cortador, aplicados 54 golpes de facão, o joelho fica todo o tempo semiflexionando e há extensão da cervical. Não há sombra nos canaviais e o cortador não se hidrata adequadamente. Por dia, são cortadas e carregadas em média 12 toneladas de cana e percorrido um percurso de quase nove quilômetros. No final do dia de trabalho, o cortador perdeu oito litros de água (COVER, 2011, p.106).

Os jovens trabalhadores rurais apresentam, portanto, outras formas de relação com o mundo do trabalho, e um conjunto de desafios em grande medida diferentes da juventude rural que vive a relação com o trabalho na agricultura familiar e camponesa. Destacam-se as demandas de combate ao trabalho análogo a escravidão, a defesa da aplicação dos direitos trabalhistas, direito a alojamentos e alimentação de qualidade, apoio médico e de saúde, entre outros.

Fica evidente que a definição da conceituação da juventude rural ou do campo como categoria social e política ainda está em construção, e possui diversas

vertentes, sendo necessário a continuidade da elaboração e investigação sobre o tema. Por isso, pretendeu-se utilizar nesta pesquisa o termo juventude rural, pois, apesar das contradições inerentes, foi a forma que de alguma maneira unificou a diversidade no âmbito das políticas públicas, corroborando com as ideias de Bourdieu:

A identidade social que se percebe através do que cada grupo mostra de si mesmo e que se remete a incorporação mental coletiva de esquemas de percepção, desemboca na encarnação desta identidade social, através daquilo que representa este grupo de uma maneira individual ou coletiva. A definição do ser social, da identidade social é dada assim não unicamente a partir das condições objetivas que definem categorias sociais, mas como diz Bourdieu, de ser percebido por si mesmo ou pelos outros (CHARTIER, 2012, p. 102).

No entanto, tentar unificar o entendimento acerca da categoria juventude rural não deve ser sinônimo de homogeneização, pois a diversidade de identidades, de formas de inserção laboral, de demandas e necessidades desses jovens são variadas e complexas, por isso, este trabalho buscou identificar em que medida há pautas diferentes e pautas unificadoras nos espaços institucionalizados de participação social em torno da educação do campo e a que questões elas remetem. Contudo, historicamente, o tema mais recorrente nos estudos sobre juventude rural é a associação aos problemas relacionados a permanência dos jovens no meio rural e, conseqüentemente, o êxodo rural:

Os jovens estão indo embora! Essa expressão sintetiza uma imagem do jovem do campo no Brasil. A juventude do campo é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (CASTRO, 2012, p. 441)

Nos dados apresentados a seguir, observa-se que a questão do êxodo rural se configura como fator preocupante no rural brasileiro, sendo um tema de debate recorrente no campo das pesquisas sobre jovens rurais, partindo das denúncias feitas pelos movimentos sociais. A crítica que se apresenta em torno do tema, como a

mencionada por Castro (2012), chama a atenção aos seus múltiplos fatores. Além disso, e o que este estudo elencou, são as demandas apresentadas pelos jovens rurais organizados, que vão no sentido não da “contenção” dos jovens no campo, mas de ampliação dos direitos e das oportunidades de permanência ou circulação entre os espaços urbanos e rurais:

No Brasil, em 2000 a população rural era de 31.835.143 habitantes, dos quais cerca de nove milhões eram jovens. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes com 8.060.454 jovens (IBGE, 2010). Contudo, cabe uma discussão mais aprofundada sobre isso em outro momento, pois segundo os dados da PNAD 2011, recentemente divulgados, estimou-se que em 2011 apenas cerca de sete milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens. Na região Sudeste ocorreu o maior êxodo da população rural, caindo de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). As regiões Sul e Nordeste também tiveram êxodo de população rural. Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que 1 milhão da população que migra estão situados em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e cerca de 1 milhão são os jovens rurais (18-29 anos), isto é, metade da migração para a cidade é de jovens (BARCELLOS et al., 2014, p. 203).

Para além do êxodo rural, as mudanças na economia brasileira no ciclo de 15 anos estudado impulsionaram outros processos de circulação territorial. O problema social percebido como a migração da juventude rural para grandes centros urbanos se converteu em novos arranjos. Como apontam alguns autores¹⁴, há maior circulação inter-regional (entre as cidades pequenas e cidades polos regionais), morar na roça e trabalhar na cidade, trabalhar parte do tempo na cidade e parte no meio rural, morar no meio rural e desenvolver outras atividades econômicas não agrícolas. Nesse sentido, ampliar a discussão sobre as perspectivas da juventude rural e as possibilidades de ampliação das opções de permanência no campo, mesmo que para além das atividades agrícolas, é fundamental num contexto de maior interdependência campo cidade e do espaço rural como espaço de vida, para além de espaço de produção:

Ainda que o fenômeno (do êxodo) guarde diferenças importantes de região para região, como é o caso de regiões em que os jovens homens migram para o trabalho sazonal e as jovens mulheres ficam (NE); e de regiões onde observamos que jovens que vivem em localidades de agricultura familiar fortemente consolidada partem, deixando as pequenas propriedades

¹⁴ Ver Wanderley (2007), Menezes e Silva (2010) e Castro (2015).

familiares sem herdeiros. Ou seja, mesmo nas regiões onde a agricultura familiar está mais estabelecida, encontramos a “saída” de jovens do campo. Região Sul por exemplo: as mulheres jovens saem com mais frequência, o que vem provocando uma diferença populacional importante entre jovens homens e mulheres, diferença esta que, em algumas regiões do país, pode chegar a 10% mais homens do que mulheres (CASTRO, 2016, p. 33).

O intenso processo de organização desses jovens no seio das organizações e movimentos sociais, além da ampliação do escopo da produção acadêmica e a abertura da possibilidade de construção das políticas públicas de juventude, com reconhecimento da sua diversidade e singularidades, contribuiu para que a juventude rural não passe despercebida e comece a pautar com mais ênfase a agenda das políticas públicas de juventude, e as políticas agrícolas e não agrícolas para campo, conforme destacado por Castro (2012):

A percepção, quase trágica, do total desinteresse dos jovens pelo campo é confrontada por manifestações de organizações de juventude rural, cada vez mais presentes no cenário nacional. Juventude é hoje uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam nos movimentos sociais do campo. Nos anos 2000, observamos um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais – como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) – quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Organizações já consolidadas também ganharam visibilidade, como a Pastoral da Juventude Rural. A maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa. Portanto, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento (CASTRO, 2012, p. 442).

Este processo de organização contribuiu para, em certa medida, ressignificar positivamente a juventude rural, ao demarcar na agenda pública a luta por seus direitos enquanto sujeitos de direitos. Como será visto no decorrer desta análise, suas agendas se descolam das políticas gerais direcionadas para as famílias e unidades produtivas, a fim de reivindicar suas especificidades, as demandas por autonomia e o direito a construção das próprias trajetórias, pois as políticas universalistas nem sempre atingem determinados segmentos, como é o caso dessa parcela da população rural. Também será notado que esse descolamento não é sinônimo de separação ou

desconexão das demandas estruturantes para o conjunto do campo, mas jogam luz sobre as especificidades juvenis no rural.

Esta ressignificação contribui para explicitar que, apesar do êxodo rural no Brasil ter impulsionado a migração de um milhão de jovens do campo para a cidade entre os anos de 2000 e 2010¹⁵, persiste o desejo de permanência no campo por parcela significativa de jovens rurais, desde que ampliadas as políticas públicas e que se tenha melhoria das condições de vida no meio rural. Como será observado na análise do capítulo 3, as demandas vocalizadas nas Conferências vão ao encontro dessa perspectiva.

¹⁵ Estes dados são resultado de estudo realizado por Bracellos e Mansan (2014).

4 CAPÍTULO 2

O RURAL BRASILEIRO: REALIDADES, TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, serão apresentados elementos de reflexão sobre o campo brasileiro, seus impactos na realidade educacional no meio rural, o histórico sobre a trajetória, conceituação e os sentidos da educação do campo, tendo como base as leituras sobre o “modelo de desenvolvimento” e da atuação dos movimentos sociais do campo.

4.1 O contexto do meio rural brasileiro e os impactos na educação

A lógica de desenvolvimento que imperou no Brasil até 1930 foi a de um país agrário, caracterizado de um lado pela produção de monocultivos e pela alta concentração de terras improdutivas, e por outro, por uma massa de trabalhadores excluídos do acesso e do processo produtivo. Na atualidade, o modelo desenvolvimentista¹⁶ continua centrado na concentração de grandes áreas de terras pelo agronegócio, visando à monocultura ou especulação financeira do mercado de terras. Num contexto de mercados globalizados, a terra adquire cada vez mais valor monetário especulativo, e menos produtivo. As áreas cultivadas com foco na produção para exportação (commodities) atesta por um lado uma base importante do agronegócio brasileiro para a balança comercial, mas agrega pouco valor para a produção de alimentos no país e na geração de trabalho e renda no campo, causando impacto ambiental¹⁷.

¹⁶ Para discussão aprofundada sobre desenvolvimento no campo, suas contradições, características e processos, ver Leite (2005) e Delgado (1985; 2005; 2010).

¹⁷ Dados da FAO e do Censo Agropecuário, apontam que a agricultura familiar, concentra 77% dos empregos no meio rural.

Dessa forma, o agronegócio mantém algumas bases similares às do século passado no que diz respeito à relação com os trabalhadores, ao impacto ambiental e social no seu entorno, apesar de adquirir roupagem “mais moderna” pelo uso de alta tecnologia, pelo peso na balança comercial e pela integração de cadeias agroalimentares ao redor do mundo. No entanto, o campo é mais complexo que isso. O reconhecimento da diversidade presente na agricultura familiar e camponesa nas comunidades e povos tradicionais, bem como nos pequenos municípios rurais, também marca o campo brasileiro na atualidade e deixa evidente as desigualdades.

Dados do Censo Agropecuário 2006¹⁸ chamam a atenção para a importância econômica da agricultura familiar, que é produtora de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, sendo 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% carne de aves e 46% do milho, com 84,4% do total de propriedades rurais brasileiras pertencem a agricultura familiar. No entanto, apesar da importância econômica e social, esse segmento ocupava apenas 24,3% da área destinada a agropecuária brasileira. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área cultivável, conforme Censo Agropecuário de 2006.

A análise parcial dos dados coletados pelo Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, apontou 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, em uma área total de 350.253.329 hectares. Em relação ao Censo Agropecuário de 2006, essa área cresceu 5% (16,5 milhões de hectares, o equivalente a área do estado do Acre), apesar da redução de 2% (103.484 unidades) no número de estabelecimentos. Em 2017, havia 15.036.978 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Em 11 anos, houve queda de 1,5 milhão de pessoas, incluindo produtores, seus parentes, trabalhadores temporários e permanentes. A média de ocupados por estabelecimento também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas, em 2017¹⁹.

Análises aprofundadas ainda precisam ser realizadas em torno do novo Censo Agropecuário, mas esses dados são significativos em se tratando da desigualdade econômica e social, pois pode indicar maior concentração de terra no país, e confirmar o encolhimento da população que vive da agricultura. O encolhimento da população

¹⁸ O Censo agropecuário ocorre a cada 10 anos e os dados do novo Censo estão em processamento pelo IBGE. Os dados disponíveis não foram suficientes para atualizar todos os dados citados, portanto utilizo como referência as informações do Censo de 2006.

¹⁹ Informações do site do IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total>.

rural no Brasil teve auge no período pós 1950, em virtude dos esforços para a “superação” do Brasil agrário para o urbano industrial, fomentado a partir do governo Vargas e do nacional desenvolvimentismo do governo Kubitschek, refletindo brusco deslocamento da população do campo para as cidades. Segundo o IBGE, a população rural que era de 69%, em 1940, foi para 16% em 2010.

A ideia de modernidade ligada diretamente à visão urbana industrial, contrastada com a imagem de campo como sinônimo de atraso. A ausência total de investimentos em políticas públicas, no combate às desigualdades e nos investimentos educacionais neste período trouxe à tona, também, a falência de um conjunto de programas de alfabetização e educação para um contingente enorme da população brasileira. O Censo de 1940 revelou que a taxa de analfabetismo do país era de 56,17% da população com idade superior a 15 anos²⁰:

No final do governo JK, em 1960, registrava-se uma percentagem de 39,35% de analfabetos entre essa mesma faixa populacional. Se considerar que, no final do século XIX, os países industrializados tinham alcançado a universalização da educação, ou seja, tinham vencido a barreira do analfabetismo, é necessário admitir que, na segunda metade do século XX, uma taxa de aproximadamente 40% de analfabetos entre a população adulta de um país que falava em modernização e desenvolvimento era alarmante²¹.

As desigualdades que impactam o rural derivam de uma opção de modelo de desenvolvimento de base capitalista adotado no país, e esse impacto se dá para além do econômico e social, pois fixou no imaginário o campo como sinônimo de atraso e desvalorização em relação ao meio urbano.

Como destaca Marcom (2012), no caso brasileiro a tendência de valorizar o urbano em detrimento do rural se evidencia no conjunto das políticas sociais e educacionais implementadas, especialmente no período pós-1930, quando o urbano começava a tornar-se hegemônico, pelo menos do ponto de vista econômico-industrial. O autor destaca o reconhecimento deste histórico no Parecer 36/2001 (BRASIL, 2001):

As políticas sociais e educacionais formuladas pós-1930 voltam-se essencialmente para as demandas urbanas, a introdução da educação rural

²⁰ Informações extraídas de: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>.

²¹ Informações extraídas de: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>.

no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando, no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. A preocupação das diferentes forças econômicas, sociais e políticas com as significativas alterações constatadas no comportamento migratório da população foi claramente registrada nos anais dos Seminários e Congressos Rurais realizados naquele período (MARCUM, 2012, p. 88).

Os desdobramentos dessa visão impactaram as políticas educacionais ou a ausência destas políticas no meio rural durante décadas. Há, portanto, além de uma visão subordinada do campo em relação a cidade, um olhar direcionado para estancar o êxodo rural, desconsiderando as mudanças que ocorreram no campo brasileiro e o papel dos atores sociais que atuam nestes espaços.

O rural brasileiro, segundo as estatísticas oficiais e considerando os limites das formas de classificação usadas pelas estatísticas disponíveis no país, tem decrescido ao longo do tempo e guardaria apenas 16% da população total do país, segundo o Censo IBGE de 2010. O mesmo instituto considera como rural e urbano os limites territoriais definidos em cada município.

Já o “Projeto Repensando o Conceito de Ruralidades no Brasil e suas implicações para as políticas públicas” desenvolveu método de análise que amplia “os limites” do rural, propondo o alargamento da visão sobre a complexidade do campo. Segundo os aportes indicados pelo Projeto mencionado, “o rural se expressa enquanto “forma territorial da vida social” onde a relação com a natureza é forte, a base produtiva se diversifica embora as atividades agropecuárias são dominantes, e o modo de vida, os valores e a cultura de seus habitantes guardam especificidades”.

Os mapas apresentados pelo Projeto citado mostram a dimensão do Brasil considerando visão ampliada de rural. Na figura 5, os municípios marcados em verde escuro são os “essencialmente rurais”, em verde claro os “relativamente rural e isolado”, em azul os “essencialmente rural e isolados”, em branco, os “relativamente rural e isolado”, em bordô os “relativamente rural e próximo”, e em vermelho, os denominados “relativamente rural e próximo”²².

²² Definições do projeto Repensando as Ruralidades no Brasil Contemporâneo: O Brasil “essencialmente rural e isolado” predomina em grandes extensões amazônicas, onde há uma população dispersa em pequenas localidades ribeirinhas e na floresta; O Brasil “relativamente rural e isolado” reúne municípios onde a população está muito concentrada em habitat urbano (ex. do Pampa, do Pantanal e de alguns municípios da Amazônia) e municípios onde a mineração e outras atividades reduzem o peso da participação do valor agregado agropecuário na economia local. O Brasil

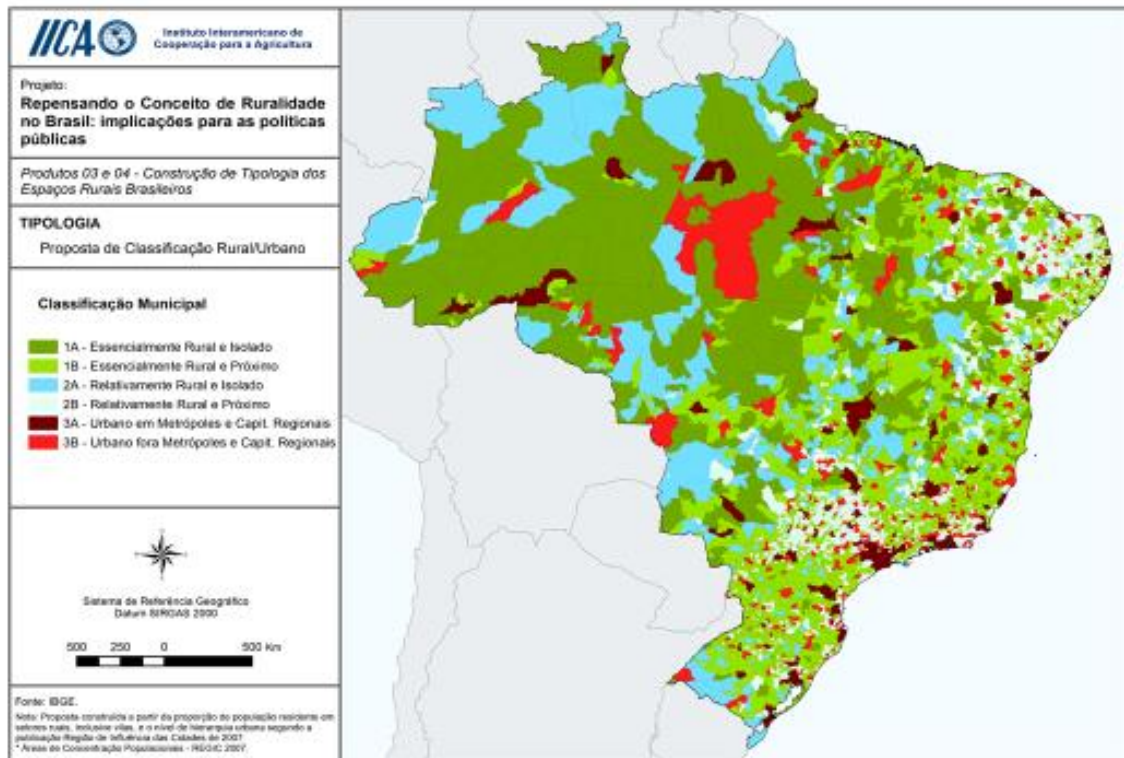


Figura 5 – Mapa do Brasil Rural ampliado. Fonte: Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidades no Brasil e suas implicações para as políticas públicas”.

Pela classificação proposta pelo “Projeto Repensando o Conceito de Ruralidades no Brasil e suas implicações para as políticas públicas”, ao considerar os municípios por meio da classificação acima mencionada, a população que vive em municípios com características rurais representa 37%, conforme apresentado na Figura 6.

“essencialmente rural e isolado” predomina em grandes extensões amazônicas, onde há uma população dispersa em pequenas localidades ribeirinhas e na floresta; O Brasil “relativamente rural e isolado” reúne municípios onde a população está muito concentrada em habitat urbano (ex. do Pampa, do Pantanal e de alguns municípios da Amazônia) e municípios onde a mineração e outras atividades reduzem o peso da participação do valor agregado agropecuário na economia local. O Brasil “relativamente rural e próximo” predomina em dois polos opostos: em São Paulo, pelo baixo percentual da população residindo em habitat rural e nos sertões do Nordeste, onde a população em habitat rural é maior. Trata-se, nesse caso de um rural socialmente vivo, mas economicamente vazio. Os municípios “essencialmente rural e próximo” abrange as grandes concentrações do campesinato, especialmente no Sul, em Minas, no Agreste e Mata, no Maranhão e no nordeste do Pará. Em todos, há uma forte presença de cidades intermediárias.

CLASSES	Municípios	Areakm2	Pop Tot_2010	Percentual Pop Total Brasil
1A ESSENCIALMENTE RURAL "ISOLADO"	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B ESSENCIALMENTE RURAL "PRÓXIMO"	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2A RELATIVAMENTE RURAL "PRÓXIMO"	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2B RELATIVAMENTE RURAL "ISOLADO"	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3 URBANO EXCETO METRÓPOLES E CAPITAIS REGIONAIS	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3 URBANO EM METRÓPOLES E CAPITAIS REGIONAIS	375	325.137,4	100.567.300	52,72
TOTAIS	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

37%

63%

Figura 6 – Classes de regiões e dimensionamento da população residente no meio rural. Fonte: “Projeto Repensando o Conceito de Ruralidades no Brasil e suas implicações para as políticas públicas”.

Ao apontar esses dados, o Projeto nos indica o reconhecimento de que o rural foi visibilizado pela forma como se definiu estatisticamente urbano e rural, indicando o quão desafiador é pensar política pública no Brasil, dada a dimensão e complexidade de fatores que envolvem esses territórios e suas populações locais. O meio rural é diverso, heterogêneo, marcado por desigualdades e com contextos territoriais e regionais diversos, portanto, o sentido de novas ruralidades indicado pelo Projeto mescla rural como espaço de produção agrícola e não agrícola, como local de pluriatividade²³ e biodiversidade. Esse rural também deve ser valorizado como espaço de produção de cultura, de saberes e de conhecimento. Carneiro (1998) também chama atenção para os limites da delimitação de fronteiras entre campo e cidade:

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não mais correspondem às distintas realidades cultural e social. Sendo dessa forma cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais (CARNEIRO, 1998, p. 1).

²³ Ver Schneider (2009).

Tanto Carneiro (1998) quanto o Projeto acima mencionado apontam para os tênues limites para definição das fronteiras do rural e urbano. As fronteiras, mesmo que não sejam visíveis e que sejam transpostas, representam limites reais para o acesso às políticas e serviços públicos no campo. A educação é um dos direitos fundamentais e tem se tornado inacessível a crianças, jovens e adultos.

O debate proposto por essas redefinições de rural e urbano contribuem para enfatizar e valorizar a interdependência entre os espaços rurais e as cidades, não os tratando em oposição. Perceber essa interdependência e relação campo cidade é fundamental para compreender essa geração de jovens rurais e suas demandas, como será apresentado no capítulo 3 deste estudo.

Assim, o presente estudo buscou a “nova classificação” desenvolvida pelo IBGE, do último censo de 2010, que aponta para a classificação dos municípios de acordo com a tipologia rural-urbana²⁴. Segundo o Instituto, essa nova tipologia proposta demonstra que 76% da população brasileira se encontrava em municípios “predominantemente urbanos”, o que corresponde a 26% do total. A maior parte dos municípios brasileiros foi classificada como “predominantemente rural” (60,4%), sendo 54,6% “rurais adjacentes” e 5,8% “rurais remotos”²⁵.

Essa atualização foi, historicamente, proposta e reivindicada pelas organizações sociais, já refletidas em estudos anteriores por universidades e órgãos internacionais, e passará a ser adotada oficialmente pelo instituto. Nesse sentido, o meio rural é constituído por agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, assentados e acampados da reforma agrária, mulheres e homens de diversas raças, étnicas e faixas etárias, num contexto de desigualdade regional demarcado.

4.2 Os sentidos e as trajetórias da Educação do Campo no contexto da educação brasileira

²⁴ Esta mudança que gradativamente está sendo adotada pelo IBGE, segue a linha do proposto no Projeto Repensando a ruralidade do Brasil contemporâneo e dialoga com as propostas feitas neste estudo sobre novas tipologias.

²⁵ Matéria disponível em <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15003-ibge-propoe-debate-de-nova-classificacao-para-os-espacos-rurais-e-urbanos.html>.

Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer em seu Artigo 206 o princípio da igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todos, e em que pesem os avanços na ampliação do acesso à educação nos últimos anos, o campo brasileiro continua com forte defasagem em relação ao acesso à educação. Dados da PNAD (2014) apontam que, enquanto a escolaridade média da população urbana de 25 anos ou mais no Brasil é de 8,2 anos de estudo, a da rural é de apenas 4,4 anos. Ao se observar especificamente a média de escolarização dos jovens de 18 a 28 anos, notam-se avanços significativos, mas ainda assim, em 2013 existia a manutenção da defasagem com 10,2 anos de estudo para os jovens urbanos e 7,9 anos de estudo para os jovens rurais.

O censo escolar da educação básica mostra decréscimo no número de escolas e de matrículas na área rural e crescimento na área urbana, entre os anos 2003 e 2013. No ano de 2003, o Censo registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas, e em 2013, foram registradas 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, representando redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas.

Sobre o Ensino Médio, o Censo da Educação Básica de 2017 também aponta diminuição do número de matrículas, totalizando 7,9 milhões de matrículas nessa modalidade, das quais 7.571.03 ocorreram no urbano (ou 95,5%) e apenas 359.353 mil (ou 4,5%) das matrículas do ensino médio foram realizadas em escolas da zona rural. Segundo o INEP, 89,7% das escolas de ensino médio estão na zona urbana e 10,3% na zona rural, configurando menor participação da zona rural na educação básica.

Segundo o IBGE, em sua síntese de indicadores sociais, o analfabetismo no campo é o dobro do identificado no meio urbano. Em que pese a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais ter diminuído de 12,1% para 8,6%, entre 2001 e 2011, no meio rural esse percentual era de 21,2% e no urbano de 6,5%, em 2011.

O Censo Agropecuário 2017 aponta em dados preliminares que 79,1% dos agricultores entrevistados tinham instrução até o ensino fundamental. Do total, 15,5% declararam que nunca frequentaram a escola e 29,7% não passaram do nível de alfabetização. Além disso, 1.163.354 agricultores (23,05%) declararam não saber ler e escrever, e apenas 0,29% dos produtores (14.449) frequentaram mestrado ou doutorado, enquanto outros 5,58% (281.606) cursaram ensino superior.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil traz dados que explicitam a desigualdade de acesso à educação para os jovens rurais. Sobre escolarização, a pergunta era:

“Qual foi o último ano que você completou?”. Conforme observado na Tabela 1, enquanto 32,30% dos jovens urbanos tiveram como última etapa atingida o ensino fundamental, a porcentagem de jovens rurais que interrompeu os estudos no ensino fundamental salta para 52%.

Tabela 1 – Resultado de estudo realizado pela Agenda juventude Brasil sobre a escolarização de jovens rurais.

	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
Fundamental	35,50	32,30	52,60
Médio ou técnico	49,40	50,70	42,80
Superior	13,70	15,40	4,10
Pós-graduação	1,40	1,60	0,60
Totais	3.293	2.800	493

Fonte: Agenda Juventude Brasil (2013).

Os dados do Censo Agropecuário e as sinalizações da Pesquisa Agenda Juventude Brasil explicitam como a desigualdade de acesso à educação para a população do campo é alta se comparada à população da cidade. Além disso, fica evidente no acesso ao ensino médio e ao ensino superior, bem como pela persistência do analfabetismo no campo acima da média nacional.

Ao se considerar dados coletados por região, nota-se que as desigualdades são maiores no Norte e Nordeste do país, evidenciando o desafio que significa assegurar o acesso e a qualidade da educação, levando-se em conta as desigualdades históricas que excluíram populações, segmentos, sujeitos, territórios e regiões colocados à margem das prioridades do Estado. Castro (2015) explicita esse aspecto, ao analisar os dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013):

Quando analisamos pelas grandes regiões, as distâncias aumentam e demonstram que ser jovem no Sudeste e no Norte ainda está marcado por desigualdades profundas. Se no Sudeste apenas 27,6% dos jovens finalizaram o Ensino Fundamental, no Nordeste 44,2% estão nessa condição de escolaridade. Mas, ao observarmos a diferença dos jovens rurais e urbanos, a situação reproduz a desigualdade entre esses dois “mundos”, uma

vez que, no Sudeste, 26,4% e 44,1% dos jovens urbanos e rurais completaram apenas o Ensino Fundamental, respectivamente. No Norte do país, 64,5% dos jovens rurais estão nessa condição (CASTRO, 2015, p. 68).

Segundo dados da PNAD contínua, em 2016, cerca de 66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade (51% da população adulta) tinham concluído apenas o ensino fundamental. Além disso, menos de 20 milhões (15,3% dessa população) haviam concluído o ensino superior. A desigualdade na instrução da população tem caráter regional: no Nordeste, 52,6% sequer haviam concluído o ensino fundamental. No Sudeste, 51,1% tinham pelo menos o ensino médio completo. A taxa de analfabetismo no país foi de 7,2% em 2016 (o que correspondia a 11,8 milhões de analfabetos), variando de 14,8% no Nordeste a 3,6% no Sul. Em média, a população do país tinha 8,0 anos de estudo e as menores médias regionais eram do Norte (7,4 anos) e do Nordeste (6,7 anos)²⁶.

Esses dados indicam a persistência das desigualdades no acesso à educação entre os meios rural e urbano, que se intensificam com as desigualdades regionais. Os limites em torno do acesso e da qualidade da educação ofertada no campo aparecem como limitador da permanência dos jovens no espaço rural, seja pelo fato da migração para acessar a escola, ou pelo descolamento das escolas do meio rural da própria realidade local.

O baixo investimento em educação para este segmento - refletido nos dados mencionados acima - a precariedade da estrutura e da qualidade da educação oferecida, bem como a lógica de sua implementação, de cima para baixo e descontextualizada da realidade, contribuíram para o questionamento ao longo dos anos sobre a “educação rural” e o papel da escola nesse espaço. Como alternativa os movimentos sociais e organizações do campo começaram a desenvolver suas próprias estratégias de educação, inicialmente, pelo viés da educação popular, e a partir de meados dos anos 1990, pelo conceito de educação do campo, ambas com origem na Pedagogia de Paulo Freire:

Nesse sentido, falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do Educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento

²⁶ Dados recolhidos via Agência IBGE Notícias.

do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida (MACIEL, 2011, p. 328).

A Educação do Campo e a Educação Popular nasceram das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e das suas próprias lutas e organizações. A defesa permanente para que os trabalhadores do campo saíssem da invisibilidade e deixassem de ser vistos como alvo de políticas, sendo entendidos como sujeitos da própria história, são marcas nesse processo. Neste sentido, a pedagogia que Freire propõe encontra ressonância nos movimentos sociais, pois, como afirma Paludo (2001, apud ANTONIO et al., 2007), é nos anos da década de 1960, com Paulo Freire, que se tem no Brasil pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares. Proposta que adentra o campo popular, porque contempla esses grupos sociais partindo do vivido para propor uma transformação.

As elaborações da teoria e das práticas da Educação do Campo tiveram impulso na Pedagogia da Terra²⁷ e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA²⁸, além das experiências desenvolvidas pelas demais organizações do campo. Roseli Caldart recupera o processo histórico de construção da educação do campo:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implementação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART. 2007, p. 71).

A autora reforça a ampla visão da educação do campo, destacando uma política que não se reduz à política pública, mas que inclui/precisa incluir políticas de acesso à educação pública para o conjunto dos camponeses e para o conjunto das

²⁷ Sobre Pedagogia da Terra ver CALDART (2002).

²⁸ Criado em 1998, por pressão do MST logo após o massacre de El Dorado de Carajás, o programa realizado pelo INCRA, pelas parcerias com Universidades, Institutos Federais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Ver II Pesquisa Nacional Sobre Educação na Reforma Agrária.

famílias trabalhadoras do campo. Portanto, a educação do campo se coloca na escola e para além da escolarização, dentro de uma visão de projeto de campo e de país:

A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive na escola (CALDART, 2002, p. 81).

Conforme pode ser observado, as organizações sociais dos trabalhadores do campo além de questionar o modelo de desenvolvimento adotado e demandar políticas públicas, acesso à terra e organização produtiva, questionam de maneira organizada a concepção de educação e de educação rural, seus impactos e ausências no rural brasileiro.

A origem da Educação do Campo cresce junto com a Educação Popular, mas a elaboração da agenda da Educação do Campo de maneira mais estruturada e conceituada remonta a década de 1990, e é impulsionada a partir dos anos 2000. Roseli Caldart destaca que a expressão “Educação do Campo” pode ser datada:

[...] nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p. 260).

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade composta por inúmeras organizações e movimentos sociais e sindicais, que passou a elaborar e promover ações conjuntas em defesa da escolarização dos povos do campo em nível nacional, contribuindo para as formulações em torno do tema. Caldart (2012) destaca, ainda, que os passos seguintes a criação da “Articulação” foram as duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, ocorridas nos anos 1998 e 2004. Somado a isso, a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas

do Campo, em 2002, a instituição no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável (CONDRAF) do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003, a criação no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD²⁹ e a coordenação geral de educação do campo, em 2004, e a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, em 2010.

Caldart (2012) ainda remete esse histórico a um processo de debate no MST, que se inicia em 1997. Em julho daquele ano ocorreu o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), evento em que algumas entidades desafiaram o MST a levantar discussão ampla sobre a educação no meio rural brasileiro. As discussões seguiram na preparação da I Conferência em agosto de 1997. No mesmo bojo de desafios, surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998.

A Educação do Campo tem, portanto, construção que parte da sociedade por meio dos movimentos sociais. Para Mançano (2002), a Educação do Campo difere da educação “no” campo ou da educação rural, na medida em que se coloca num projeto articulado de sociedade, de visão de campo, de relação direta com os movimentos sociais e a produção de nova visão de educação. Ainda para o autor, a educação “no” campo e rural é a educação realizada para o espaço rural, e reproduz um padrão urbano de educação e descontextualizado da sua realidade. Enquanto a Educação Rural é um projeto externo ao campesinato, a Educação do Campo nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios.

Essa diferenciação é importante, e explica conceitualmente a diferença entre educação rural e Educação do Campo, justificando a concepção apontada por Caldart (2012), de que a Educação do Campo remete a demanda por acesso a escolarização, mas vai além:

Quando dizemos por uma educação do campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito a educação e a escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada a história e a

²⁹ No ano de 2011, foi transformada em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), acrescentando nas suas atribuições as políticas de Inclusão de pessoas com deficiência. Esta Secretaria foi extinta em 2019, após posse do novo governo.

cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não mero apêndice da escola pensada na cidade³⁰ (CALDART, 2002, p. 13).

Como observado, desde meados dos anos 1990 o tema começa a assumir outra envergadura, em decorrência, especialmente, da pressão dos atores sociais, da elaboração de proposições e da implementação de experiências concretas de educação por parte dos movimentos e organizações do campo. Pelo crescimento da pauta de dentro pra fora, ou seja, dos movimentos sociais para o estado e governos; e dos seus desdobramentos nos últimos 20 anos, apesar da persistência de alguns indicadores, houve também uma série de avanços registrados. Um deles diz respeito à legislação e marcos legais normativos para a Educação do Campo. Para Molina (2012), a garantia desses marcos legais foi fundamental:

[...] merecem destaque alguns dispositivos legais conquistados que reconhecem as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça respeitando as especificidades dos sujeitos do campo: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC nº 1 e nº 2, de 2002 e 2008 respectivamente), expedidas pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE); o parecer nº 1, de 2006, também expedido pela CEB, que reconhece os dias letivos da alternância; e, mais recentemente, o decreto nº 7.352, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Além destas normatizações específicas, são também instrumentos legais imprescindíveis à execução da garantia do direito à educação escolar dos povos do campo os marcos legais definidos na Constituição Federal de 1988. Nela, a educação integra o rol dos direitos sociais fundamentais, e o detalhamento das obrigações do Estado na sua oferta encontra-se nos artigos 205 e seguintes, que tratam das condições e garantias do direito à Educação nos diferentes níveis e modalidades (MOLINA, 2012, p. 454).

No entanto, Molina (2012) chama atenção para o desafio que é a materialidade desses marcos normativos em políticas públicas. Os indicadores de desigualdades educacionais no campo expõem a urgente necessidade da adoção de políticas afirmativas para o enfrentamento de privações, em virtude das variadas consequências que geram ao negar o desenvolvimento amplo e integral, não só desses indivíduos, mas também das comunidades rurais às quais pertencem.

³⁰ Este é um trecho da Declaração por uma Educação do Campo, de 2002.

Assim, existe a necessidade de conciliar a agenda proposta pela Educação do Campo com a implementação de políticas públicas de elevação de escolaridade, pelo uso de políticas afirmativas que potencializem as iniciativas dessa educação, e que ao mesmo tempo considere o leque de demandas apresentadas pelos jovens rurais nas Conferências de Juventude. É relevante destacar alguns avanços importantes conquistados no período em questão, os quais serão apresentados no subitem a seguir, recuperando alguns programas e políticas que serviram de base para a elaboração de resoluções sobre juventude rural.

4.3 Políticas e programas para a Educação do Campo executados em âmbito federal no ciclo estudado

Nesta etapa do presente estudo, recuperaram-se as informações sobre programas para a Educação do Campo, com maior ênfase ao Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária e nas Escolas Famílias Agrícolas.

4.3.1 Programas no âmbito do Ministério da Educação (MEC)³¹

- Programa Saberes da Terra

Criado em 2005, tem como objetivo geral: elevar a escolaridade de jovens e adultos agricultores familiares, proporcionando certificação correspondente ao ensino fundamental, integrada à qualificação social e profissional. No ano de 2012 passou a ser incorporado ao PROJOVEM.

- PROCAMPO

Criado em 2007, oferece cursos de licenciatura, via Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com organização curricular cumprida em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e habilitação para docência multidisciplinar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ciências agrárias.

³¹ A apresentação dos programas aqui mencionados consta no site do Ministério da Educação.

- PRONACAMPO

Lançado em 2012, o programa baseia suas ações, conforme instruções do MEC, em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Uma das ações previstas é a educação contextualizada, que promove a interação entre o conhecimento científico e os saberes das comunidades. O PRONACAMPO também agregou iniciativas do PRONATEC Campo. O programa, ainda, agrega ações de apoio ao transporte escolar no campo e de inclusão digital, oferece apoio para garantia de energia elétrica, água e esgoto nas escolas, agrega o Programa dinheiro direto na escola - PDDE Campo, e o Programa Nacional do Livro didático - PNDL campo. Oferece também apoio para a melhoria da infraestrutura das escolas, além de agregar o Programa Nacional Biblioteca na Escola e o Programa Mais Educação Campo.

4.3.2 Programas executados no ciclo estudado no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude³²

- Programa Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural – PAJUR

Criado em 2013, trabalhava com três eixos: a formação cidadã e agroecológica, com capacitação em tecnologias sociais e de produção para geração de renda; a integração com políticas públicas que podem atender a juventude rural; e o apoio a projetos de geração de renda (agrícolas e não agrícolas).

As principais ações do PAJUR eram: Residência Agrária Jovem, com o objetivo de contribuir para a formação, a produção de conhecimentos, a capacitação técnico-profissional, a produção e disseminação de tecnologias sociais de jovens de 15 a 29 anos estudantes de nível médio, situados em assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e de comunidades tradicionais e extrativistas. Realizado por chamada pública pelo CNPq, atendendo universidades federais e estaduais, IF's, escolas técnicas federais e estaduais. Foram parceiros: Incra, CNPq e SNJ.

- Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo

³²Informações extraídas do relatório de balanço da SNJ 2011/2014.

Estratégia para fortalecer a inclusão socio-produtiva da juventude rural, pela articulação do processo formativo com base nos princípios da agroecologia e política de inclusão produtiva. O projeto era orientado pela assistência Técnica e ao processo de comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e aos mercados públicos e privados. O programa se desenvolveu com parceria entre MDA, CNPq, SNJ e CONAB e ofereceram cursos em parceria com as Universidades Federais.

4.3.3 Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário³³ (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

O relatório da II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária - PNERA, aponta cerca de 5 milhões de pessoas vivendo em assentamentos da reforma agrária no Brasil. A premência da luta pela terra esteve fortemente imbricada à luta pela ampliação dos direitos dos povos do campo e na origem das elaborações políticas de educação do campo:

O programa foi criado em 16 de abril de 1998, por portaria do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), num contexto de ascenso da luta pela Reforma Agrária que aliava as condições de forte organização e mobilização dos Sem Terra por todo o território nacional à sensibilidade da sociedade brasileira em torno da causa, mobilizada após os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Os movimentos sociais do campo souberam bem aproveitar este ambiente favorável à Reforma Agrária para trazer a público outras pautas normalmente esquecidas ou desconhecidas pelas autoridades, entre elas a situação da Educação no Campo, notadamente a falta de escolas, e a falta de educadores para as poucas que existiam, o que impunha uma condição de acesso apenas aos anos escolares iniciais, reproduzindo, nos assentamentos, a mesma lógica de negação histórica do direito, aos camponeses, de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade (SANTOS, 2012, p. 632).

³³O MDA foi extinto no Governo Temer, transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) e no atual governo, foi anexada junto com o INCRA, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Ministério responsável pelo agronegócio).

Uma das justificativas para a criação do programa à época foi a quase ausência de escolas nas áreas da reforma agrária e os índices de analfabetismo, que eram superiores à média encontrada na população rural. O programa prevê a realização de ações de alfabetização, ensino fundamental, médio e pós médio de Jovens e Adultos; Formação de Profissionais de Nível Médio e Superior; e Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional.

Hackbart (2007) destaca que o programa formou cerca de 500 mil pessoas, em parceria com universidades públicas, escolas técnicas, escolas-família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação. A Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária aponta que, no período de 1998 a 2011, foram realizados 320 cursos do PRONERA por meio de 82 instituições de ensino em todo o país, e conforme Santos (2007):

Tão importante quanto os resultados quantitativos é o significado do Programa como política pública conquistada pelos movimentos sociais, ainda que num ambiente de adversidade. É inegável a dimensão do Pronera como espaço desta interseção entre o Estado, as instituições de ensino e os movimentos sociais, especialmente entre estes dois últimos, pois aproxima e faz o encontro entre dois mundos historicamente apartados, dado que os processos de formação humana costumam ser apartados dos processos de trabalho (SANTOS, 2007, p. 637).

O programa passou a integrar o Plano Plurianual de 2005 e 2009, por meio da inclusão do artigo 33 na Lei nº 11.947, e posteriormente, o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a instituir o PRONERA. Em 2010, o presidente da República editou o Decreto nº 7.352, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo e o PRONERA. Apesar de tardio, esses passos foram importantes para a institucionalização do programa em nível federal.

O PRONERA se propõe a estar ancorado na realidade dos assentados da reforma agrária. Santos (2007) aponta que uma característica importante do PRONERA diz respeito aos tempos e espaços educativos, pela adoção da metodologia da alternância na organização dos cursos. Os tempos educativos são divididos em dois períodos – tempo escola e tempo comunidade – assegurando nos projetos a dimensão da indissociabilidade entre os conhecimentos sistematizados no

ambiente escolar e/ou acadêmico e os conhecimentos presentes e, historicamente, construídos pelos camponeses.

O programa teve avanços e revezes desde a sua criação, chegou a ser impedido de funcionar durante um período, por conta de ações civis públicas e de ações de órgãos de controle³⁴. Mas, foi sem dúvida, um dos pioneiros na reivindicação por formulação da política de educação do campo. O PRONERA é um bom exemplo de programa que, apesar de focalizado, atingiu 500 mil pessoas, criou lastro e contribuiu para a criação do Programa de Apoio a Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, que teve sua execução iniciada no ano de 2007.

4.3.4 Pedagogia da Alternância. Escolas Família Agrícolas e Centros de Formação por alternância - CEFAS

As escolas família agrícolas – EFAS têm origem na França e começaram a ser implantado no Brasil pelo estado do Espírito Santo (ES), em 1968, por meio do Movimento de Educação Promocional do ES – MEPES (ARAÚJO, 2015). É uma iniciativa da sociedade, que passou recentemente a contar com o reconhecimento do estado brasileiro, passando a receber recursos do FUNDEB.

As EFAS conjugam tempo escola e tempo família comunidade por meio da Pedagogia da Alternância. Foca na educação básica, profissional e formação de lideranças. Segundo o Ministério da Educação, a rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que se organiza em três associações – UNEFAB, ARCAFAR–SUL e ARCAFAR-NORTE-NORDESTE e congrega as EFA, CFR e ECOR, somam 217 escolas que adotam a Pedagogia da Alternância:

Os objetivos dos CEFFA vão, portanto, desde a formação integral dos jovens do meio rural, adequada à sua realidade, incluem a melhoria da qualidade de vida das famílias pela aplicação de conhecimentos técnico-científicos e o estímulo no jovem do sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo e solidário, até a introdução de práticas relacionada às ações de saúde, nutrição e de cultura das comunidades. Após a conclusão do curso, o aluno recebe o histórico escolar (Ensino Supletivo ou Fundamental, Médio ou Profissional de nível técnico) e o diploma de formação profissional (Ensino Médio) ou de qualificação como profissional da agricultura (Ensino Fundamental). É conveniente substituir a

³⁴ Ver Molina (2007; 2012).

terminologia “Ensino Supletivo”, ainda ali utilizada, por “Educação de Jovens e Adultos – EJA (MEC, p. 41).

As EFAS surgiram a margem do sistema oficial de ensino, e durante décadas se viabilizou construindo mecanismos locais de financiamento, por meio de associações, da contribuição dos beneficiários e de prefeituras municipais. Somente a partir dos anos 2000, as EFAS passam a serem incorporadas e integradas ao sistema educacional, pelo uso de pareceres do Conselho Nacional de Educação. Ferreira (2015) destaca que:

Com o crescimento do debate sobre políticas públicas específicas para agricultura familiar e com o surgimento da Educação do Campo como crítica à realidade educacional das populações rurais nas décadas de 1990 e 2000, a Pedagogia da Alternância inspira outros movimentos sociais rurais e suas práticas em educação assim como passa a ser reconhecida pelo Governo Federal como proposta alternativa e exitosa de ensino no campo. Esse reconhecimento – fruto da mobilização das organizações representativa dos CEFFAs nacionalmente – se traduziu em pareceres positivos do Conselho Nacional de Educação sobre a Pedagogia da Alternância, na influência sobre políticas e programas públicos educacionais, em legislações positivas e mais recentemente, na possibilidade dessas escolas acessarem os recursos do FUNDEB (FERREIRA, 2015, p. 6).

Ferreira (2015), esclarece que a Lei 12.695/2012 alterou a Lei 11.494/2007 para contemplar, com recursos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as instituições comunitárias que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância. Tal Lei assegura o financiamento público dos CEFFAs, por meio de convênios com municípios e/ou estados. Para tanto, as escolas precisam, além de estar conveniadas com o governo do estado e/ou município, ter associação mantenedora, trabalhar com a Pedagogia da Alternância e estar cadastrada regularmente no Censo Escolar do INEP.

Dessa maneira, as escolas por alternância saem da margem e das experiências de educação não formal e iniciam um processo de institucionalização, mas sem perder a essência das suas características. Infelizmente, nem toda a rede das EFAs consegue assegurar o processo exigido por Lei, e continuam a fazer esforços cotidianos para se manterem de portas abertas. Em que pese o conjunto de

dificuldades para a manutenção dessas experiências e os limite da escala, as EFAs e CEFFAs, bem como o PRONERA, foram expandindo e contribuíram para a gradativa incorporação da Educação do Campo, além do fortalecimento de uma agenda pública em torno do tema, que se desdobrou inclusive em marcos legais.

Outro fator positivo a destacar é que essas agendas contribuíram para políticas posteriores. A implementação do Programa de Apoio a Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, que hoje prepara profissionais para trabalharem com educação do campo, é um exemplo de como experiências como o PRONERA iniciaram a abertura das universidades para a educação do campo. Nesse caso, mesmo sendo políticas focalizadas e reparatórias podem influenciar na abertura de outras tantas.

Como visto neste histórico, o debate em torno da Educação do Campo cresce e se dissemina dentro de uma visão de projeto de país, além de ser uma resposta a ausência da educação de qualidade e contextualizada no espaço rural. Ademais, contribuiu para o entendimento dos profundos desafios que as políticas públicas ditas universais enfrentam, a começar pelo fato de darem de conta de responder as históricas desigualdades para segmentos específicos, a exemplo da juventude rural.

Neste contexto, fomentar a construção de políticas de estado e universalizantes é fundamental para não reproduzir a base do estado neoliberal, com ações pontuais e descontinuadas para as populações mais vulneráveis. No entanto, os programas apresentados neste estudo demonstram que, tanto as ações afirmativas quanto os programas e ações direcionadas para as populações mais invisibilizadas, reforçam as singularidades de determinados segmentos e territórios, como no caso dos jovens e das populações do campo.

5 CAPÍTULO 3

AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: CONEXÕES ENTRE AS VELHAS E NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

Neste capítulo, serão apresentadas as três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ) pelo exercício de mapeamento e de classificação das demandas transformadas em resoluções. Buscou-se compreender quais as questões sobre educação e Educação do Campo mobilizaram a juventude rural. A análise se dará em diálogo com os resultados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil e os acúmulos apresentados pelos jovens rurais organizados no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas.

Realizadas em contextos e metodologias diferentes, as três Conferências Nacionais de Juventude foram precedidas de etapas preparatórias. Com documento base elaborado partindo de diálogo da SNJ com o CONJUVE, todas as etapas nacionais foram precedidas pelas Conferências Municipais, Regionais, Territoriais, Livres, Virtuais, e por consultas específicas aos Povos e Comunidades Tradicionais³⁵ e Conferências Estaduais. Todas essas etapas visavam ampliar o envolvimento dos jovens e o alcance das Conferências. Além de debater o documento base, as etapas citadas podiam elaborar proposições ao texto base nacional que, posteriormente, era sistematizado pela Secretaria e Conselho, com posterior encaminhamento ao debate, votação e priorização na etapa nacional. Vale salientar que nem todas as etapas elegiam delegados/representantes para a nacional. Com alguma oscilação entre as três Conferências, as etapas municipais, territoriais, estaduais e a consulta as comunidades e povos tradicionais elegeram delegados. Entre delegados,

³⁵ A Consulta foi um encontro específico para s jovens dos PCTs, preparatórios as três Conferências. Os Encontros elegeram delegados e fizeram contribuições de conteúdo direto para a etapa nacional. Realizada pela SNJ, com apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Nacional do Índio, Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Segundo a SNJ, o encontro teve como objetivo potencializar a participação dos setores mais excluídos da juventude. Participaram da consulta jovens e representantes de diversos povos e comunidades tradicionais, dentre eles: quilombolas, indígenas, ciganos, terreiros, ribeirinhos, pomeranos e mais 15 (quinze) outras populações tradicionais.

participantes e convidados, as etapas nacionais de 2008, 2011 e 2015 tiveram cerca de 3 mil participantes cada. Peregrino et al. (2018), chamam atenção para a ampliação da diversidade dentre os participantes deste processo:

Grande parte deles vinha de experiências anteriores de engajamento político, porém de caráter mais local ou regional e, portanto, muitos estavam debutando no cenário nacional. Nesse período analisado, a grande novidade foi a ampliação das identidades juvenis em cena, pois, tradicionalmente, ser jovem era sinônimo de ser estudante e as políticas públicas de juventude concentravam-se em questões da educação, geralmente voltadas para aqueles que podiam estudar e com baixa percepção das exclusões produzidas pelo sistema educacional brasileiro. Em suas lutas por reconhecimento, a juventude brasileira diversificou essa pauta de reivindicações, principalmente a partir da afirmação de novas identidades políticas, como os jovens negros, quilombolas, de terreiro, assentados, glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), convivendo com os movimentos já veteranos na cena política, como o movimento estudantil, tanto universitário quanto secundarista, grupos religiosos, jovens de partidos políticos, da capoeira, do funk e do hip hop. Este diálogo a partir da diversidade é um dado novo no cenário recente, que nenhuma geração precedente vivenciou tão intensamente. Como ponto em comum em meio à diversidade, estava o fato de o governo ser o interlocutor primordial para o qual essa rede jovem se voltava em busca de recursos e de marcos legais de regulação de direitos (PEREGRINO et al., 2018, p. 134 e 135).

Para identificar o perfil dos participantes das etapas nacionais, a SNJ promoveu a realização de pesquisa com delegados e observadores nas três edições. Analisando esses dados, Peregrino et al. (2018), apontam que houve variação considerável no número de respondentes. Na análise feita pelos autores, foi possível identificar aspectos do perfil socioeconômico, além de questões ligadas à identidade e à escolaridade, as quais auxiliaram na compreensão da extração social dos participantes. A primeira edição da CNPPJ teve 1.854 respondentes, na segunda 1.209 respondentes, e na terceira 944 respondentes³⁶.

Segundo o estudo realizado por Peregrino et al (2018), houve ao longo das três Conferências crescimento da participação de mulheres, de negros e pardos, bem como a ampliação gradual em todas as etapas do número de jovens que se

³⁶ Fonte: Elaboração dos autores com uso de dados das CNPPJ (PEREGRINO et al., 2018).

autodeclaravam homossexuais, bissexuais e transgêneros, tendo ainda como predominante a faixa etária dos jovens entre 19 e 25 anos. Para os autores, o avanço da participação feminina segue tendência observada nos movimentos sociais de juventude em geral, nos quais a presença das mulheres é cada vez maior e mais visível, inclusive nas posições de liderança. Essa característica fica marcante na terceira etapa da CNPPJ, quando se alcança quase equivalência da participação entre sexos.

Sobre a escolaridade dos participantes, a análise das pesquisas de perfil aponta para uma maioria de estudantes que atingiram o ensino superior:

Os participantes com nível fundamental foram sendo discretamente reduzidos, enquanto os com nível médio de escolaridade tiveram um aumento significativo, de quase dez pontos percentuais, passando de 26,8% para 36,9% e 35,0%, respectivamente. Assim, a amostra de jovens presentes nas três edições das CNPPJ não condiz com a escolaridade média dos jovens brasileiros, pois aqui percebe-se uma sobre-representação dos que estão no ensino superior. Enquanto no país temos cerca de 34% de jovens de 18 a 24 anos matriculados em universidades, nossa amostra apresenta cerca de 60% de universitários nas três edições. Há, ainda, uma ligeira ampliação daqueles que estão cursando o ensino médio (PEREGRINO et al., 2018, p. 139 e 140).

Apesar destes dados, não é possível pela sistematização dos mesmos saber se entre os jovens rurais presentes nas Conferências também se reproduzem os mesmos indicadores de perfil de escolaridade. Analisando as informações sobre os movimentos de origem dos participantes, os dados apontam que nas três etapas nacionais que os jovens rurais não passaram de 5% dos presentes.

Importante destacar que as Conferências foram espaços que asseguraram alta diversidade e representatividade dos segmentos juvenis, permitindo arena democrática de formulação e disputa em torno das políticas públicas. No entanto, vale salientar que estes espaços, por mais representativo que tenham sido, representam estratos da juventude brasileira.

Para adentrar no estudo propriamente dito, foi utilizado neste trabalho o debate da participação e política pública tratado por Souza (2006), em seu artigo “Políticas Públicas, uma revisão da literatura”. A autora afirma que Lowi (1964; 1972) desenvolveu, talvez, a mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada por uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima, a autora quis dizer

que cada tipo de política pública encontra diferentes formas de apoio e de rejeição, e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas.

Souza (2016) recupera também os formatos de políticas públicas elaborados por Lowi (1964; 1972), que contribuem diretamente para o debate aqui proposto:

O primeiro formato é o das políticas distributivas, que segundo a autora, são decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos (SOUZA, 2006, p. 28).

Já Novaes (2007), ao analisar as políticas públicas de juventude, propõe leitura a luz das especificidades juvenis. Para a autora, tais políticas podem ser agrupadas em torno de demandas de distribuição, de reconhecimento e de participação:

As principais demandas de distribuição revelam dívidas sociais acumuladas e, ao mesmo tempo, trazem consigo questões que dizem respeito à atual condição juvenil. Elas estão ligadas ao direito à educação de qualidade, ao trabalho decente que permita equacionar trabalho/estudo/vida familiar[...] As demandas por reconhecimento dizem respeito à busca de legitimação (no interior do poder público e na sociedade civil) em torno da constituição da juventude como um singular “sujeito de direitos”. Trata-se, no entanto, de um “sujeito” que demanda reconhecimento de sua diversidade de suas identidades e causas. Os Programas e Ações devem levar em conta os preconceitos e discriminações que os vulnerabilizam por serem jovens, pobres, negros, mulheres, homossexuais, favelados etc... Neste âmbito, trata-se de gerar tanto políticas afirmativas quanto Campanhas para demover preconceitos e sancionar discriminação. Por fim, as demandas de participação surgem como condição imprescindível para levar demandas distributivas e de reconhecimento para o espaço público democrático. Assim como no contexto particular das políticas públicas de juventude, a participação torna-se ela mesma uma demanda já que remete ao acesso aos espaços específicos de decisão sobre desenho, validação, acompanhamento e avaliação de programas e ações voltados para esse segmento populacional (NOVAES, 2013, p. 20).

Tal classificação ajuda a sistematizar as demandas juvenis, mas suas linhas divisórias não devem ser vistas de maneira estanque. Isto porque as demandas comportam interdependências, zonas intermediárias e híbridas (NOVAES, 2013).

O esforço deste estudo visa buscar entender os reflexos das demandas dos jovens rurais por educação e Educação do Campo em contextos institucionalizados de participação social, com base nas referências de categorias definidas por Novaes (2013), justamente por partir do princípio das singularidades juvenis.

Considerando as categorizações sugeridas por Novaes (2013), além das singularidades da juventude rural, cabe refletir sobre as demandas de distribuição, a exemplo daquelas que traduzem as demandas por direitos historicamente negados e que explicitam o histórico de ausências e necessidades no espaço rural, materializando as desigualdades sociais e de acesso a um leque de políticas públicas e serviços. Já as demandas de reconhecimento dizem respeito aquelas que nomeiam a diversidade dos jovens rurais, chamando atenção para as diversas identidades que compõe internamente essa categoria. Tem a ver com o reconhecimento das identidades sociais e territoriais destes jovens. E as demandas de participação, que são aquelas que identificam os jovens e/ou suas comunidades rurais como atuantes para a formulação, acompanhamento e controle social das políticas públicas.

Como alertava Novaes (2013), essas classificações não são estanques, já que outros desenhos são possíveis, mas no referencial teórico das políticas públicas são as que mais se aproximam da formulação das demandas por direitos, respeitando as singularidades dos jovens rurais e de seus territórios.

Além de categorizar o conjunto de demandas mapeadas, este estudo propôs uma subcategorização, visando identificar com maior detalhamento os leques de políticas e direitos demandados pela juventude rural organizada. No entanto, vale enfatizar que o exercício de classificação/categorização e subcategorização proposto será por predominância de temas, pois a maioria das resoluções contém inúmeras demandas em uma mesma redação. Para exemplificar, vale destacar a resolução da 2ª Conferência:

Consolidar as políticas educacionais de educação inclusiva por meio da garantia da implementação das Leis 11.645/08, 10.639/03 e o das Diretrizes Operacionais da Educação no/do campo em todos os estados e municípios bem como a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar a escolarização dos jovens com deficiência e público alvo da educação especial, ampliando e qualificando a oferta de alfabetização

e educação de jovens e adultos, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o PROJOVEM e o PROEJA, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos e literários adequados, bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim, bem como garantindo a reforma curricular do ensino médio e fundamental, garantindo ensino bilíngue de Libras e Língua portuguesa para estudantes surdo, braile, filosofia, sociologia e política, aprovando o plano de reestruturação das escolas públicas proporcionando a inclusão e o acesso da juventude brasileira em especial os jovens com deficiência ao ensino regular, fundamental, médio, integral e integrado com a educação profissional, priorizando a gestão democrática com fortalecimento dos grêmios estudantis e , principalmente, a eleição direta pra diretor. Garantindo ainda a assistência estudantil, a acessibilidade no transporte público gratuito. Promovendo assim a formação para a vida e para a cidadania dos jovens (2ª CNPPJ, 2011).

Esse esforço não esgota, portanto, o leque de possibilidade de análise, mas serve para indicar pistas para entender a questão dos jovens rurais em relação à educação e Educação do Campo. Como subcategorias das políticas educacionais, agrupou-se as demandas partindo de questões referentes à/ao: a) acesso e ampliação da escolarização, b) grade curricular, c) legislação, normas e aspectos operacionais, d) formação do corpo docente, e) gestão democrática, f) infraestrutura educacional, g) financiamento, e h) intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Como já mencionado, as três etapas da CNPPJ aprovaram 202 resoluções, das quais pode-se identificar 42 resoluções que se referem à juventude rural. Entre estas, 21 resoluções estão relacionadas à educação e à Educação do Campo³⁷, indicando a necessidade de se considerar o reconhecimento de especificidades dos jovens no meio rural e sua participação nos processos educativos. No entanto, antes de enveredar na análise das demandas sobre educação do campo mapeadas³⁸, é importante destacar como a juventude rural apareceu dentro das prioridades definidas nas três Conferências, e que as demandas por Educação do Campo dialogam diretamente com essas resoluções. Apesar de os jovens rurais não constituírem nem 5% dos delegados nestes espaços, tiveram presença central nas resoluções aprovadas. Por isso, recuperou-se no presente trabalho o início da apresentação de cada uma das etapas nacionais, considerando as prioridades gerais aprovadas sobre juventude rural.

³⁷Ver tabela completa com a sistematização das 21 resoluções no anexo 2.

³⁸ Para não carregar a leitura, as demandas mapeadas durante as três CNPPJs estão disponíveis no anexo 2, bem como contém nos anexos, a classificação e subcategorização de tais demandas.

Entre as 21 demandas identificadas, 15 demandas remetem, ao mesmo tempo, questões de reconhecimento e de distribuição; 4 demandas remetem à necessidade de combinar reconhecimento, distribuição e participação para atender as demandas educacionais dos jovens rurais e, por fim, 2 demandas enfatizam a melhor distribuição de recursos públicos para garantir o direito à educação dos jovens rurais.

Ao se comparar as três Conferências (Figura 7), pode-se verificar o quanto as questões de distribuição estão associadas aos processos de reconhecimento e participação. Estes resultados mostram que as demandas de distribuição são a base de todas as resoluções das três CNPPJ. Nenhuma de reconhecimento ou participação vem sozinhas, indicando que o pano de fundo das reivindicações dos jovens rurais versa sobre dívidas sociais acumuladas, ao mesmo tempo que carregam questões atuais e especificidades.

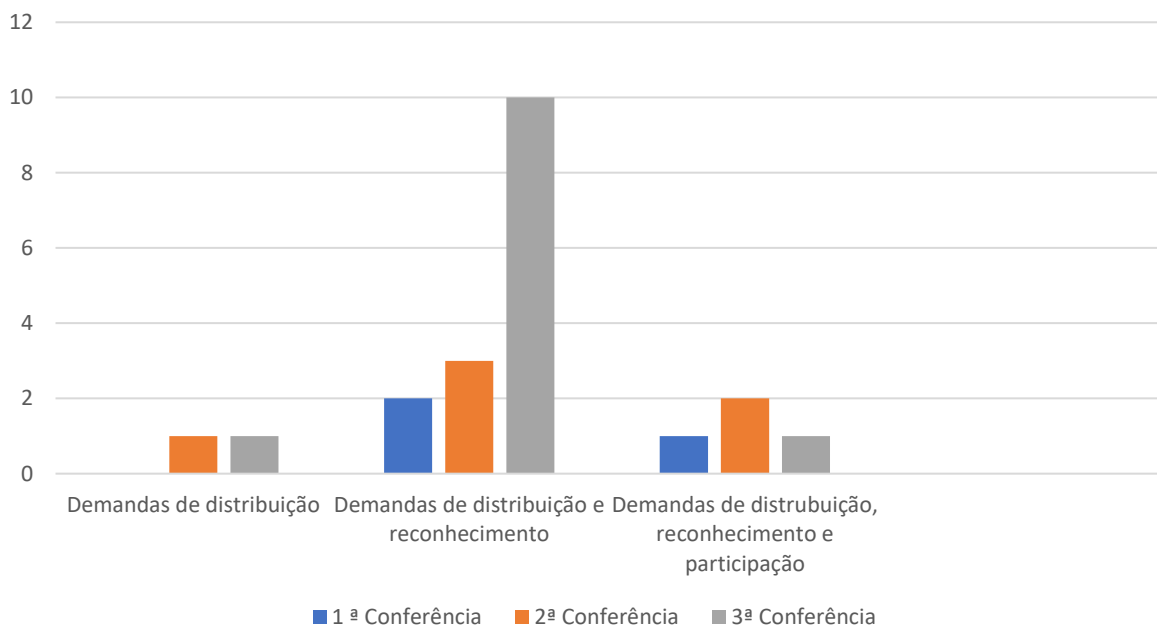


Figura 7 – Demandas educacionais de jovens rurais nas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude.

Apesar de resultados percentuais não serem ideais para traduzir números reduzidos, foi realizado neste estudo a subcategorização das demandas apresentadas 5 pelos jovens rurais (Figura 8), com o intuito de exemplificar e apresentar com maior clareza tais necessidades. Partindo do ranking das demandas mais citadas, foi

observado que 15 demandas apontam para a intersetorialidade da educação com outras políticas públicas, 10 demandas versam sobre acesso e ampliação da escolaridade, 9 demandas sobre legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais, 9 demandas sobre infraestrutura, 6 demandas sobre financiamento, 6 demandas sobre formação docente, 5 demandas sobre currículo, e 2 demandas sobre gestão democrática.

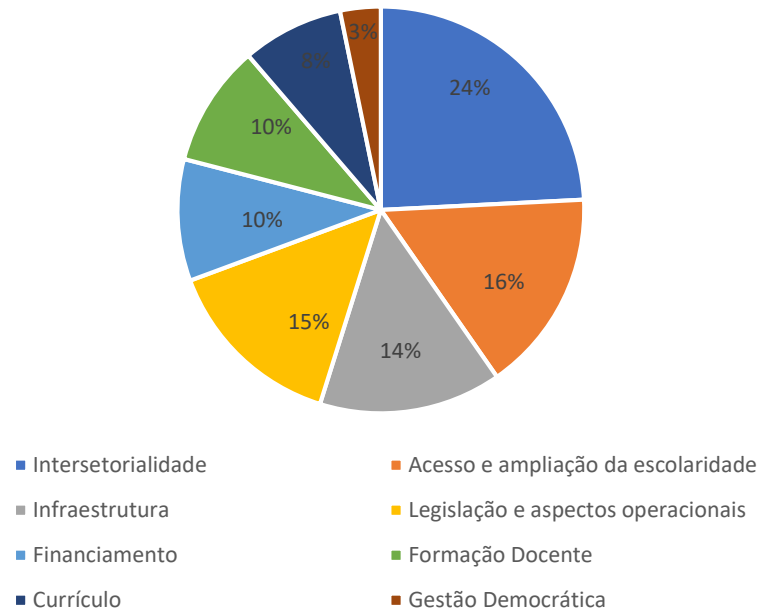


Figura 8 – *Ranking* dos temas recorrentes nas demandas de distribuição, reconhecimento e participação nas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude.

Considerando o ranking das demandas nas três Conferências (Figura 9), tem-se a seguinte configuração:

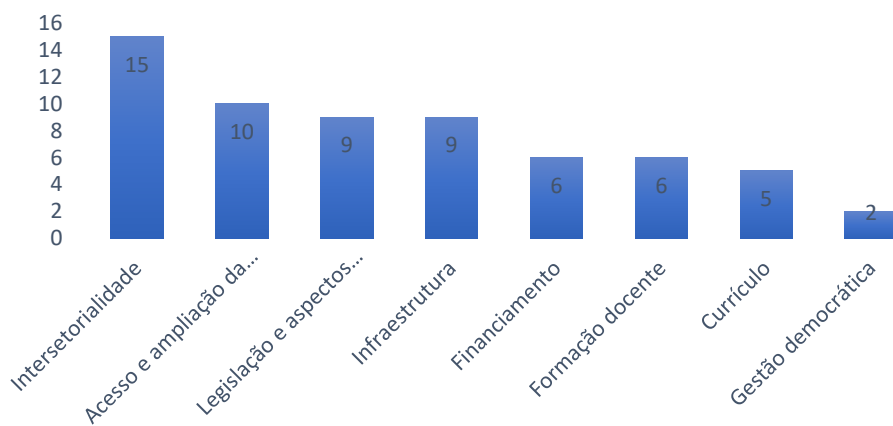


Figura 9 – *Ranking* das demandas identificadas nas três Conferências Nacionais de Juventude.

Mais adiante, com relação a cada uma das Conferências, será verificado como esses temas se articulam com demandas de distribuição, reconhecimento e participação, detalhando o conteúdo dessas históricas e atuais demandas dos jovens rurais pelo direito à educação. Por ora, pode-se citar como exemplo de dívida social acumulada traduzida em demanda de distribuição o Fim do analfabetismo, que continuou a ser pauta ao longo das Conferências. Esse é um forte marcador das juventudes rurais em relação às urbanas, tendo em vista que os piores indicadores do analfabetismo continuam no meio rural brasileiro, configurando uma velha pauta não superada.

Nesse contexto, é importante chamar atenção para o fato das demandas de distribuição se somarem, majoritariamente, às demandas de reconhecimento. As demandas de distribuição são as que dialogam com a superação das desigualdades, as quais impactam o rural e, ao mesmo tempo, com o reconhecimento dos sujeitos de direitos jovens rurais e o fortalecimento da sua diversidade, seja de identidades ou dos seus territórios.

É possível afirmar que as políticas públicas e os seus espaços de formulação, a exemplo das Conferências, podem contribuir para o fortalecimento das identidades (e vice versa), na medida em que constituem processos, exigem formulação conjunta, engajamento, acordos, pressão, luta, mobilização, e criam reais alternativas de fortalecimento das demandas dos jovens rurais.

5.1 Demandas educacionais dos jovens rurais na primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - CNPPJ (2008)

A primeira CNPPJ foi realizada no ano de 2008 e aprovou 70 resoluções. Se deu três anos após a criação da SNJ, do CONJUVE e da PROJOVEM, coincidindo também com o início das formulações sobre os marcos legais da juventude brasileira. O momento era de reafirmação da diversidade, das identidades e de identificação das bandeiras da juventude de modo organizado e sistematizado, daí o lema “Levante sua Bandeira”.

A primeira CNPPJ foi organizada por temáticas, que iam de esporte e lazer até educação, tendo a temática juventude rural ficado diluída na proposta de metodologia, sem ter um grupo de trabalho próprio na etapa nacional. A proposta gerou forte reação dos jovens rurais presentes, a metodologia foi alterada e criou-se um grupo específico que permitiu aprofundamento das discussões e demandas propostas por estes, permitindo gerar acordos de prioridades entre os jovens rurais e organizações presentes.

Do ponto de vista metodológico, o documento base da Conferência, elaborado a partir das Conferências locais, foi submetido aos grupos temáticos, que elegiam três resoluções (totalizou 77 resoluções), que ao final da Conferência por processo de votação para a hierarquização elegeu 22 prioridades gerais. Nesse processo de hierarquização das resoluções, os jovens rurais aprovaram duas entre 22 propostas prioritárias eleitas. A sexta prioridade mais votada foi sobre reforma agrária e acesso à terra, que se constitui de uma demanda de distribuição e reconhecimento:

Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. 6ª prioridade eleita (1ª CNPPJ, 2008).

Já a vigésima prioridade tinha como foco as políticas para geração de trabalho e renda de maneira sustentável no trabalho agrícola e não agrícola. Essa resolução pode ser classificada como demanda de distribuição, reconhecimento e participação:

Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão. Assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o Pronaf Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola. 20ª prioridade eleita (1ª CNPPJ, 2008).

Entre as 77 resoluções que não configuraram nas 22 prioridades gerais, seis eram específicas sobre juventude rural, ou que a incluía, entre estas três tinham foco em educação do campo, sendo duas de distribuição e reconhecimento, e 1 demanda de distribuição (Figura 10), reconhecimento e participação, como demonstra o quadro a seguir.

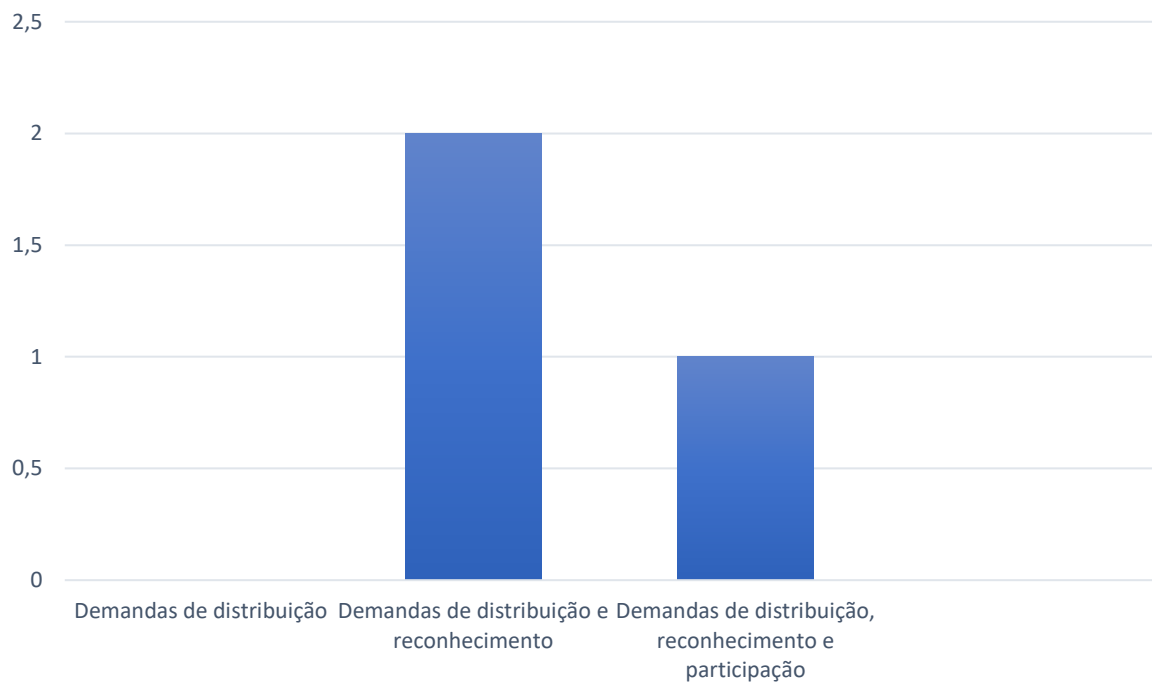


Figura 10 – Categorização das demandas educacionais identificadas na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2008.

Na Figura 11, verifica-se a subcategorização dos temas recorrentes nas demandas educacionais abordadas na 1ª CNPPJ. Na soma total das categorias há predominância das demandas de distribuição e reconhecimento. Nas subcategorias temáticas, construindo hierarquização pelas mais citadas, temos em 1º lugar a demanda por financiamento, com três menções. Empatadas em segundo lugar estão o acesso e ampliação da escolaridade, o currículo, a legislação e infraestrutura educacional, com 2 menções cada. Por fim, formação docente e intersectorialidade, com 1 menção cada uma, ocupou o 3º lugar no ranking.

Financiamento configura prioridade número um nas demandas por educação na 1ª Conferência Nacional (Figura 11). Importante salientar que essa etapa ocorre

em 2008, três anos após a criação da PNJ, e no período de expansão da Política de Educação do Campo. Portanto, o sentido de as demandas de financiamento terem a prioridade nessa etapa pode ter a ver com a estruturação inicial das políticas públicas no ciclo em questão. Outro elemento a destacar é que o conjunto de reivindicações apresentadas pelos jovens rurais se dão, na maioria dos casos, em torno das demandas de distribuição e reconhecimento, em especial dos jovens PCTs, em um momento de reafirmação de bandeiras e de saída da invisibilidade para ocupar a arena pública de um conjunto de identidades.

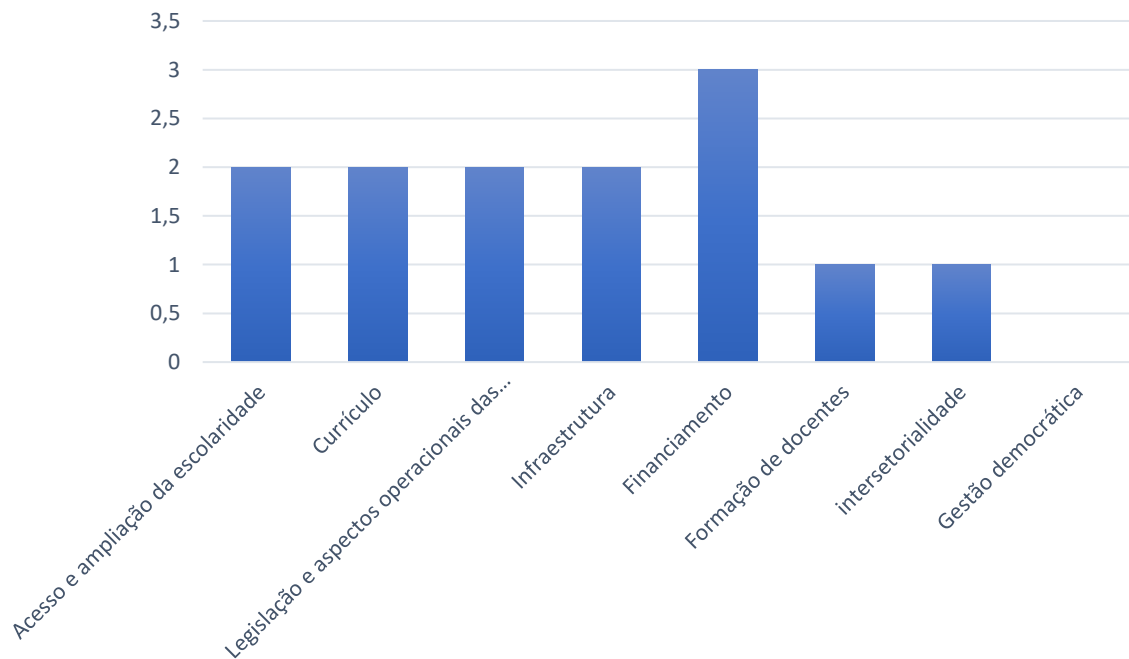


Figura 11 – Subcategorização dos temas recorrentes nas demandas educacionais identificadas na 1ª de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2008.

Como é possível verificar no anexo 2, as demandas educacionais na primeira Conferência de Juventude versam sobre a implementação de mudanças curriculares que atendam, em especial, os jovens dos povos e comunidades tradicionais, o financiamento para acesso e ampliação da escolaridade, o financiamento para material didático específico que assegure a permanência dos PCTs no ensino superior, e a manutenção das escolas de formação por alternância e outras experiências de educação desenvolvidas pela sociedade civil.

Chama atenção o fato que entre a diversidade de identidades dos jovens rurais, a primeira Conferência deu quase exclusividade de nomeação aos jovens dos Povos

e Comunidades Tradicionais³⁹ nas pautas de demandas por educação. Na análise das demais Conferências que será realizada no presente estudo, a menção a diversidade da juventude rural vai crescendo e se articulando com outras juventudes.

Nomear segmentos determinados pode fazer parte da estratégia de tirá-los da invisibilidade, e a Consulta específica realizada junto à Juventude dos PCTs durante etapa preparatória a essa Conferência pode ter contribuído para isso. Para Ribeiro et al (2018), o reconhecimento nas pautas públicas de um novo sujeito de direitos, os jovens, reitera a importância do credenciamento da palavra de determinado grupo social para o exercício democrático, percebendo que é exatamente esse pronunciamento que pode deslocar e alargar o debate sobre os direitos sociais:

Como sinaliza Telles (1999), o que desestabiliza consensos estabelecidos e instaura o litígio é o fato de esses personagens comparecem na cena política como sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento: sujeitos falantes, que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem a partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado - ou então fixado - na ordem do não pertinente para a deliberação política. (RIBEIRO et al., 2018, p. 109 e 110.)

Em seguida aparecem empatadas em segundo lugar, as demandas sobre ampliação e acesso, mudanças curriculares e legislação, e aspectos operacionais das políticas públicas educacionais⁴⁰. Como na primeira Conferência o número de resoluções aprovadas foi menor que as etapas posteriores, será apresentado resumidamente seu conteúdo.

No anexo 2, é possível observar que a primeira resolução traduz demanda de distribuição e reconhecimento, versando sobre a efetivação da educação do campo, implementação das diretrizes operacionais, com mudanças nos currículos e infraestrutura adequada para a educação em todos os níveis. Considerou também a diversidade regional e investiu no fim do analfabetismo, além de demandar que o estado assumisse os custos e apoio as EFAS e outras iniciativas de educação do campo realizados pelos movimentos e organizações.

³⁹ Importante destacar que a juventude dos Povos e Comunidades Tradicionais, não são somente rurais, mas extraí dos documentos aquelas demandas referentes a este segmento rural.

⁴⁰ Neste caso é ênfase dada é mais sobre aspectos operacionais, tendo sido feito uma alusão somente as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, número que vai se ampliando nas demais conferências.

A segunda resolução aprovada, de distribuição, reconhecimento e participação, demandava “pesquisar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, a partir da produção de materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos de vários órgãos, através da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação dos professores”.

A terceira resolução é novamente uma demanda de distribuição e reconhecimento, versando sobre financiamento para acesso e permanência dos jovens de comunidades e povos tradicionais nas universidades. Como pode-se observar, financiamento, conteúdo adequado, reconhecimento, fortalecimento das identidades dos jovens das comunidades e povos tradicionais, costumam as demandas dos jovens rurais na primeira CNPPJ.

5.2 Demandas educacionais dos jovens rurais na segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - CNPPJ (2011)

A segunda CNPPJ, que tinha como lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, foi realizada em 2011, seis anos após a criação da PNJ e três após a 1ª CNPPJ. Esse evento aconteceu num momento de balanço dos primeiros anos de políticas de juventude e após a aprovação da Emenda Constitucional 65 que – considerada prioridade nas resoluções da 1ª CNPPJ - inseriu o termo jovem na Constituição Federal.

Realizada em um período de expansão de direitos e de forte crescimento econômico no país, o lema dessa Conferência expressa o momento da PNJ, de expectativa para expandir o viés da inclusão em uma visão também pragmática sobre o papel dos jovens no contexto de desenvolvimento nacional, inclusive pelo seu peso demográfico, além de continuar reafirmando os jovens como sujeitos de direitos. Por isso, essa conferência organizada por eixos temáticos, e aprovou um documento final intitulado “Para mudar o Brasil”, com as 26 resoluções finais sobre juventude e políticas públicas, somadas a propostas gerais para o desenvolvimento nacional.

Nesse momento, também foram aprovadas moções, que são comuns a todas as Conferências.

A 2ª Conferência de Juventude não teve votação para hierarquização geral de propostas, mas priorizou a votação de 6 resoluções (somente o eixo de participação elegeu três resoluções e não seis) dentro de cada eixo temático que compuseram o documento com as resoluções finais. Para além das proposições sobre educação do campo mapeadas ao longo dos eixos, a juventude rural aprovou outras duas resoluções no eixo direito ao território. A primeira tinha como foco geração de trabalho e renda (com práticas sustentáveis e também pluriativas), reforma agrária e acesso à terra, desintração de terras indígenas, homologação e reconhecimento de áreas quilombolas, traduzindo, portanto, demandas de distribuição, reconhecimento e participação:

Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) que respeitem os seguintes princípios: a) Priorização, associativismo e cooperativismo; b) valorização de práticas agroecológicas alternativas; c) acesso à terra e reforma agrária; d) priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e monitoramento dessa política; e) desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas; f) qualificação técnica na produção, gestão e na comercialização; g) geração de renda respeitando a pluriatividade. Resolução 2, eixo direito ao território (2ª CNPPJ, 2011).

A segunda proposta aprovada no eixo território continua em torno da pauta do acesso à terra, mas com foco mais centrado nas comunidades e povos tradicionais, sendo uma demanda de distribuição e reconhecimento:

Mapeamento, reconhecimento, delimitação, demarcação homologação, titulação e desintração das terras e territórios, dos povos e comunidades tradicionais – reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento - visando à criação de políticas públicas e programas que possibilitem a permanência dos jovens nas comunidades. Ampliando, através de concurso público a equipe técnica do INCRA, FUNAI, FUNDACAO PALMARES, SEPPIR, SESAI e MDA, e entre outros órgãos, em suas superintendências estaduais e regionais, com qualificação, formação continuada destes profissionais. Com a garantia e agilização a regularização fundiária das terras e dos territórios dos povos e comunidades tradicionais (2ª CNPPJ, 2011).

Das 27 resoluções sobre as políticas públicas de juventude, 11 políticas se referiam à juventude rural, ou a incluía. Entre essas 11 resoluções, seis eram sobre demandas educacionais e/ou educação do campo, sendo três de distribuição e reconhecimento, duas de distribuição, reconhecimento e participação, e uma de distribuição (Figura 12). Desse modo, na classificação das demandas educacionais, tem-se, novamente, a predominância das demandas de distribuição, somadas ao reconhecimento.

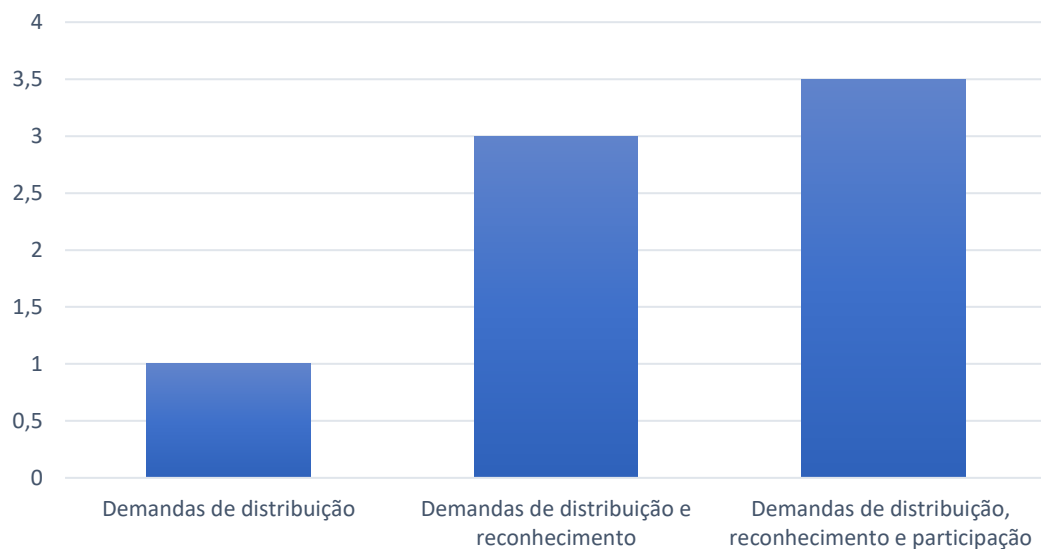


Figura 12 – Categorização das demandas educacionais de distribuição, reconhecimento e participação identificadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2011.

Quanto aos temas que dão conteúdo às demandas educacionais, observa-se a seguinte hierarquização: em 1º lugar, o acesso e ampliação da escolaridade, a formação docente, e a infraestrutura educacional e intersectorialidade, com quatro menções cada. Em 2º lugar, a legislação e aspectos operacionais das políticas públicas educacionais, o currículo, a gestão democrática, e o financiamento, com duas menções cada uma (Figura 13).

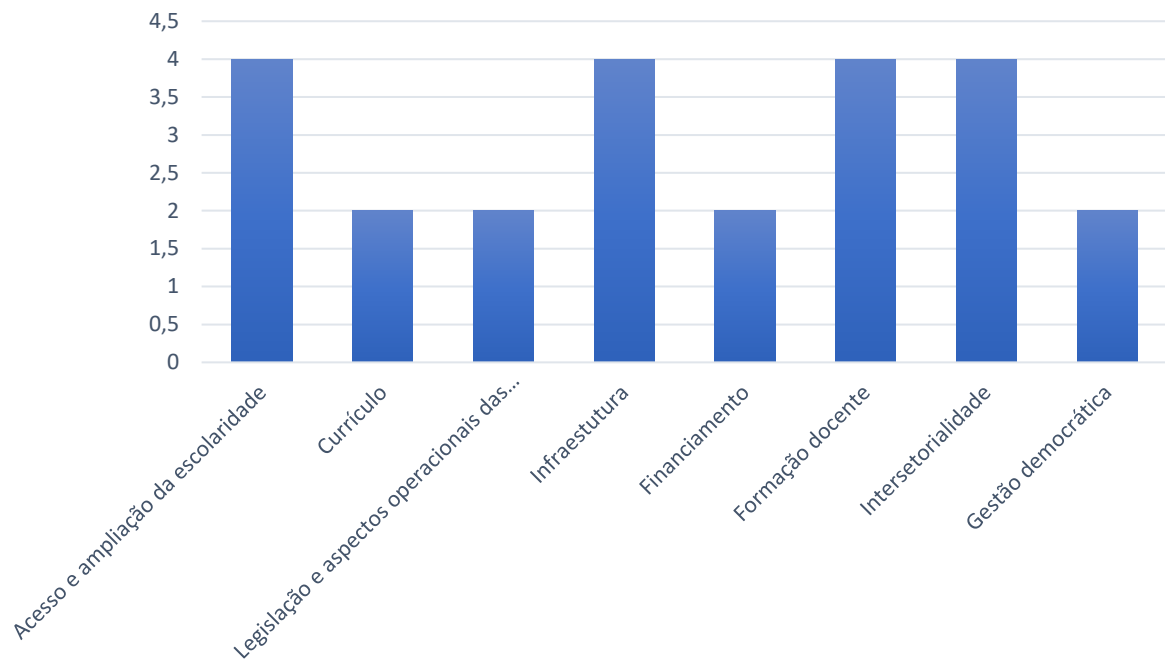


Figura 13 – Temas recorrentes nas demandas educacionais identificadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2011.

Da segunda para a terceira CNPPJ, a presença do segmento rural jovem começa a crescer e aparecer com mais força, e o financiamento deixa de ser a prioridade no ranking de demandas. As que passam a liderar, como mostrado na Figura 13, são as demandas de acesso e ampliação da escolaridade, juntamente com a formação docente, legislação e aspectos operacionais das políticas públicas. O deslocamento começa a se dar em torno da execução das políticas, abrindo-se o leque de diversidade de identidades dos jovens rurais.

O fato de a demanda por acesso e ampliação da escolaridade ser a prioridade para os jovens rurais nessa Conferência não surpreende, já que materializa a histórica defasagem do acesso à educação do campo em relação à cidade, desigualdade ainda mais presente nas regiões Nordeste e Norte, como já mencionado no capítulo 2.

Entre as demandas apresentadas nas Conferências, os jovens rurais reivindicam “que se respeite, considere e valorize as especificidades e diversidades regionais e territoriais” traduzindo, portanto, uma demanda ainda não respondida. Essas demandas chamam atenção por salientar as disparidades e desigualdades regionais, e em como estas podem impactar os jovens rurais. Novaes (2019), menciona que o local de moradia também pode ser considerado um fator que agrava a situação educacional. Em certas áreas das cidades e entre os jovens do campo, a

descontinuidade dos estudos no ensino fundamental e médio não está relacionado apenas a falta de vagas. A autora aponta também que o transporte é um fator limitante para a continuidade dos estudos.

Diante desse cenário, a juventude rural vive dois dilemas traduzidos nas demandas estudadas. O primeiro é o acesso à escola/educação em todos os níveis, e o segundo é: quando o acesso é garantido, quais conteúdos são ofertados. Tomando-se como exemplo uma das demandas de distribuição e reconhecimento aprovada na segunda Conferência, que diz respeito ao ensino superior, nota-se que ocorre reivindicação quanto à ampliação e interiorização das vagas, ensino, pesquisa e extensão valorizando as especificidades regionais:

Ampliação e interiorização da oferta de vagas no ensino superior de forma que até 2020 as vagas sejam majoritariamente públicas, incluindo as políticas de ação afirmativa; regulamentação do ensino privado; políticas que garantam infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, pesquisa na graduação e pós graduação e da extensão universitária, valorizando as especificidades regionais e o acesso de jovens de baixa renda, jovens dos povos e comunidades tradicionais, do campo, negros e negras e com deficiência, garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico racial do povo brasileiro (2ªCNPPJ, 2011).

Outra resolução de distribuição e reconhecimento de demanda (entre outras questões), o acesso a todos os níveis de ensino com “direito de educação contextualizada”; a implementação das Diretrizes da Educação do Campo e, novamente, o fator dos conteúdos adequados a cada região está presente:

Assegurar o direito a uma educação contextualizada que: a) Garanta o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais (reconhecidos e não reconhecidos) na qualificação e formação continuada e diferenciada de educação e de alunos na educação básica ao ensino superior, em cumprimento a lei 10639/03 e 11.645/08; b) Efetivar a educação do e no campo, pública gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e superior), garantindo acesso e permanência na escola superando o analfabetismo, através da implementação dos marcos regulatórios específicos de educação de campo (diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo, diretrizes complementares, 2008, decreto 7352/2010), bem como reconhecer e financiar as escolas dos acampamentos (escolas itinerantes) e centros familiares de formação por alternância (CEFFAS), regulamentar os cursos de licenciatura em educação do campo e a habilitação técnica em agroecologia, viabilizando a sua inclusão nos concursos públicos por meio de editais específicos; c) Criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e

sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região, qualificando para sua atuação, com financiamento prioritário do governo federal de projetos, gerando renda para os jovens que participam (2ª CNPPJ, 2011).

Ou seja, essas duas resoluções são exemplos de que as demandas dos jovens rurais dizem respeito ao acesso e ao conteúdo, e a demanda em torno dos “Conteúdos adequados e contextualizados” vão ao encontro do sentido básico da Educação do Campo, pois, conforme CALDART (2002) “reúne a luta pela ampliação do direito a educação e a escolarização no campo, e pela construção de uma escola que esteja no campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada a história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não mero apêndice da escola pensada na cidade”:

O debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade (CALDART, 2007, p. 3).

O contrário desse projeto político pedagógico pode se configurar em uma educação desconectada do campo, que venha reforçar os estereótipos negativos sobre o rural e a própria juventude rural. São práticas pedagógicas que reforçam a desvalorização do campo frente a cidade, projetando visão de pouco valor à estes territórios e as populações que o compõe.

O que as resoluções indicam, portanto, é que acesso e ampliação da escolarização, permanência, conteúdo adequado, qualidade, superação das desigualdades regionais são para a juventude rural, dimensões que precisam andar juntas pela implementação de marcos legais da Educação do Campo e da igualdade racial (apontados na hierarquização como o segundo item mais demandado nesta etapa). Contudo, em que pese a distância e as ausências da escola em relação as suas realidades locais, os jovens rurais reconhecem a importância da educação. A Pesquisa Agenda Juventude Brasil demonstra que a juventude rural tinha, em 2013, percepção ainda mais forte do que a juventude urbana sobre a importância da educação, sendo que 65,9% dos jovens rurais entrevistados (Tabela 2) destacaram a

possibilidade de estudar como a questão mais positiva do Brasil⁴¹ como veremos no quadro abaixo.

Tabela 2 – Questões positivas observadas por jovens residentes em meio urbano e rural.

ASPECTOS POSITIVOS	TOTAL	Urbana	Rural
Estabilidade econômica	45,10%	46,00%	40,60%
Políticas sociais	32,70%	32,60%	33,30%
Possibilidade do consumo	37,30%	37,00%	39,10%
Liberdade de expressão	54,00%	54,70%	50,30%
Possibilidades de estudo	61,90%	61,20%	65,90%
Ter democracia	44,80%	44,10%	48,60%
Outra	0,10%	0,10%	
Nenhuma-nada é bom (espontânea)	4,10%	4,50%	2,10%
Não sabe	0,70%	0,70%	0,70%

Fonte: Agenda Juventude Brasil (2013).

Além de os jovens rurais valorizar a educação mais do que os jovens urbanos, as demandas dos rurais presentes nas Conferências corroboram com outro dado da Agenda Juventude Brasil. Ao serem perguntados sobre as ações do governo para melhorar a educação, 45,90% dos jovens urbanos e 45,10% dos jovens rurais (Tabela 3) responderam que deveria investir em infraestrutura, ficando atrás somente dos investimentos nos professores.

⁴¹A pesquisa foi realizada num período de expansão das políticas públicas e de cobrança da sociedade pela melhoria e ampliação destas políticas, que desencadearam as manifestações de 2013. Na conjuntura atual, pós golpe e marcada por retrocessos, esta percepção da juventude pode ter sido alterada. Portanto a Pesquisa Juventude é espelho de um momento específico.

Tabela 3 – Ações de governo para melhorar a educação.

		TOTAL	Urbana	Rural
Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer para melhorar a educação (Total de menções)	Investir na infraestrutura das escolas (laboratórios, equipamentos).	45,80%	45,90%	45,10%
	Investir nos professores (salários, maior capacitação).	55,50%	55,60%	55,00%
	Mais programas de alfabetização para que os que abandonaram	27,30%	27,30%	27,10%
	Melhorar e fiscalizar a qualidade do ensino (+ horas de aula)	39,20%	39,40%	38,10%
	Dar mais apoio material e financeiro (bolsas como o PROUNI)	27,20%	26,90%	28,40%
	Ampliar o número de escolas técnicas e de formação profissionais	32,60%	32,60%	32,20%
	Ampliar o número de vagas nas universidades públicas	37,80%	38,60%	33,30%
	Ampliar as cotas nas universidades para jovens negros	11,00%	10,60%	12,80%
	Premiar as escolas que tiveram melhores resultados nas avaliações	10,10%	9,60%	12,60%
	Garantir a participação de estudantes e pais	10,80%	10,50%	12,50%
	Outra ação	0,10%	0,10%	
	Nenhuma delas	0,10%	0,20%	
	Não sabe	0,30%	0,20%	0,50%
Base				

Fonte: Agenda Juventude Brasil (2013).

No entanto, quando a pergunta era quais ações o governo precisava fazer em primeiro lugar para melhorar a educação, os investimentos em infraestrutura sobem para primeiro lugar, passando a ser prioridade para 21,20% dos jovens rurais, frente a 19,50% para os urbanos, conforme observado na Tabela 4.

Tabela 4 – Proposições para melhorar a educação para a juventude.

	TOTAL	Urbana	Rural	
Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em 1º lugar, para melhorar a situação dos jovens em relação à educação?	Investir na infraestrutura das escolas (laboratórios, equipamentos)	19,80%	19,50%	21,20%
	Investir nos professores (salários, mais capacitação)	24,20%	24,90%	20,70%
	Mais programas de alfabetização para quem abandonaram	7,00%	6,70%	8,80%
	Melhorar e fiscalizar a qualidade do ensino (+ horas de aula)	13,80%	13,70%	14,40%
	Dar mais apoio material e financeiro (bolsas como o ProUni)	5,60%	5,70%	5,10%
	Ampliar o número de escolas técnicas e de formação profissional	8,20%	8,70%	5,60%
	Ampliar o número de vagas nas universidades públicas	15,10%	14,70%	16,80%
	Ampliar as cotas nas universidades para jovens negros...	2,70%	2,60%	3,00%
	Premiar as escolas que tiveram melhores resultados nas avaliações	1,70%	1,60%	2,10%
	Garantir a participação de estudantes e pais	1,60%	1,50%	1,70%
	Nenhuma delas	0,10%	0,20%	
	Não sabe	0,30%	0,20%	0,50%
	Base	1097	931	166
	Nenhuma delas (espontânea)	0,20%	0,10%	0,70%
Não sabe	0,10%	0,10%		

Fonte: Agenda Juventude Brasil (2013).

A demanda por infraestrutura configura entre as mais recorrentes ao longo das Conferências e na 2ª CNPPJ, está junto com acesso e ampliação da escolaridade, formação docente e intersetorialidade, em primeiro lugar no ranking das demandas estudadas. Isso reflete um dado concreto vivenciado no rural, reforçado pela Pesquisa Agenda Juventude Brasil e como um desafio, explicitada pelos dados do INEP apresentados abaixo.

O Censo Escolar da Educação Básica 2017, aponta que existe 60.708 escolas rurais que apresentam, ainda, os limites presentes nas escolas públicas quanto ao acesso a infraestrutura adequada. A Tabela 5 mostra as informações sobre alimentação, serviços, dependências, equipamentos e tecnologia disponível nessas escolas do meio rural.

Tabela 5 – Infraestrutura das escolas públicas de acordo com Censo Escolar da Educação Básica, realizado em 2017.

Infraestrutura	Quantidade
Alimentação	
Escolas que fornecem alimentação	99% (60.284 escolas)
Escolas que fornecem água filtrada	77% (46.524 escolas)
Serviços	
Água via rede pública	30% (18.364 escolas)
Energia via rede pública	87% (52.657 escolas)
Esgoto via rede pública	5% (3.307 escolas)
Coleta de lixo periódica	33% (19.905 escolas)
Dependências	
Biblioteca	15% (8.939 escolas)
Cozinha	91% (55.034 escolas)
Laboratório de informática	20% (12.348 escolas)
Laboratório de ciências	2% (940 escolas)
Quadra de esportes	13% (7.829 escolas)
Sala de leitura	9% (5.390 escolas)
Sala para diretoria	34% (20.743 escolas)
Sala para professores	25% (15.002 escolas)
Sala para atendimento especial	8% (4.800 escolas)
Sanitário dentro do prédio da escola	73% (44.191 escolas)
Sanitário fora do prédio da escola	21% (12.834 escolas)
Equipamentos	
Aparelho de DVD	53% (31.970 escolas)
Impressora	41% (24.682 escolas)
Antena parabólica	17% (10.360 escolas)
Máquina copiadora	20% (12.233 escolas)
Retroprojeter	10% (6.149 escolas)
Televisão	58% (35.227 escolas)
Tecnologia	
Internet	32% (19.376 escolas)

Banda larga	19% (11.677 escolas)
Computadores uso dos alunos	138.000 equipamentos
Computadores uso administrativo	57.449 equipamentos

O acesso a infraestrutura educacional adequada ainda é um desafio a educação pública no Brasil, mas ela se reflete com mais ênfase nas áreas rurais, como vimos nos dados apresentados na Tabela 5. Já no que se refere a infraestrutura dos equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer, a Agenda Juventude Brasil também traz dados interessantes, que corroboram com a demanda dos jovens rurais por infraestrutura, e aponta uma série de ausências. Estes dados serão observados neste estudo ao analisar a terceira CNPPJ.

Do ponto de vista da intersetorialidade – que figura como citado anteriormente, entre as demandas de distribuição e reconhecimento mais recorrentes na segunda Conferência – as resoluções aparecem como nova pauta ao lado das velhas demandas, e são traduzidas nas reivindicações por transporte, tecnologias de informação e comunicação, inclusão digital e educomunicação. A quarta demanda de distribuição e reconhecimento aqui analisada diz respeito a formação docente, e compõe as prioridades na hierarquização dos conteúdos dessa conferência. Essa demanda é traduzida nas demandas por regulamentação dos cursos de licenciatura em educação do campo e de novas áreas profissionais ligadas a agroecologia, sustentabilidade e meio ambiente.

A segunda Conferência coincide com o período de expansão das licenciaturas em Educação do Campo. As demandas por regulação em outras áreas vinculadas a educação, em especial as ligadas a sustentabilidade, podendo demonstrar que, além da ampliação da consciência ambiental, os jovens rurais apostam em mecanismos de produção mais sustentáveis e em novas formas de geração de trabalho no campo. Dessa maneira, essas demandas fortalecem um movimento de mão dupla, apostam em mecanismos que ofereçam apoio a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico, permitindo oferecer outras possibilidades para a geração de renda no campo.

Nesse sentido, se a pauta da sustentabilidade não é novidade no campo, no âmbito da segunda Conferência ela surge com força, requerendo mecanismos de formação profissional para além das tradicionais demandas por políticas agrícolas.

Outro elemento que chama atenção na análise dessa etapa, é que nas resoluções, frequentemente, aparecem os termos “cumprimento” e “implementação” ao se referirem a demandas históricas e as diretrizes e leis já conquistadas. Se por um lado - como já apontado - o acesso e ampliação da escolaridade e a implementação das diretrizes da Educação do Campo continuam sendo gargalos, por outro, há ampliação do reconhecimento dos programas e políticas implementadas no ciclo estudado, especialmente os relacionados aos programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o PROJOVEM e o PROEJA.

Diferente da primeira CNPPJ, a segunda conferência ao demandarem “cumprimento” e “implementação” desses programas e começarem a “nomear” programas e políticas públicas específicas, os jovens rurais indicam a sua importância e reconhecimento a tais iniciativas e, ao mesmo tempo, apontam os limites do seu alcance e a necessidade de melhorias. Essa constatação se intensifica na terceira Conferência, como será analisado a seguir.

5.3 Demandas educacionais dos jovens rurais na terceira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – CNPPJ (2015)

A terceira Conferência Nacional, realizada em 2015, quatro anos após a segunda, se deu após as manifestações de junho de 2013, da aprovação do Estatuto da Juventude - Lei 12.852/13 - e em um contexto político conturbado no país. O lema “As várias formas de transformar o Brasil”, expressa o foco dado no período ao papel mobilizador e transformador da juventude.

Essa conferência também foi organizada por eixos, tendo aprovadas 99 resoluções finais, entre as quais 25 resoluções tratava de juventude rural. Na metodologia adotada, partindo das 99 resoluções aprovadas foram eleitas três prioridades gerais da Conferência, sendo a segunda prioridade mais votada, apresentada pela juventude rural e também na primeira CNPPJ, a demanda de distribuição e reconhecimento, com foco em reforma agrária, regularização fundiária e acesso à terra:

Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural. 2ª prioridade eleita (3ª CNPPJ, 2015).

Do total de 25 resoluções sobre juventude rural, as que versam sobre educação e educação do campo são 12 resoluções, entre as quais 10 resoluções são de distribuição e reconhecimento, uma resolução de distribuição, reconhecimento e participação, e uma resolução de distribuição, conforme observado na Figura 14.

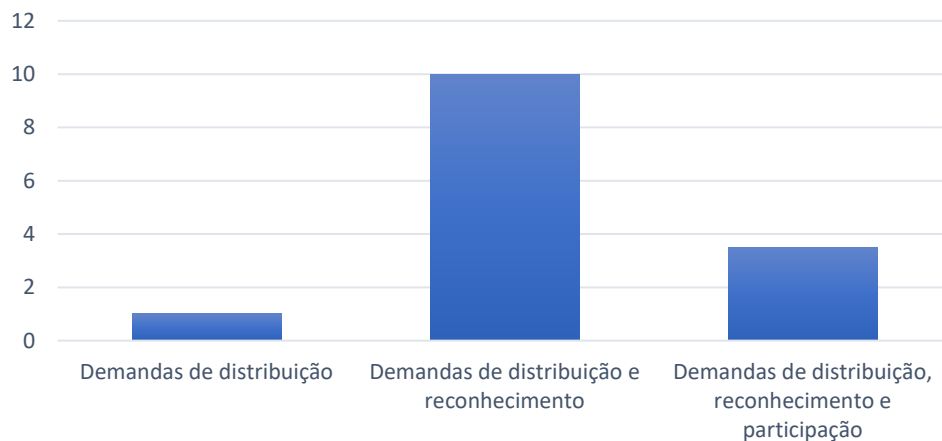


Figura 14 – Categorização das demandas educacionais de distribuição, reconhecimento e participação identificados na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2015.

Nesta etapa, ocorre novamente a predominância das demandas de distribuição formuladas de maneira articulada com as demandas de reconhecimento. Quanto ao seu conteúdo e por ordem de prioridades, em 1º lugar, com dez menções, vem as demandas por intersetorialidade nas políticas educacionais. Em 2º lugar, com cinco menções cada, vem as demandas por infraestrutura e legislação e aspectos legais das políticas públicas. Em terceiro lugar, está o acesso e ampliação da escolaridade, com quatro menções e, em quarto lugar, formação docente e financiamento, com uma menção cada (Figura 15).

O destaque que a “intersectorialidade” ganhou na 3ª CNPPJ exige que seja considerado este aspecto como central no âmbito dos processos e demandas educacionais. Ganha destaque entre essas demandas as que envolvem cultura e, como na 2ª CNPPJ, inclusão digital, comunicação e mobilidade. Saúde aparece pela primeira vez, e destaca-se a resolução que propõe a criação de um Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo⁴², onde educação do campo é um dos eixos propostos.

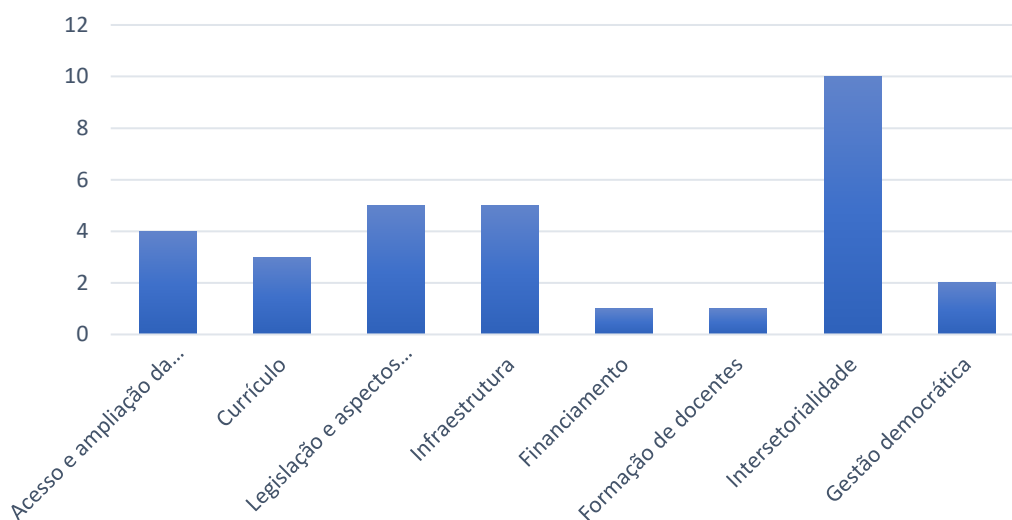


Figura 15 – Subcategorização dos temas recorrentes entre as demandas educacionais de jovens rurais abordados na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), ocorrida no ano de 2015.

O comentário da jovem Vanessa Homerding, participante do I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas, joga luz sobre a questão da intersectorialidade tratando particularmente do setor cultural.

Além das políticas públicas que a gente tá discutindo aqui no seminário, a gente precisa de incentivo cultural né, que não é só esses projetos de bancar PRONAF, bancar projetos econômicos e financeiros e econômicos... a gente precisa de incentivo que vá dizer que esta juventude não precisa mais estar só naquele/nesse meio rural, mas que ela precisa conhecer outros meios e que não precisa sair do campo para fazer isso. Ela pode conhecer outras realidades e conhecer outras culturas e respeitar outras culturas, mas também sabendo respeitar a sua... não perdendo suas raízes”. (Vanessa Homerding, RS. Documentário Pé no Formigueiro, RS, 2014).

⁴² O Plano foi criado no ano seguinte a realização da 3ª CNPPJ e assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 8.736 de 03 de maio de 2016.

Ou seja, as demandas de distribuição e reconhecimento, em torno do acesso à cultura, têm repercussão nos processos educativos, na geração de renda, e pode gerar mecanismos impulsionadores das suas identidades. Nesse cenário, o depoimento acima transcrito sinaliza para a superação de clássicas dicotomias, tais como rural x urbano, cultura universal x cultura local, e campo sinônimo de produção agrícola x cidade sinônimo de produção cultura. Poder circular e conhecer o mundo não deve ser visto como oposição a valorização do seu local de origem.

Nessa perspectiva, a educação assume papel central, uma vez que extrapola a ideia de que o campo é o lugar da falta de opção, da ausência de cultura e de conhecimento, ou ainda, de subordinação desses conhecimentos frente ao meio urbano. Permanecer no campo e ter educação “do” e “no” campo não é, nem deve ser confundido, portanto, com isolamento, deixar os jovens no “gueto” ou limitar suas opções. Essa fala é emblemática por ajudar a desconstruir uma visão de oposição rural X urbano - que é recorrente quando se fala em juventude rural - onde estar na “cidade” pode significar oportunidade, qualidade de vida e acesso a “cultura”, e no campo “atraso”. Contribui também para ir além da visão de que os jovens rurais querem ir embora porque rejeitam o campo, conforme sugerido por Gleise Campigotto:

A gente já constatou que essa juventude não quer sair do campo, ela sai porque não tem perspectiva de futuro, não tem perspectiva de trabalhar e estudar, e os pais até incentivam as vezes estes jovens a procurar outras formas de estudar e essa juventude as vezes não consegue se inserir no processo de produção porque a terra que os pais ganharam e são filhos de assentados, agora não supre mais, não consegue mais garantir a demanda de renda que estes jovens precisam (Gleise Campigotto, PE, Filme Pé no Formigueiro, 2014).

Na fala destacada acima, percebe-se outro tema, já verificado na literatura estudada no capítulo 2. Os motivos do êxodo rural são variados, mas Gleise Campigotto aponta como questão central a pouca terra e a impossibilidade de conciliar estudo e trabalho. Quando a jovem fala “os pais até incentivam estes jovens a procurar outras formas de estudar”, sugere que a busca por acessar a educação pode se transformar em mecanismo de saída dos jovens do campo.

Pesquisas⁴³ sobre sucessão rural apontam que ficar no campo durante muito tempo foi visto como falta de opção, ou uma possibilidade para um dos filhos, geralmente para o mais novo, que pode vir a assumir a herança da terra dos pais. No caso das mulheres, que na maioria das vezes são vistas como ajudantes no espaço rural, o incentivo para estudar pode significar estímulo ao êxodo, e os dados comprovam tendência a masculinização e envelhecimento do campo no Brasil. Desse modo, um dos caminhos a ser explorado é a ligação entre processos migratórios e formação educacional. A tradição latino-americana (da qual o Brasil não é exceção) aponta que fica no campo o filho ao qual “lacabeza no le dá para más”, assim, valoriza-se mais o estudo das moças (com a perspectiva de que saiam do campo) que o dos rapazes (CAMARANO et al., 1997).

Como demonstrou Castro (2016), ao analisar os dados sobre os motivos dos quais os jovens rurais entrevistados na Pesquisa Agenda Juventude Brasil haviam saído do campo, as razões apontadas foram, principalmente, para estudar, emprego/trabalho e porque a família se mudou. Portanto, a recorrente demanda por acesso à educação com conteúdo adequado a realidade do campo, que contribua para promover o desenvolvimento integral, está diretamente implicada nas trajetórias dos jovens rurais e da possibilidade ou não de sua reprodução social.

Outro elemento que chama atenção na terceira CNPPJ se trata da ampliação da menção de programas específicos e políticas de juventude. Foram aprovadas resoluções sobre demandas, já apresentadas nas etapas anteriores (em torno do acesso e ampliação da escolaridade, formação docente, infraestrutura, legislação e aspectos legais e operacionais), mas foram apresentadas novas questões, como saúde, plano de sucessão e a participação social dos jovens e suas comunidades como condicionantes para a execução de políticas públicas. Há, portanto, a persistência de problemas históricos, não revertidos em um ciclo tão curto como os 15 anos analisados, ao mesmo tempo em que se reforça o movimento contínuo em que a geração de direitos gera outras demandas e outros direitos, que vão saindo do “estado de coisas”.

Para concluir esse capítulo, pode-se dizer que as resoluções aprovadas nas três Conferências vêm refletindo na forte demanda dos jovens rurais por conexão. Seja conexão destes com as suas realidades e territórios, dos territórios com o mundo,

⁴³ Ver Ricardo Abramovay (1998) e Brumer e Spanevello (2008).

da conexão da educação com um leque amplo de direitos e políticas públicas, ou da conexão com os demais jovens brasileiros. Portanto, ter educação que respeite, valorize e promova suas identidades, raízes e especificidades, precisa ser encarado como forma de buscar visibilidade e um lugar nas políticas públicas, e não como oposição “ao outro”, pois como verificamos no capítulo 1, a condição juvenil atual aproxima os jovens rurais e urbanos em diversos aspectos.

Mais um dado que corrobora com essa aproximação entre jovens urbanos e rurais foi captado pela Pesquisa Agenda Juventude Brasil:

Os jovens rurais têm menos acesso à internet em casa que os jovens urbanos e usam mais a lanhouse, ou similares e o próprio celular para acessar a internet. Os jovens rurais se informam pelos meios similares aos dos jovens que vivem em áreas urbanas. Em primeiro lugar, pela televisão (92%), seguida da internet (1,8%). Ou seja, há muito mais a se compreender sobre a circulação entre territórios classificados como urbanos e rurais. Como respostas múltiplas, temos também um retorno similar entre jovens rurais e urbanos: A televisão continua na frente, seguida de internet e do rádio comercial (CASTRO, 2016, p 73).

Num mundo em constantes mudanças, a ampliação da circulação campo cidade, além do uso cada vez mais amplo de tecnologias e da internet no espaço rural, diminui fronteiras entre o rural e o urbano (até pouco tempo tidas como estanques), e complexifica as visões acerca desses espaços. As fronteiras entre rural e urbano podem ser invisíveis, como afirma Castro (2016), mas são concretas no que se refere ao acesso às políticas públicas e serviços, reproduzindo um país ainda tão desigual como o Brasil.

O uso do tempo livre, por exemplo demarca também outro tipo de ausência no meio rural. Como menciona Souto (2015), ao avaliar dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil, referente ao uso do tempo livre e acesso à cultura e atividades esportivas e de lazer, a disparidade no acesso dos jovens rurais e urbanos é muito significativa:

A realização de atividades de lazer e culturais, é um item em que as disparidades entre os jovens das cidades e do campo se manifestam com maior contundência. À exceção de eventos religiosos, festa em casa de amigos, frequência a bares com amigos, a jogos de futebol em estádios e a circo, todas as demais atividades são mais realizadas por aqueles que moram em áreas urbanas. Chama a atenção o fato de que 62% dos jovens da área

rural nunca foram ao cinema, ante 23% dos que vivem na área urbana. E ainda, daqueles que já foram algum dia no cinema, apenas 4% dos moradores rurais o fizeram nos últimos 30 dias, versus 22% dos entrevistados urbanos. Outro exemplo é quanto a parques de diversões, que já foram frequentados por 70% dos jovens das cidades e por 43% dos do campo (SOUTO, 2015, p.205).

Dialogando com as questões mencionadas na pesquisa, a demanda de distribuição e reconhecimento apresentada a seguir diz respeito a intersectorialidade, pois os jovens estão demandando acesso à internet, banda larga, comunicação, mobilidade, mas também cultura, lazer e esporte:

Reformulação do currículo e do ambiente físico que a escola proporciona, no intuito de adequação de modelos didáticos que contextualizem a realidade da inserção da juventude negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais, rural, pessoa com deficiência; e propor atividades extracurriculares, tais como atividades esportivas, artísticas e culturais que levaram em consideração as competências e habilidades dos e das estudantes. Além, de criar estratégias que aproximem a família e ou responsáveis para maior participação no cotidiano escolar para que, desta maneira seja estabelecida uma relação entre a comunidade, professores, alunos, responsáveis, incluindo a participação como elemento condicionante da inclusão ou continuidade em programas sociais, aproximando as famílias e a comunidade local, e colocam a participação como condicionante para a execução destas políticas públicas (3ª CNPPJ, 2015).

Ao demandarem a construção de centros que ofereçam cultura, lazer e esporte, por meio da escola os jovens rurais indicam, ao mesmo tempo, existir ausência de equipamentos e percepção da escola como um lugar de sociabilidade no espaço rural. Ao denunciarem o fechamento das escolas no campo e demandarem que isso não mais ocorra, estão reivindicando o acesso à educação, mas também a permanência de um espaço que seja capaz de integrar os próprios jovens, suas famílias e suas comunidades.

A fala a seguir traduz a importância do acesso as políticas intersectoriais, próximo a realidade dos jovens rurais:

O cenário parece não ser muito promissor para a juventude do campo, mas ainda há perspectiva, se de fato, essas políticas públicas que estamos discutindo forem implementadas com vigor e tentar amenizar isso, eu vejo que em algumas áreas é possível amenizar e reduzir né... principalmente essa questão de internet e acesso à educação, eu acho que é fundamental,

o jovem não precisar ir lá na cidade pra acessar a lanhouse sabe, ele ter isso no assentamento, a internet rápida e ter as escolas perto e se possível, isso é mais difícil, as universidades próximas (Gerson Souza, SP. Filme Pé no Formigueiro, 2014).

A perspectiva apresentada caminha justamente no sentido da real implementação das políticas públicas como potencial para ampliar as opções de permanência dos jovens no meio rural.

Na segunda e terceira Conferências, as demandas por políticas de participação vêm aliadas às demandas de distribuição e reconhecimento. Na terceira Conferência, além de demandarem participação para definição de currículos, os jovens colocam a participação como possível condicionante para execução de políticas públicas. Ao avaliar o ciclo de política pública em questão, Ribeiro et al. (2018) apontam que, como verificado pelo conjunto de diagnósticos e pesquisas, o maior problema não esteve na formulação das políticas de juventude, mas na sua operacionalização.

Um exemplo seria a dificuldade de efetivação do papel indutor de processos participativos e orgânicos nos níveis federal, estadual e municipal. Sem novos canais de participação, não há como implantar, monitorar e avaliar projetos e ações voltados para a juventude. Além disso, uma grande dificuldade foi a real incorporação das políticas de juventude nos diferentes Ministérios, que não têm uma tradição em debater temas específicos, dificultando a transversalidade e a intersetorialidade das demandas e necessidades juvenis (RIBEIRO et al., 2016, p 123 e 124).

Na terceira Conferência, percebe-se ampliação do número de resoluções em relação às duas etapas anteriores, muitas pautas repetidas, algumas novas e que se aprofundam, como é o caso da demanda por fortalecimento das EFAS e o apoio ao seu financiamento. Como visto no Capítulo 2, as EFAS e o PRONERA nasceram de experiências da sociedade civil e dos movimentos sociais. O reconhecimento e fortalecimento dessas experiências são fortemente demandados pelos jovens rurais ao longo das três etapas das Conferências e no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas. As duas iniciativas realizam os processos educativos por meio da pedagogia da alternância, e como indica as resoluções das CNPPJs, os jovens rurais demandam fortemente que esse método seja reconhecido e adotado de forma ampla pelas políticas públicas educacionais.

Para a juventude rural, o regime de alternância assume papel central, dada a possibilidade de conjugar educação e trabalho. Santos (2007) resume bem essa dimensão da educação por alternância, ao afirmar que os espaços educativos da escola/universidade e do campo são duas particularidades de uma mesma totalidade que envolve o ensino, a pesquisa e as práticas, em todas as áreas do conhecimento e da vida social.

Ao longo das Conferências, os jovens demandam a implementação de políticas públicas educacionais e, ao mesmo tempo, o fortalecimento e reconhecimento das iniciativas realizadas pelas próprias organizações e movimentos sociais, partindo de ampla noção de direitos e cidadania:

Cabe ressaltar que, no ciclo analisado, pode-se observar uma tendência em decifrar as demandas dos jovens pelo viés dos direitos e da cidadania, o que possibilitou um deslocamento da compreensão das próprias pautas das políticas públicas, transformando as mesmas em “causas” mobilizadoras que alimentam grupos, redes e movimentos de diferentes segmentos juvenis, conforme alerta Novaes (2014)... afinal, na noção de ‘direito’ reside um potencial ‘contrapoder’, simbólico e prático”. Nesse sentido, o paradigma do direito e da cidadania impactou o desenvolvimento de políticas de juventude, incitando a participação juvenil e o reconhecimento dessa etapa de vida como importante período de desenvolvimento social. Ribeiro et al, 2018, p. 122.

Nesse sentido, não é contraditório demandar políticas públicas e fortalecer as iniciativas da sociedade civil e dos movimentos sociais. É uma via de mão dupla. Um processo fortalece o outro, especialmente quando falamos em meio rural, onde na maioria das vezes os movimentos sociais cumprem função de execução das políticas públicas, já que essas políticas dificilmente chegam aos seus territórios. Além de permitir outro nível de protagonismo e inserção dos jovens, justamente pelo fato dessas experiências estarem ancoradas na realidade local, essa demanda reforça, ainda, o sentido amplo proposto pela educação do campo, “como sendo uma educação que se coloca num projeto articulado de sociedade, de visão de campo e de relação direta com os movimentos sociais”⁴⁴.

Como observado no Capítulo 3, os movimentos sociais se configuram como rede de suporte fundamental para ampliação das trajetórias dos jovens rurais,

⁴⁴ Ver Caldart (2007), Molina e Antunes Rocha (2014).

inclusive de ampliação da escolaridade. Percebe-se com evidência o sentido da Educação do Campo contido nessa demanda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar essa dissertação, ao invés de apresentar conclusões definitivas, serão apresentadas questões sobre as demandas educacionais de jovens rurais destacando quatro dimensões que merecem maior aprofundamento e reflexão.

6.1 As demandas educacionais expressas nas CNPPJs podem ser lidas como um esforço para afirmar a categoria “jovens rurais” (identidade) e, ao mesmo tempo, reconhecer sua diferenciação interna (diversidade).

Como afirma Novaes (2007), a consagração dos direitos difusos teve amplas consequências sociais. Se os tempos modernos se caracterizaram pela busca da igualdade por meio da consagração de direitos individuais, no mundo contemporâneo a matriz política é definida pelo reconhecimento e valorização da diferença e das identidades coletivas. No entanto, como aponta a autora, “é preciso salientar que essas identidades não são homogêneas, tampouco fixas e imutáveis”. Stropasolas (2014) também chama atenção ao fato da não homogeneidade das identidades:

Considero fundamental recuperar a noção de identidade trabalhada por Silva (2005), pois reforça a nossa intenção de mostrar as redefinições em curso nas identidades sociais dos jovens rurais, inicialmente para afirmar que a identidade desse público não é uma essência, um dado ou um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Essa concepção de identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Juntamente com o autor podemos dizer que: A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (STROPASOLAS, 2014, p. 193).

Ao se referir a juventude rural, Stropasolas (2007) defende que preservar a ideia das particularidades e das diferenças numa perspectiva mais universal constituiu-se de uma questão extremamente intrigante. Para o autor, dar conta desse desafio significa, também, fazer um contraponto à possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Nessa perspectiva, nosso olhar para as demandas educacionais expressas nas três Conferências Nacionais de Juventude apontou o imbricamento das demandas de distribuição e reconhecimento. Vimos como elas tomam por base as demandas de políticas públicas para a superação das desigualdades no campo em torno da sua categoria política, ao tempo que reforçam o reconhecimento das particularidades e singularidades das juventudes rurais a partir da ênfase permanente da sua diversidade interna.

Não é simples a tarefa de articular igualdade e diversidade. Por exemplo, apesar de todo o esforço de nomear as categorias de jovens rurais presentes no campo brasileiro, um segmento ficou ainda invisível nas resoluções das Conferências, os jovens trabalhadores rurais assalariados.

Como visto no Capítulo 2, estudos sobre o tema apontam que estes trabalhadores possuem características específicas por conta da sazonalidade. As constantes migrações e a necessidade de conciliar a vida comunitária e familiar, mais a produção de subsistência quando estão nos locais de origem e os longos períodos de trabalho nas fazendas, são fatores que dificultam tanto as possibilidades de estudar, quanto de estar em espaços de participação social institucionalizados.

Os jovens presentes no 1ºSNPPJR, apresentaram como um desafio as políticas para este segmento, considerando que a migração no período da safra impede a permanência do jovem na escola, o acesso a outras políticas e a vivência da sua condição juvenil. Assim, apresentaram propostas nas quais - como pode-se notar na transcrição abaixo - articulam necessidades de distribuição e reconhecimento, destacando a questão do acesso e ampliação da escolaridade, bem como de trabalho digno:

Acesso à educação do campo, em todos os níveis de ensino, inclusive nos períodos de safra, associado a processos formativos que abordem a dimensão dos direitos humanos e trabalhistas para os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais; Ampliar a oferta de ensino, por meio da pedagogia da alternância, nos territórios de migração (regiões de origem), na intenção de estimular outras oportunidades de trabalho e renda; Destinar bolsas de estudo para todos os jovens estudantes do campo, especialmente para que os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais possam acessar a formação em todos os níveis; Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do PROCAMPO e do PRONERA, assegurando a inclusão dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais (Proposição elaborada no 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas).

Importante salientar que o Seminário foi realizado no ano de 2012, depois da 2ª CNPPJ e antes da 3ª Conferência. Reuniu apenas jovens do campo e, talvez, tenha sido essa composição específica que pode ter favorecido a presença de jovens assalariados rurais e de suas pautas. Como se sabe, as Conferências que envolvem todos os segmentos da juventude brasileira envolvem disputas, sendo levadas a determinar “prioridades” de sujeitos e pautas.

A partir desse exemplo, presume-se que por mais ampla e diversa que tenham sido as Conferências e a diversidade de jovens rurais e suas demandas, tais eventos não dão conta de organizar todos os desafios, pois refletem dinâmicas incompletas, não lineares e são um retrato do momento. Apesar de, no caso dos jovens rurais, termos observado o diálogo com velhas e novas demandas, o aprofundamento da complexidade da realidade dos jovens no campo foi melhor captado em espaço que puderam ser o centro do debate, garantindo maior diversidade de representantes das múltiplas realidades do campo brasileiro.

Observa-se como alguns temas aparecem com mais força em certos espaços, com menos força em outros (a exemplo dos jovens assalariados rurais). No Capítulo 1 foi verificado que, desde o início dos anos 2000, diversas agendas e espaços coletivos foram criados pelos jovens rurais organizados no país em processo contínuo de (re)formulação de cenários e inclusão de novos temas e demandas, considerando a ótica de direitos universais e específicos. O que está em jogo é o “direito de ser um jovem rural”, nas suas múltiplas dimensões, de maneira que estes possam viver plenamente sua juventude no campo. Essa tem sido a formulação básica para compreender as demandas da atual geração de jovens rurais.

No que diz respeito às demandas educacionais, não há como compreendê-las sem a articulação com as demais políticas públicas, especialmente as que assegurem acesso à terra e a reforma agrária, ao trabalho, renda e qualidade de vida, a possibilidade de circulação e mobilidade. O que sem dúvida remete à promoção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, e que também contribua para desconstruir estereótipos em relação aos jovens rurais. É esse o pano de fundo para pensar a complexidade da educação na diversidade do mundo rural e dos sujeitos jovens que convivem neste espaço. Contudo, é preciso também não reificar a divisão rural versus urbano. Trata-se de fortalecer a ideia de interdependência e não de oposição entre esses espaços, as demandas por circulação e mobilidade apresentadas pelos jovens rurais, que vão ao encontro do que disse Wanderley (2007): “os jovens rurais querem o melhor dos dois mundos”.

Como síntese, recorre-se a Stropasolas ao mencionar que os jovens vivenciam hoje experiência geracional singular, pois herdam os problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são “convocados” ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, indaga o autor: “quem deles deseja atender essa convocação?”. A resposta a essa última pergunta é complexa, mas os jovens rurais presentes do 1º SNPPJR nos dão algumas pistas:

A partir da luta dos jovens rurais organizados foi possível quebrar a invisibilidade e pautar o estado frente à construção de políticas públicas de juventude rural. Neste sentido, reconhecemos a disponibilidade do governo em promover diálogos para a construção de proposições, porém ainda há muito o que se fazer, por isso afirmamos que para a juventude ter vida digna no campo é necessário:- Acesso à terra e ao território, através de uma ampla e massiva reforma agrária, demarcação das terras indígenas e quilombolas, que valorize a juventude rural como sujeito estratégico para a dinamização e o desenvolvimento do campo. - Educação do campo e no campo, em todos os níveis, desde a superação do analfabetismo, passando pelos ensinamentos fundamental e médio e com cursos superiores nas diferentes áreas de conhecimento. - Políticas agrícolas voltadas para a juventude rural, assegurando Ater, Ater Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para que a juventude possa produzir alimentos numa perspectiva agroecológica. - Eliminar o trabalho degradante e em condições análogas à escravidão que os jovens rurais são submetidos nos latifúndios do agronegócio. - Acesso a políticas de cultura, esporte, tecnologias de informação e comunicação, possibilitando novas sociabilidades e a vivência da condição juvenil no campo. - Geração de renda agrícola e não agrícola,

tornando o campo um espaço de oportunidades para que a juventude rural possa trabalhar dignamente no setor de serviços e em agroindústrias familiares, permanecendo assim no campo (Carta final do I Seminário, 2014).

Por se tratar de uma categoria em que o trabalho (e mais ainda o trabalho agrícola) assume papel central inclusive por conta da sua reprodução social, a tendência de outras pautas é ficar secundarizadas. No entanto, o que os jovens rurais alertam, tanto nas Conferências quanto no Seminário, é que a sociabilidade, as trocas culturais, a geração de renda, o acesso a terra, a educação, a interação socioambiental e a qualidade de vida estão intimamente relacionadas. Nessa perspectiva, a educação não aparece com papel salvacionista, mas como lócus de ancoramento para um leque amplo de possibilidades de direitos.

6.2 As resoluções das Conferências expressam um movimento progressivo de reconhecimento da diversidade, identidade de gênero e orientação sexual no âmbito das “juventudes rurais”

Como visto no Capítulo 3, em que pese o acesso à educação e o nível de escolaridade dos jovens rurais ser ainda um abismo comparado aos jovens urbanos, os jovens rurais valorizam a educação. A centralidade dessa pauta para os jovens organizados fica claro no 1º Seminário, e tem eco entre os jovens rurais pelas percepções captadas na Pesquisa Agenda Juventude Brasil, transformada em amplas demandas de distribuição e reconhecimento nas Conferências Nacionais de Juventude. Há, portanto, consonância entre as percepções e demandas dos jovens rurais organizados, os participantes das CNPPJs, e dos não organizados.

Educação é, portanto, uma questão central que unifica os jovens rurais organizados ou não. No caso dos organizados em movimentos sociais ou coletivos, as demandas estudadas nos apontam claramente que educação estes jovens querem. Erica Galindo (Assessora de Juventude da Contag), participante do 1º Seminário, ao iniciar a apresentação da carta final como registrado no filme *Pé no Formigueiro* enfatiza: *“não queremos educação do campo para operar máquinas e administrar agrotóxicos. Queremos uma educação do campo pra reafirmar nossa*

identidade no âmbito da juventude rural. É claro que pelo que verificamos neste estudo, o tipo de educação demandada não se restringe a isso. Mas a fala em questão sintetiza boa parte das questões apresentadas, pois as demandas por distribuição e reconhecimento, computam 15 das 21 resoluções estudadas.

Além do reforço às identidades dos jovens rurais, a educação para a diversidade cresce como “questão” ao longo das Conferências. Um destaque importante nesse sentido é a presença de demandas por uma escola inclusiva e adequada para os jovens rurais, LGBTs, jovens com deficiência, negros e negras em diversas resoluções. Ou seja, o esforço de nomear as juventudes que vivenciam processos singulares, mesmo dentro da mesma geração, confirma uma estratégia de “sair do estado de coisas”, no sentido apontado por Rua (1998).

Nesse sentido, um tema que não chega a ser ausente, mas aparece nas Conferências de maneira tímida e cresce no 1º Seminário é se refere aos jovens LGBTs e das jovens mulheres rurais. Na 3ª Conferência, esse tema aparece diluído na demanda de distribuição e reconhecimento, que reivindica:

A reformulação do currículo e do ambiente físico que a escola proporciona, no intuito de adequação de modelos didáticos que contextualizem a realidade da inserção da juventude negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais, rural, pessoa com deficiência (3ª CNPPJ, 2015).

Já no 1º Seminário esse tema aparece como política de distribuição e reconhecimento, que demanda enfaticamente a defesa de uma educação para a diversidade:

Incorporação da igualdade de gênero nas escolas; viabilizar uma educação do campo não sexista, antirracista e contra a homofobia; Formação para jovens mulheres – educação formal e não formal – que considere o direito a corpo, sexualidade e diversidade sexual (1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas, 2012).

A discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres no campo não é nova. A literatura já aponta, como mencionado no Capítulo 2, que o machismo e o patriarcalismo impactam especialmente sobre as trajetórias das jovens mulheres.

Esse desafio fica explícito no depoimento da jovem Beatriz Martins, captado no filme *Pé no Formigueiro*:

Hoje nosso problema é criar conflito na família em relação a isso. Criar conflito na família é algo que nos desestrutura pessoalmente também, nós ainda estamos numa estrutura onde a gente acha que evoluiu, mas continua o machismo, o patriarcalismo, onde a gente, principalmente as mulheres não tem vez. E os homens quando não tem vez, é isso que acontece, vai para a cidade ou vai para as extrações. A estrutura hierárquica da sociedade [...] colocou na mente da família que o pai é quem manda, depois vem a mulher submissa e os filhos mais ainda, e os filhos obedecem. Nessa estrutura quem disse que mudou está enganado, porque continua (Beatriz Martins, ES. Filme *Pé no Formigueiro*, 2014).

Essa fala traduz, de maneira clara, que este não é um tema menor quando se trata dos direitos da juventude rural, mas uma questão que já possui certa visibilidade no campo dos estudos acadêmicos e no âmbito dos movimentos sociais. No entanto, o tema que praticamente não era tratado e aparece com centralidade no 1º Seminário é a demanda por “educação do campo não sexista, antirracista e contra a homofobia e a formação para jovens mulheres na educação formal e não formal – que considere o direito a corpo, sexualidade e diversidade sexual”⁴⁵.

O enfrentamento a homofobia e o respeito a diversidade sexual é uma questão que aparece – com algumas exceções - de maneira periférica no âmbito das pesquisas⁴⁶, nos movimentos sociais, no histórico das reivindicações dos jovens rurais e nas produções sobre Educação do Campo. Ao reafirmarem essa demanda, os jovens rurais estão jogando luz para questões não nomeadas historicamente, que fogem ao padrão da política agrícola/agrária e, portanto, não são visíveis. Ainda que tais demandas por reconhecimento cresçam lentamente, estas são fundamentais para a juventude rural, pois demonstram que se não forem tratadas não dialogarão com uma singularidade importante da condição juvenil atual.

Portanto, é fundamental superar a visão de que estes temas são “menores” ou de ordem subjetiva. Enquanto forem tratados como menos importantes em relação a outras pautas e desafios, a exemplo da luta pela terra e da denúncia ao modelo de desenvolvimento imposto ao campo, continuarão a se reproduzir opressões,

⁴⁵ Proposição elaborada no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas. Cópia no anexo 3.

⁴⁶ O tema foi percebido por Castro (2005), em especial nos espaços de organização dos jovens rurais ligados a FETRAF-SUL/CUT e MST e refletido no livro “Os Jovens estão indo embora?”

exclusões e invisibilidades, e continuará sendo negado o direito desses jovens viverem no campo, tendo suas identidades e singularidades respeitadas, mesmo dentro da categoria da juventude rural.

O que os jovens rurais apontaram por meio das suas demandas, inclusive pela centralidade colocada no questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista e exploratório imposto ao meio rural, é que uma coisa não deve se opor a outra, nem no campo educacional. Pelo contrário, quando os jovens apontam para “uma educação do campo não sexista, racista ou LGBTfóbica”, estão trazendo um conteúdo que também rompe com o padrão tradicional, e que se reproduz mesmo em construções avançadas como as propostas para a educação do campo. Isto é, ao tratarem de forma articulada essas pautas sinalizam que a demanda por reconhecimento das suas singularidades não disputa com a visão de projeto de sociedade. Ou seja, a centralidade das suas demandas por reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, questionamento ao modelo do agronegócio e educação para desenvolvimento sustentável, só podem ser alcançadas plenamente com o reconhecimento da diversidade e da garantia dos direitos a todos nas suas singularidades.

6.3 A participação social pode ser vista como incentivo e/ou como resultado de ampliação de trajetórias escolares?

Um fator interessante que chamou atenção ao analisar o perfil e as resoluções das três CNPPJs foi o nível de escolaridade dos participantes. Ao comparar com dados sobre a escolaridade da população rural apresentados no Capítulo 3, ficou evidente que o nível de escolaridade dos jovens participantes das Conferências, e também no 1º SNPPRJ, é bem superior ao nível de escolaridade dos jovens rurais brasileiros⁴⁷.

A amostra de jovens presentes nas três edições da CNPPJ apresenta uma sobrerrepresentação dos jovens que estão no ensino superior. Enquanto no país temos cerca de 34% de jovens de 18 a 24 anos matriculados em universidades, nossa

⁴⁷ Essa característica também coincide com pesquisa realizada com jovens rurais participantes dos movimentos sociais e sistematizadas no Livro *Os jovens estão indo embora?* Castro (2008).

amostra apresenta cerca de 60% de universitários nas três edições. Há, ainda, uma ligeira ampliação daqueles que estão cursando o ensino médio (Peregrino et al., 2018). Não há informações específicas se esses dados se reproduzem ou não no caso dos jovens rurais participantes. Mas, no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas, os dados também apresentam sobrerrepresentação, apontando que 53% dos presentes tinham ensino superior, 14,9% curso técnico, 21,3% ensino médio, 6,4% pós-graduação, e 4,3% tinham cursos de licenciatura⁴⁸.

Os dados sobre nível de escolaridade dos jovens organizados não refletem a situação geral da juventude rural brasileira, o que corrobora com Castro (2008) no sentido que os dados podem estar sinalizando que a atuação em movimentos sociais e/ou o acesso a Programas e Ações de políticas públicas favorecem e potencializam a ampliação das redes de apoio e inclusão educacional das juventudes rurais.

Para Castro (2014), um importante investimento que conjuga ações dos movimentos sociais e programas específicos, a exemplo do PRONERA e da Licenciatura do Campo nas universidades federais, pois ampliaram o acesso para uma parcela de jovens, hoje lideranças em seus movimentos e sociais. Essa questão é relevante, uma vez que foi observado na análise dos espaços estudados nesta pesquisa e nos estudos realizados pelos pesquisadores de juventude rural no capítulo 1, que houve crescimento importante da presença e do empoderamento de jovens lideranças nos movimentos sociais rurais, seja dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, seja nos diversos coletivos das demais juventudes rurais.

Analisando o histórico da ausência de investimentos em educação e na escolarização no meio rural – que se desdobram na manutenção dos indicadores de analfabetismo no campo e na defasagem da escolarização dos jovens rurais perante aos jovens urbanos – as informações mencionadas acima, demonstram que entre os jovens vinculados a alguma organização social esses indicadores se invertem. No que diz respeito aos jovens organizados, um apontamento importante é que as organizações e movimentos sociais podem se tornar instrumentos que potencializam o capital cultural e social dos jovens rurais, no sentido proposto por Boudieu (1998).

Em se tratando do conjunto da juventude rural, a análise das resoluções de distribuição e reconhecimento aprovadas, com conteúdo voltado a elevação e

⁴⁸ Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012. Está disponível nas referências bibliográficas.

ampliação da escolaridade aponta para as ausências no acesso a escolaridade pelo conjunto da juventude rural. O fim do analfabetismo, políticas e programas de elevação de escolaridade nas modalidades de EJA, o não fechamento das escolas do campo, o acesso à educação formal em todos os níveis, a graduação e a pós-graduação, o apoio e fortalecimento as experiências educacionais realizadas pelas organizações e movimentos sociais, como as escolas da Rede CEFAs e EFAs e as escolas itinerantes dos assentamentos da reforma agrária, resumem os conteúdos por acesso.

Deste conjunto chama-se atenção a uma demanda que foi citada como “política afirmativa” nas demandas das CNPPJs e no 1º Seminário, que vem explicitamente citada como cotas para a juventude rural ingressar na graduação. Também se tem informações para dizer se os jovens rurais “em geral”, (isto é não presentes nos espaços de participação) demandariam cotas específicas. No entanto, os dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil mostram que há percepção positiva entre os jovens rurais sobre o tema. No caso dos respondentes, as políticas de cotas para negros e negras ingressarem nas universidades, são apoiadas por 60% os jovens rurais e 54% jovens urbanos. Ao se considerar os “totalmente a favor”, essa diferença sobe para 10 pontos percentuais.

Nesse sentido, mesmo que os jovens que participam de Conferências e Seminários tenham mais escolaridade que a média dos jovens que moram no campo, e não possam falar em nome de toda “juventude rural”, as demandas educacionais por eles formuladas não estão distantes do conjunto dessa parcela da juventude brasileira.

6.4 Os temas, os Programas, as Legislações: possibilidades e limites para a educação no campo

Como mencionado na análise da 2ª Conferência Nacional, os jovens começam a nomear programas e políticas específicas de distribuição e reconhecimento. Na etapa mencionada as demandas eram voltadas aos programas de alfabetização e

elevação de escolaridade. Já na 3ª CNPPJ os jovens rurais reivindicam, também, a implementação adequada e ampliação de programas que já existiam:

Construir e ampliar as unidades de ensino médio, profissionalizante, técnico e superior, juntamente com a ampliação da quantidade de Bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nas parcerias com sistema S, nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, Pronatec, Pronacampo, Projovem urbano, Projovem rural, SISUTEC, SISU, Prouni e demais programas. E que a ampliação considere as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda (3ª CNPPJ, 2015).

A crescente demanda acerca de programas e políticas específicas, traz conjuntamente proposições sobre mecanismos mais adequados a sua implementação. Ao apontarem instrumentos fora dos tradicionais para execução destas políticas estão demandando políticas de reconhecimento, e sinalizando para a necessidade de maior efetividade das políticas públicas. Para Ribeiro et al. (2018), o maior problema desse ciclo de políticas públicas não esteve na sua formulação, mas na sua operacionalização:

A partir de um conjunto de diagnósticos e pesquisas, podemos inferir que, nesse ciclo, o maior problema não esteve na formulação das políticas de juventude, mas sim na sua operacionalização. Um exemplo seria a dificuldade de efetivação do papel indutor de processos participativos e orgânicos nos níveis federal, estadual e municipal. Sem novos canais de participação, não há como implantar, monitorar e avaliar projetos e ações voltados para a juventude. Além disso, uma grande dificuldade foi a real incorporação das políticas de juventude nos diferentes Ministérios, que não têm uma tradição em debater temas específicos, dificultando a transversalidade e a intersetorialidade das demandas e necessidades juvenis (RIBEIRO et al., 2018, p. 123 e 124).

No caso estudado, parece que os limites na execução se dão mais pela dificuldade da real incorporação das políticas, no âmbito dos Ministérios e nos entes federados, do que o papel indutor de processos participativos. No caso dos jovens rurais, soma-se como espaços de participação na formulação de políticas públicas, além das CNPPJs e do CONJUVE, as Conferências Nacionais de Desenvolvimento

Sustentável, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF), e a existência de dois grupos de trabalho de juventude rural no âmbito do governo federal. Um primeiro e mais antigo GT estava ligado ao CONDRAF. O segundo foi criado em 2011 pela SNJ e composto por jovens que faziam parte do CONDRAF, do CONJUVE e, ainda, organizações que tinham atuação nacional e local, mas que estavam fora desses espaços nacionais de participação social, como era o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴⁹. Estes dois espaços tinham como foco formulação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas junto aos órgãos federais. Contudo, apesar dos avanços na construção de espaços de participação, a PNJ encontrou dificuldades em ampliar sua escala de atuação, em especial no que tange a juventude rural. Como destaca Macedo e Dulci (2019), parte dessas dificuldades advinha do fato de que a própria pauta “políticas de juventude” estava em processo de consolidação na sociedade e no governo. Ou seja, lutava por disputar recursos no orçamento federal, ao mesmo tempo em que despendia esforços para consolidar seu reconhecimento político no âmbito do Governo.

Neste sentido, corroboro com Macedo et al (2019), que outra frente de atuação chave para a efetividade das demandas apresentadas, era a relação com estados e municípios, é a necessidade permanente de convencimento a respeito da centralidade dos temas da juventude. Um dos pontos chave relativos ao desenho das políticas públicas diz respeito à integração das ações nos seus territórios de origem. A própria estrutura do Estado dificulta esta integração, na medida em que é organizada em "caixinhas" temáticas (como saúde, educação, cultura), que têm dificuldade de dialogar entre si. Contudo, sabe-se que os problemas cotidianos da juventude e da juventude rural - e do restante da população - nada tem a ver com esta divisão setorial e exigem atenção integral e integrada das diversas áreas do governo. A integração das políticas deve abarcar também o componente federativo. Ou seja, é preciso que o governo federal, os estados e os municípios canalizem esforços de forma conjunta e articulada para a criação de oportunidades e para a promoção do desenvolvimento integral e dos direitos da juventude.

Um dos exemplos de limites relativo ao papel dos entes federados é o ensino fundamental. O fechamento das escolas do campo está diretamente vinculado a

⁴⁹ O MST teve como resolução nacional não atuar nos espaços formais/institucionais de participação como os Conselhos Nacionais. Mas atuaram em espaços específicos como nas Conferências, no 1º Seminário e no GT de Políticas Públicas para a Juventude Rural da SNJ.

decisão das prefeituras, e como verificado no Capítulo 2, dados apontam o fechamento de mais de 30 mil escolas rurais entre os anos de 2003 e 2013.

Apesar dos limites apontados e, em geral, do baixo nível de conhecimento dos jovens brasileiros sobre as políticas públicas, dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil sinalizam que 44% dos jovens entrevistados conheciam uma ou mais políticas públicas de juventude. Instados a citar o nome dos programas de maior conhecimento, a maior parte dos entrevistados mencionou programas na área da educação. O conjunto das respostas oferece um interessante painel analítico, aqui apresentado em ordem decrescente de menção: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Educação e Jovens e Adultos e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e Programas Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego. A percepção da maior parte dos entrevistados é de que as políticas de juventude são relevantes, tidas como “muito importantes” para 54% dos jovens e “mais ou menos importantes” para 29% deles.

Os resultados refletem o reconhecimento dos esforços empreendidos para ampliação do acesso à educação por meio do PROJOVEM, da expansão da rede de universidades, do PROUNI, do FIES, da ampliação da rede de institutos federais e PRONATEC, e corroboram a nomeação dos programas e políticas de distribuição e reconhecimento indicados pelos jovens rurais nas três CNPPJ. Contudo, demonstram que não houve uma capilarização de ações e programas específicos com foco em outras áreas. Ou seja, os entrevistados só identificam como política de juventude políticas educacionais.

Ao mesmo tempo que os programas e políticas educacionais ganham centralidade crescente nas demandas da juventude rural presente nos espaços de participação, como observado no Capítulo 3, o tema da intersetorialidade foi ganhando destaque juntamente com as demandas educacionais de distribuição, reconhecimento e participação, expressas com ênfase na 3ª CNPPJ.

Relacionando os dois temas percebe-se, como já indicado no capítulo 3, que há valorização da educação por parte da juventude rural e, ao mesmo tempo, observa-se que os jovens organizados têm ciência que a educação sozinha não pode ter papel de resolução total dos desafios vivenciados no campo brasileiro. Esses desafios, evidenciados nas demandas transformadas em resoluções nas CNPPJs, também foram percebidos na Pesquisa Agenda Juventude Brasil:

Persistem desafios que distanciam viver a juventude no campo de vivê-la na cidade. Sabemos que ainda há distâncias importantes entre o campo e a cidade. A conexão digital, a mobilidade, o acesso ao ensino médio e o acesso a esporte e lazer são sempre lembrados pelos jovens e pelas jovens como distâncias importantes entre o campo e a cidade no Brasil. Sem dúvida, a diferença de acesso à escolarização e à renda são fatores importantes para a percepção dessa juventude sobre sua vida e para o real acesso a oportunidades (CASTRO, 2016, p. 67).

Sem dúvida, o fato de a maioria das demandas aliarem educação a outras políticas públicas expressa uma visão integrada, que extrapola as formulações tradicionais de políticas educacionais. Ao abrir as resoluções das três Conferências, será visto que essas demandas agrupadas como “intersectoriais” relacionam a educação com: lazer, cultura, esporte, inclusão digital, comunicação, mobilidade, saúde, com trabalho e renda, e regulamentação de profissões vinculadas a agroecologia, transporte e mobilidade. Ou seja, no âmbito das demandas de intersectorialidade, longe da visão salvacionista da educação, os jovens rurais indicam a sua centralidade, ao tempo que estas devem estar aliadas a um conjunto de direitos. Portanto, mais soma do que subtração, mais “e” do que “ou”, como enfatiza Novaes (2007).

Como visto no Capítulo 2, nos desafios do rural contemporâneo, pensar os jovens rurais como sujeitos de direitos, só é possível assegurando políticas que promovam a sua integralidade e que repensem o próprio espaço rural. Portanto, os jovens apontam para uma demanda por um tipo de educação que não se descola do trabalho e da renda, da qualidade de vida e da mobilidade. Nesse sentido, Ribeiro et al., (2018), destaca que um aspecto relevante é a percepção de que as questões da juventude estão intimamente conectadas e são intrinsecamente interdisciplinares:

Tal afirmação é clara, quando se observa a complexa convergência de demandas e agendas contemporâneas — educação, trabalho, cultura, comunicação e informação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento, vida segura, participação, direitos humanos entre outras—, e o desafio de integrá-las no cotidiano da gestão pública, de forma original, escapando de práticas recursivas que apenas reúnem diferentes áreas em superados modelos setoriais. Em especial, se considerarmos que tal superação está relacionada com mudanças expressivas em nossa sociedade, quando um conjunto de demandas sociais e políticas, trazidas por segmentos populacionais que conquistam visibilidade na esfera pública, passa a organizar suas demandas

ao poder público, que deve traduzi-las em ações governamentais (RIBEIRO et al., 2018, p. 122 e 123).

Como já verificado no Capítulo 3, além das demandas de distribuição e reconhecimento por intersectorialidade, os temas acesso e ampliação da escolaridade, bem como aspectos legais e operacionais das políticas públicas educacionais, ganham relevo nas três CNPPJ. A recorrente demanda de distribuição e reconhecimento em torno da implementação das legislações sobre Educação do Campo e sobre o ensino da história da África nas escolas podem estar apontando que os jovens rurais corroboram com a avaliação feita por Molina (2012), recuperado no Capítulo 2, que menciona existir avanços significativos na legislação da Educação do campo.

Como demonstrado no Capítulo 1, concomitante ao avanço nessas legislações, avançaram os marcos legais de direitos da juventude brasileira, com destaque ao Estatuto da Juventude, Lei 12.852 de agosto de 2011. Ao mesmo tempo que a sua aprovação era demanda dos jovens organizados que atuavam na arena das PPJ e foi resolução das duas primeiras CNPPJ, o Estatuto dialogou com demandas acumuladas por coletivos importantes da juventude brasileira, um desses foi a juventude rural. Ao reconhecer a diversidade da juventude como um valor, essa Lei reflete demandas históricas e contempla um conjunto importante desse mosaico. Nesse sentido, pressupõe-se a garantia da extensão de todos estes direitos aos jovens rurais, mas como nem sempre o que está subentendido é assegurado, é necessário que este seja reafirmado, assim como acontece na Legislação da Educação do Campo.

A partir de leitura do conteúdo dos 11 direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude⁵⁰, é possível identificar a incorporação das demandas específicas dos jovens rurais em 5 dos 11 direitos, são eles: Direito a Educação; Direito a profissionalização, ao trabalho e a renda; Direito a Cultura; Direito ao Território e a Mobilidade; e Direito a Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Assim como nas Conferências, o Estatuto da Juventude traz “presenças e ausências”. Contudo, é

⁵⁰ São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça.

importante destacar que nas “presenças”, ou seja, nos 5 direitos do Estatuto que incorporam as singularidades da juventude rural, estão refletidas as demandas apresentadas nas Conferências.

A seção III - do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda, o Art. 14 prevê que “o jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social”. E o Art. 15 apregoa que “a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de: a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo; b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular”.

As medidas propostas por esse direito dialogam diretamente com a Agenda Nacional de Trabalho Decente pra Juventude e com as demandas da juventude rural relativas ao acesso e ampliação da escolaridade - respeitando as especificidades do campo - com a pedagogia da alternância e com os jovens assalariados rurais, pois para essa parcela da juventude rural, conciliação entre estudo e trabalho é um desafio ainda maior.

Ao definir no parágrafo VI “apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das ações de b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável; e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte”, o Estatuto da Juventude reforça como um direito que ficou evidente e recorrente nas demandas dos jovens rurais presentes nas CNPP, a infraestrutura, ainda é um fator limitador de acesso a políticas públicas e serviços no meio rural, seja a infraestrutura produtiva ou a educacional.

A Sessão II - Do direito a Educação, no Art. 7º define que “o jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada”, e no § 5º define que “a Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais”. No Art. 11, o direito ao programa suplementar de transporte escolar de

que trata o art. 4º da Lei no 9.394/ 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade.

Quando no Estatuto da Juventude - no que tange a educação - o direito assegurado é o de ampliação da oferta em todos os níveis e modalidades educacionais por meio da política nacional de Educação do Campo, a lei reconhece e incorpora os pressupostos e diretrizes da Educação do Campo, cujo marco legal se estabeleceu pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC nº 1 e nº 2, de 2002 e 2008), expedidas pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE). Os referidos marcos legais, portanto, se complementam e se fortalecem, e ao indicar a ampliação da oferta com conteúdo e metodologia adequada reforça uma resposta à demanda de distribuição por acesso e ampliação da escolaridade presentes nas três edições das CNPPJ, analisada com mais profundidade no Capítulo 3 deste estudo.

Como já mencionado, o direito ao território e a mobilidade aparece centralmente nas resoluções estudadas, avançando na concepção de que permanecer no campo não é sinônimo de “confinamento” no campo. No Estatuto da Juventude, a tradução dessa demanda em direito está expressa na Seção IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade, e o Art. 31 define que “o jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade”. Já a Seção VI - Do Direito à Cultura, o Art. 22 define que “na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa”.

A aprovação do direito a cultura e mobilidade no Estatuto da Juventude, com enfoque na juventude rural, é um avanço importante, pois sinaliza para o direito à circulação e a fruição, indicando que permanecer no campo não deve ser correlato a “ausência”, desvalorização - ou em última instância - o que “sobrou” para os jovens que não tiveram a opção de ir pra cidade. O direito a experimentação e o acesso aos bens culturais, o conhecer a cidade e poder optar entre a vida no campo ou no meio urbano é uma pauta que aparece com mais ênfase nessa geração de jovens rurais, pelo menos entre os organizados como verificado na análise de demandas.

Portanto, o Estatuto da Juventude para além de relevante Declaração de Direitos, sistematiza e organiza os direitos da juventude brasileira, por meio de uma

visão avançada sobre as concepções acerca do desenvolvimento integral, da promoção da autonomia e da emancipação da juventude. Nesse sentido, esse Estatuto poderá ser âncora para a continuidade das reivindicações dos jovens rurais, materializados em resoluções nas CNPPJ, pois permite reforçar esses direitos a partir da diversidade da juventude, garantidos numa única lei.

Além disso, a referida Lei indica a forma que o estado precisa se organizar para assegurar esses direitos - por meio do Sistema Nacional de Juventude – apontando mais uma alternativa para avançar em um dos questionamentos dos jovens rurais explicitados ao longo das Conferências: a efetividade das políticas públicas. Isso porque, conforme analisado e relatado nos capítulos anteriores, chama atenção a distância entre os espaços de debate e a formulação de PPJ, as legislações e a real implementação desses direitos partindo das agendas governamentais. Como afirmou o jovem Jonas Oliveira do estado da Paraíba no Filme Pé no Formigueiro, “O que nós queremos levar daqui é coisa concreta, para levar pra base, discutir no contexto daquela realidade, daquela comunidade, para colocar na prática”.

Para a demanda expressa na fala acima se tornar realidade na implementação das políticas públicas, existe a necessidade de instrumentos, orçamento e compromisso dos governos em todos os níveis. Por isso, o Sistema Nacional de Juventude pode ser o mecanismo que potencialize essa execução, pois, se implementado, permitirá clareza quanto ao papel dos entes federados na execução das políticas públicas de juventude propostas no Estatuto.

Outra dimensão refletida a partir de direitos assegurados e das demandas apresentadas é a necessidade de integração, articulação e comprometimento das diversas áreas dos governos, evitando sobreposição ou fragmentação das políticas. Tanto o Estatuto quanto as demandas apresentadas nas CNPPJ e no I Seminário apontam para a necessidade do olhar integral sobre as políticas, e isso só acontece com articulação intersetorial entre ministérios, secretarias, entes federados, nos territórios e na formulação das políticas públicas.

Outro ponto central apontado pelos jovens rurais, a luz na análise das demandas, é o da superação da falsa dicotomia entre políticas estruturantes x específicas. A profunda crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista implementado no campo brasileiro, que se traduz na concentração de terra e de renda e reproduz desigualdades sociais, econômicas e ambientais (traduzidas no capítulo 2), é permanentemente conjugada com as singularidades desses jovens. Esse fato foi

evidenciado na maioria das demandas de distribuição e reconhecimento aprovadas, propondo acesso à terra, reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, e geração de trabalho e renda, partindo de um modelo de desenvolvimento sustentável da agroecologia e da pluriatividade.

As demandas por educação e educação do campo aparecem nesse contexto e continuam o questionamento ao modelo, como visto no Capítulo 3, não deixa de enfatizar a pluriatividade e a reafirmação do espaço rural como espaço de vida, produção de cultura e conhecimento para além de espaço de produção. Nesse sentido, as conferências estão em consonância com o Estatuto da Juventude no que diz respeito ao incentivo à intersectorialidade para garantir o acesso e a qualidade da educação para os jovens rurais. Por esse caminho, a educação deixa de ser uma demanda isolada como “salvadora da pátria”, e passa a ser um direito que se conecta e se realiza por um conjunto de direitos que garante o desenvolvimento integral.

Como observado no Capítulo 2, o movimento em defesa da Educação do Campo nasce na metade da década de 1990 e se fortalece nos anos 2000, mesmo período do crescimento das PPJs e da pauta da juventude rural. Com pautas por vezes comuns e por vezes diferentes, desembocam juntas ao construírem diretrizes de políticas com olhar sobre território, processos e sujeitos específicos no ciclo investigado. Esse foi um ciclo de expansão de direitos e expansão de espaços de participação social, que contribuiu para vocalizar um conjunto de demandas que, até então, estavam ocultas no espaço público que conforma a sociedade brasileira, como enfatizado por Ribeiro et al. (2018).

Analisando o conjunto de demandas da juventude rural, é possível corroborar a análise de Ribeiro et al. (2018), quando afirmam que talvez o grande legado desse ciclo tenha sido a assunção de questões que, direta ou indiretamente, material ou simbolicamente, emergiram no cenário público, criando alterações e deslocamentos que permitiram a entrada na agenda pública de novas realidades, questões, coletivos e blocos sociais no país, impactando a representação da juventude no imaginário social.

Nesse contexto, a sociedade brasileira vê diante de um novo patamar de direitos, exposto pelas demandas juvenis e que trouxe para a espaço público novos temas, novos sujeitos e novas identidades (Ribeiro et al., 2018). No entanto, como verificado no Capítulo 3, tentar unificar o entendimento acerca da categoria juventude rural e suas identidades não deve ser sinônimo de homogeneização, pois a

diversidade de identidades, de formas de inserção laboral, demandas e necessidades desses jovens são variadas e complexas. Por isso, a contribuição desta análise, que não se esgota aqui, foi apontar que há pautas diferentes e unificadoras da juventude rural em torno da educação, seja nos espaços institucionalizados de participação social, seja em comum com os jovens não organizados, como verificado nos dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil.

Cabe também enfatizar que a defesa em torno da Educação do Campo nasce para responder a ausência da educação de qualidade e contextualizada no espaço rural, que se situa dentro de uma disputa de projeto de país. Nesse sentido, é necessário recuperar os sentidos da educação do campo apresentados no Capítulo 2, pois parece que esse sentido embasa as demandas de distribuição, reconhecimento e participação apresentadas e transformadas em resoluções pelos jovens rurais:

Quando dizemos por uma educação do campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito a educação e a escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada a história e a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não mero apêndice da escola pensada na cidade (CALDART, 2002, p.13).

Uma questão central, a luz das demandas estudadas, é que os jovens rurais requerem integralmente as premissas e o sentido da Educação do Campo, ao tempo que chamam atenção para as suas singularidades juvenis e se colocam dentro de um projeto político, de campo e de país, sinalizando que pode ser falsa dicotomia apostar que a organização e defesa em torno das suas especificidades juvenis se desloca de tal projeto.

Como visto no presente estudo, para que os temas saiam do “estado de coisas” no sentido apontado por Rua (1998), estes precisam ser nomeados e disputados na arena pública. O que a atual geração de jovens rurais pode estar apontando é que temas, até então circunscritos ao “subjetivo”, precisam andar lado a lado com suas “velhas” e não superadas demandas por terra, renda e políticas agrícolas.

Para finalizar, vale destacar que o crescimento das pautas da educação do campo, da visibilidade da diversidade da juventude rural, bem como de suas

especificidades e seus direitos, se deu num contexto de expansão da noção de cidadania e de fortalecimento e ampliação de espaços coletivos para a elaboração e disputa de direitos. Já o atual momento é de retração e visíveis retrocessos nessa agenda. O ciclo inaugurado no governo Temer, pós impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, iniciou o desmonte de várias frentes de ação e de conquistas recentes, a exemplo da aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos em educação e saúde por vinte anos, e a reforma do ensino médio, apresentada pela Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017. E, ainda, do enfraquecimento do CONJUVE e a diminuição do status e dos investimentos na área social e na agricultura familiar e reforma agrária (Ribeiro et al., 2018).

O ciclo estudado foi marcado por um período de alargamento da democracia do Estado brasileiro e, conseqüentemente, pela ampliação de políticas sociais. Confiou-se que o caminho para a plena cidadania não teria volta, conforme apontado por Ribeiro et al. (2018):

Contudo, diante dos retrocessos sucedidos nos últimos anos (2016 e 2017), por conta de profunda crise política que passa o Estado brasileiro, presenciase um conjunto de ameaças, no que se refere as conquistas que criaram suportes para o desenvolvimento integral da juventude brasileira. Vale sinalizar que o momento é de alerta. A arena política, aonde as políticas de juventude vinham sendo disputadas, mudou radicalmente. Considerando que, as características da arena política determinam, em grande parte, a dinâmica da vida política (instituições decisórias vigentes, configuração organizacional dos grupos, valores e/ou prioridades, estratégicas dos atores envolvidos), é hora de tentar entender as mudanças por que passa o país (RIBEIRO et al., 2018).

O ciclo de ameaças as conquistas democráticas se aprofundam após as eleições de 2018, especialmente no que tange aos direitos dos trabalhadores e das chamadas minorias políticas. O que será da PNJ neste contexto ainda é uma incógnita, se terá uma quarta Conferência de Juventude e quais conteúdos serão temáticas também permanece em aberto.

No campo das políticas para reforma agrária, agricultura familiar e camponesa, demarcação de terras indígenas e quilombolas, e na pauta ambiental, o desmonte já iniciou, com a subordinação do que sobrou do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA ao Ministério da Agricultura. Numa cruzada contra o que o

atual governo define como “educação ideológica”, com o projeto “escola sem partido” a frente, e um combate claro a escola como espaço de formação crítica e a retração do ensino superior, que segundo palavras do Ministro da Educação, “deverá ser para uma elite”; o horizonte de continuidade das disputas pela implementação das demandas da juventude rural fica mais distante. Contudo, como o alertou Ribeiro et al. (2018), é momento de compreender melhor as mudanças pelas quais passa o país, o papel dos jovens nesse contexto, a denúncia e a resistência aos desmontes nas políticas públicas, e os retrocessos nas legislações conquistadas.

Só se defende o que se conhece, o que se (re)conhece, e o que faz sentido para a vida. Portanto, os processos e as demandas traduzidas pelos jovens rurais organizados nas CNPPJ, no I Seminário Nacional e, em certa medida corroborando com os jovens rurais brasileiros a partir das percepções captadas na Agenda Juventude Brasil, podem ser um instrumento de resistência, memória e luta contra retrocessos e negação da diversidade (seja no âmbito governamental, seja no parlamento ou na sociedade), ancorados no Estatuto da Juventude, que é uma lei conquistada e que, em boa medida, conseguiu incorporar parte da previsão dos direitos demandados.

Os jovens do campo podem fazer do Estatuto da Juventude uma referência importante para lograr avanços em direção ao direito à educação, que considere suas demandas e leve em conta a sua diversidade, pois, em se tratando de jovens rurais, assegurar os direitos pensando os sujeitos de maneira integral e singular tem a ver, entre outros fatores, com o direito a escolha, com a reprodução social, com o equilíbrio socioambiental, com a geração de alimentos e segurança alimentar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena; MARTONI BRANCO, Pedro Pablo (orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu ABRAMO/Instituto da Cidadania, 2005, p. 129 - 148.

ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar Dávila. In: **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2 ed., São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40p. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1 ed., 1998. 104 p. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131546>>. Acesso em: 15/05/19.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 3, p. 819 - 822, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000300819>. Acesso em> 15/05/19.

BARCELOS, Sérgio, B.; MANSAM, Paulo. Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para debate. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sérgio Botton (orgs). **Juventude rural e políticas públicas**. Coleção Juventude - Série Estudos, n. 1, Brasília, 2014, p. 2001 - 2015. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf>. Acesso em: 15/05/19.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983, p. 112 - 121 (Entrevista). Disponível em: < <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATÂNIO, Afrânio (org.), 9 ed., Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: < <http://nepegeo.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Escritos-de-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. São Paulo/Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 136p.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP número 01/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP número 03/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Decreto 6040, de 07 de fevereiro de /2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 10/04/2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10/05/2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010.** Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm. Acesso em: 10/05/2019.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. **Gênero e agricultura familiar:** projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, Florianópolis, n. 8, p. 1 – 7, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Brumer-Pandolfo-Coradini_03.pdf>. Acesso em: 15/05/19.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosane. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Relatório de Pesquisa).

BOMENY, Helena. **Educação e desenvolvimento:** o debate dos anos 1950. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - UVG. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 10/05/19.

BITOUN, Jan. **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros:** implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. MIRANDA, C. (Org.), Brasília: IICA, 2017, 484p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22). Disponível em: <<https://www.iica.int/sites/default/files/publications/files/2017/BVE17068993p.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia da Terra:** formação de identidade e identidade de formação. In: Cadernos do ITERRA: Pedagogia da Terra. Veranópolis: Coletivo de Coordenação do Setor de Educação do MST - ITERRA, ano II, n. 6, 2002. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20Itterra%2006.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CALDART, Roseli; KOLLIG, Edgar; CERIOLI, Paulo. **Educação do campo, identidade e políticas públicas**. Brasília, n. 4, 2002 (Coleção Por Uma Educação do Campo). Disponível em: < <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf/view>>. Acesso em: 15/05/19.

CALDART, Roseli. Sobre Educação do campo. In: SANTOS, Clarisse (org.). **Por uma educação do campo**. Brasília: INCRA/MDA, p. 67 - 87, 2007. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/por_uma_educacao_do_campo.pdf>. Acesso em: 10/05/19.

CALDART, Roseli. Educação do campo. In: CALDART, Roseli, Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012, p. 257-265. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Os jovens estão indo embora?** A juventude rural e a construção de um ator político. Seropédica: Mauad (Edição Limitada), 2009. 223p. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/iicabrazil/os-jovens-esto-indo-em-bora-juventude-rural-e-a-construo-de-um-ator-politico>>. Acesso em: 15/05/19.

CASTRO, Elisa, Guaraná. **Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social**. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf>. Acesso em: 10/05/19.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012, p. 437-445. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CASTRO, Elisa Gonçalves. Pós-fácio. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria I. A. (org.). **Juventudes do Campo**, Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 277- 287.

CASTRO, Elisa Gonçalves. Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, Diógenes et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**.

Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 61-101. Disponível em: < <http://polis.org.br/publicacoes/10759-2/>>. Acesso em: 15/05/19.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1999. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 15/05/19.

COVER, Maciel. **O tranco da roça e a vida no barraco: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Campina Grande, João Pessoa, 2011. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2011%20Maciel%20Cover%20UFCB.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (orgs). **Mundo rural e política pública: ensaios interdisciplinares**, p. 97-117, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, 1998. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 15/05/2019.

CASAL, Joaquim; MERINO, Rafael; GARCIA, Maribel; QUESADA, Miguel. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva de latransición. **Papers de Sociología**, n. 79, 2005. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/record/13002>>. Acesso em: 01/02/19.

CONJUVE. **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas**. NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. 135p. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>. Acesso em: 15/05/19.

CONJUVE. **PEC da Juventude, o Brasil precisa, a juventude quer**. Boletim 42/2008, Brasília, 2010. 22p. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/153/1/CONJUVE_caderno_pec_2010.pdf>. Acesso em: 15/05/19.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985. 240p.

DELGADO, Guilherme Costa. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Guilherme Costa (org.). **Brasil Rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010, p. 32-77. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf>. Acesso: 28/09/19.

DELGADO, Guilherme Costa. **Questão agrária brasileira no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. In: RAMOS, F., L. O.; ALY JR., O. (eds.) **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Incra/Embrapa, 2005.

FERREIRA, J. L. **Educação do Campo e políticas públicas: a sustentabilidade financeira das Casas Familiares Rurais no estado do Pará**. 2015. UFRRJ. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2015/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-a-sustentabilidade-financeira-das-Casas-Familiares-Rurais-no-estado-do-Par%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 09/09/19.

GALINDO, Éryca. **Em pauta: Juventude rural e políticas públicas**. In: **Juventude rural e políticas públicas**. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sérgio Botton (orgs). **Juventude rural e políticas públicas**. Coleção Juventude - Série Estudos, n. 1, Brasília, 2014, p. 121-132. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf>. Acesso em: 15/05/19.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude, documento final**. São Paulo. 2004. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>>. Acesso em: 22/03/19.

INCRA/IPEA. **II PNERA. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640>. Acesso em: 29/03/19.

IBGE. **PNAD Contínua 2016.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo>>. Acesso em: 29/03/19.

IBGE. **Nova classificação para os espaços rurais e urbanos.** Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15003-ibge-propoe-debate-de-nova-classificacao-para-os-espacos-rurais-e-urbanos.html>>. Acesso em: 28/01/19.

IBGE. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 10/02/19.

INEP. **Notas estatísticas, censo escolar da educação básica 2017.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017, <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 20/07/19.

INEP. **Panorama da educação do campo.** Brasília. 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/sever/Downloads/Panorama%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/sever/Downloads/Panorama%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo%20(1).pdf)>. Acesso em: 06/10/18.

IPEA. **Atlas da violência 2017.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em: 27/10/19.

IPEA/INCRA. **Relatório da segunda pesquisa nacional sobre educação na reforma agrária.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640>. Acesso em: 20/10/18.

KAREN, Fátima Maciel. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/educacaoemperspectiva/article/download/6519/2677>>. Acesso em: 15/05/19.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventude em Centroamérica. In: LEON, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventude em América Latina**: políticas nacionales. Vina del Mar, Chile: Cipda, 2003.

LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Izabel Antunes. **Juventudes do Campo: Introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 17-31.

LEITE, Sérgio Pereira. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13 n. 2, p. 280-232, 2005. Disponível: < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/265/261>>. Acesso em: 15/05/2019.

LÖWY, Michel. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7 ed., São Paulo: Cortez, 2000.

MACEDO, Severine. Apresentação Estatuto da Juventude. In: SNJ e UNFPA. **Estatuto da juventude**. 2014. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>. Acesso em: 01/02/19.

MACEDO, Severine; DULCI, Luiza. Quando a Juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. In: MARTIN, Laura; VITAGLIO, Luís F. (orgs). **Juventude no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, p. 117-139, 2019.

MARCOM, Telmo. Políticas de Educação do campo: avanços e desafios. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, p. 85-105, 2012.

MDA. **Por uma educação do campo**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20n%C3%BAmero%207.pdf>. Acesso em: 20/10/19.

MEC/SECAD. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, 2007. Disponível em <file:///C:/Users/sever/Downloads/educacaocampo.pdf>. Último acesso 05 de janeiro de 2019.

MEC. **Educação do campo, marcos normativos**. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

MEC. **Site PRONACAMPO**. Disponível em: <<http://pronacampo.mec.gov.br/10-destaque/2-o-pronacampo>>. Acesso em: 03/08/19.

MOLINA, Monica Castagna. Legislação educacional do campo. In: CALDART, Roseli Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da Educação**

do campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 451-458. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 16/05/19.

MOLINA, Monica Castagna. Prefácio. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Izabel Antunes (orgs). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 13-17.

MOLINA, Monica Castagna; ROCHA, Maria Izabel Antunes. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 29/03/19.

MOLINA, Monica Castagna. In: A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: CLARISE, Santos (org.). **Por uma educação do campo**. 2007. p. 19 - 33. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20n%C3%BAmero%207.pdf>. Acesso em: 27/01/19.

MOLINA, Monica, Castagna. Legislação educacional do campo. In: CALDART, Roseli Pereira; ALENTEJANO & FRIGOTO (org). In: CALDART, Roseli Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 451-458. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 16/05/19.

NOGUEIRA, Cláudio, Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites E Contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, ano 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>>. Acesso em: 16/05/19.

NOVAES, Beto; PITREZ, Maria C. **Pé No Formigueiro**. SNJ e MDA. 2014. Brasília/DF. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YsXCfi3pPQc>>. Acesso em: 27/02/2019.

NOVAES, Regina. **As juventudes e a luta por direitos**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>>. Acesso em: 28/02/18.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias. In: BEOZZO, Jose Oscar; FRANCO, Cecília B. (org.). **Juventudes em**

Foco. 1 ed., São Paulo: Paulus, 2013, v. 1, p. 39-74. Disponível em: < <http://diretoriodepesquisasnj.ibict.br/vivo/display/n2020>>. Acesso em: 16/05/19.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6 – 15, 2007.

NOVAES, Regina. Juventude: Políticas Públicas, conquistas e controvérsias. In: BEOZZO, Jose Oscar; FRANCO, Cecília B. (org.). **Juventudes em Foco.** 1 ed., São Paulo: PAULUS, 2013, v. 1, p. 39-74.

NOVAES, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes. **Agenda Juventude Brasil:** leituras sobre uma década de mudanças. UNIRIO, 2015. Disponível em: < <http://polis.org.br/publicacoes/10759-2/>>. Acesso em: 16/05/19.

NOVAES, Regina. **Batalhas periféricas:** juventudes, poéticas e espaço público. RJ. 2018. Disponível em: < https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=81&impressao>. Acesso em: 16/05/19.

NOVAES, Regina. O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites. In: MONTECHIARE, Renata; MEDINA, Gabriel (orgs.). **Juventude e educação:** identidades e direitos. São Paulo: FLACSO, 2019. p. 07-19.

OIT. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.** Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/antdj.pdf>>. Acesso em: 31/01/19.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz, Carlos. Engajamento, educação e trabalho Demandas da Juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100127>. Acesso em: 16/05/19.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine, C. Notas sobre dez anos de Políticas Públicas de Juventude no Brasil (2005-2015): ciclo, agendas e riscos. **Revista de Ciências Sociais. Jovens e políticas públicas em América Latina**, v. 31, n. 42, 2018.

RUA, Maria G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: CNPD (org). Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v. 2, 1998. p.

731-749. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/366755225/As-Politicas-Publicas-e-a-Juventude-Dos-Anos-90>>. Acesso em: 16/05/19.

SANTOS, Clarisse; OLIVEIRA, César J. Educação na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento na reforma agrária. In: CLARISE, Santos (org). **Por uma educação do campo**. 2007, p. 67 - 87. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20n%C3%BAmero%207.pdf>. Acesso em: 27/01/19.

SANTOS, Clarisse, A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (org). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 629-639. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 16/05/19.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Orgs.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1 ed. Quito/Equador: Ed. Flacso. Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006>>. Acesso: 28/03/19.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda, Aparecida de. Homens que migram mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda, Aparecida de. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Caderno de resoluções da 1ª e 2ª Conferência Nacional de Juventude**. 2008. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conferencia/edicoes-anteriores/>>. Acesso em: 27/02/19.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório com propostas finais aprovadas. Segunda Conferência Nacional de Juventude**. 2011. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/120/1/SNJ_CONF_2_propostas_finais_2011.pdf>. Acesso 27/02/19.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Resolução final da terceira Conferência Nacional de Juventude**. 2015. Disponível em:

<<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf>>. Acesso em: 27/02/19.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Balço de gestão 2011/2014**. Disponível em: <https://issuu.com/assessoriadejuventudemda/docs/balanco_gestao_snj_2011-2014>. Acesso em: 28/01/19.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação Juventude, conceitos fundamentais**. Disponível em: <[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/2854/Caderno - Conceitos Fundamentais EJ.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/2854/Caderno_-_Conceitos_Fundamentais_EJ.pdf)>. Acesso em: 26/11/18.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da juventude**. 2013. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>>. Acesso em: 01/02/19.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil (2005). In: Fundação Perseu Abramo. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16/05/19.

SOUTO, Ana, L.S. Uso do tempo livre e acesso à cultura. In: PINHEIRO, D. et al. (Orgs.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p.191-215.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sérgio Botton (orgs). **Juventude rural e políticas públicas**. Coleção Juventude - Série Estudos, n. 1, Brasília, 2014. p. 178-199.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. In: DELGADO, Nelson, G. (org). **Brasil Rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010. p. 79-100. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf.> Acesso em: 28/03/19.

WESHEIMER, Nilson. **Juventude rural**: mapa de estudos recentes. MDA/NEAD. 2005. Disponível em;

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-lt_Juventudes_rurais_map-1655238.pdf>. Acesso em: 01/02/2019.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Izabel Amtunes (Orgs.) **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 31-53.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004>. Acesso em: 16/05/19.

ANEXOS

Anexo A – Resumo da resolução da 1º Conferência Nacional de Juventude - “Levante sua bandeira!”, ocorrida no ano de 2008, com categorização e subcategorização das demandas.

Resoluções	Classificação	Subcategorias
Efetivar a educação do e no campo, implantando as DOEBC, garantindo infraestrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assuma os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas da sociedade, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa.	Demandas de distribuição e reconhecimento	1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Currículo; 3) Legislação educacional; 4) Infraestrutura educacional; 5) Financiamento.
Pesquisar, reconhecer e inserir a história das PCTs no sistema educacional, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos...através da participação de representações dos PCT na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação dos professores.	Demandas de distribuição, reconhecimento e participação	1) Currículo; 2) Legislação educacional; 3) Financiamento; 4) Formação docente; 5) Intersetorialidade.
Garantir o acesso e a permanência dos PCT, em especial da juventude, no ensino superior, por meio de financiamento, residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo.	Demandas de distribuição e reconhecimento	1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Infraestrutura educacional; 3) Financiamento.

Anexo B – Resumo da resolução da 2º Conferência Nacional de Juventude - “Conquistar Direitos, desenvolver o Brasil”, ocorrida no ano de 2011, com categorização e subcategorização das demandas.

Resoluções	Classificação	Subcategorias
Consolidar políticas de educação inclusiva pela garantia da implementação das Leis 11.645/08 e 10.639/03, e das DOEBC, garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar a escolarização dos jovens com deficiência, ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e EJA, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com a oferta do PROJOVEM e do PROEJA, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos adequados, bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude garantindo a reforma curricular do ensino médio e fundamental, garantindo ensino bilíngue de Libras e Língua portuguesa para estudantes surdo, braile, filosofia, sociologia e política, aprovando o plano de reestruturação das escolas públicas proporcionando a inclusão e o acesso da juventude, em especial os jovens com deficiência ao ensino regular, fundamental, médio, integral e integrado com a educação profissional, priorizando a gestão democrática com fortalecimento dos grêmios estudantis e, principalmente, a eleição direta pra diretor. Garantindo, ainda, a assistência estudantil, a acessibilidade no transporte público gratuito.	Distribuição, Reconhecimento e participação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Currículo; 3) Legislação educacional; 4) Formação do corpo docente; 5) Gestão democrática; 6) Infraestrutura educacional; 7) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.
Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, por vagas gratuitas, com atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes da cidade, do campo, com deficiência,	Distribuição, Reconhecimento e participação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Gestão democrática.

indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros (as) e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, considerando os diferentes locais e regiões, desenvolvidas na perspectiva da educação inicial e continuada, articulada aos níveis de modalidades de ensino, garantindo mecanismos de participação popular nos conselhos gestores, tais como movimento estudantil, centrais sindicais e trabalhadores do campo, com ampliação e aprimoramento do controle social.

Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior, incluindo políticas de ações afirmativas, estabelecendo-se regulamentação para o ensino privado e políticas que garantam, de um lado, infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, valorizando as especificidades de cada região; e de outro lado, acesso e a permanência a estas instituições por jovens de baixa renda, de povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros (as), indígenas, jovens com deficiência e oriundos de escolas públicas de educação básica, garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico-racial do povo brasileiro.

Distribuição e reconhecimento

- e
- 1) Acesso e ampliação da escolarização;
 - 2) Formação do corpo docente;
 - 3) Infraestrutura educacional.

Criar e implantar o Plano Nacional de Comunicação e Juventude que contemple a criação e ampliação de Centros de Comunicação Popular, Telecentros, pontos de acesso público e o fomento a produção de mídias alternativas, com prioridade para os jovens como proponentes e produtores, incentivando mídias produzidas com metodologia de educomunicação, garantindo a expansão do acesso e a inclusão digital no campo e na cidade, ampliando o sinal de internet (banda larga) e telefonia, valorizando a cultura regional e garantindo a formação de educadores da rede

Distribuição e reconhecimento

- e
- 1) Infraestrutura educacional;
 - 2) Formação do corpo docente;
 - 3) intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.

pública, para tratar dessa questão nas escolas e universidades.

Assegurar o direito à educação contextualizada que: a) Garanta o protagonismo dos povos e comunidades na qualificação e formação continuada e diferenciada de educação, e de alunos na educação básica ao ensino superior, em cumprimento a Lei 10639/03 e 11.645/08; b) Efetivar a educação do campo, pública gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo acesso e permanência na escola superando o analfabetismo, pela implantação dos marcos regulatórios específicos de educação de campo (diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo, diretrizes complementares de 2008, Decreto 7352/2010), bem como reconhecer e financiar as escolas itinerantes e CEFFAS, regulamentar os cursos de licenciatura em educação do campo e a habilitação técnica em agroecologia, viabilizando a sua inclusão nos concursos públicos por meio de editais específicos; c) Criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região, qualificando para sua atuação, com financiamento prioritário do governo federal de projetos, gerando renda para os jovens que participam dos cursos.

Distribuição e reconhecimento

- e
- 1) Acesso e ampliação da escolarização;
 - 2) currículo;
 - 3) Legislação educacional;
 - 4) Formação do corpo docente;
 - 5) Infraestrutura educacional;
 - 6) Financiamento;
 - 7) intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Garantir o passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, através da criação de lei.

Distribuição

- 1) Financiamento;
- 2) Intersetorialidade.

Anexo C – Resumo da resolução da 3ª Conferência Nacional de Juventude - “As várias formas de transformar o Brasil”, ocorrida no ano de 2015, com categorização e subcategorização das demandas.

Resoluções	Classificação	Subcategorias
Garantir o financiamento público para manutenção e ampliação das escolas, famílias agrícolas, possibilitando ofertar PRONATEC - campo, trabalhando a pedagogia da alternância, nas esferas estaduais e federais. E implementando uma política de assistência estudantil que garanta bolsa de permanência e transporte escolar para seus estudantes, assim como sejam lançadas ações de implementação de centros de permanência de referência cultural, esporte, lazer e telecomunicações dentro de seus espaços físicos	Distribuição e reconhecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1) Financiamento; 2) Acesso e ampliação da escolarização; 3) Infraestrutura educacional; 4) intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.
Reformar a grade curricular, PPPS, material didático e estrutura física de instituições de ensino fundamental e médio que estejam dentro ou próximas de territórios de povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais, garantindo que tal reforma seja feita em conjunto com a comunidade, atendendo as prerrogativas da Educação do Campo, das leis 10639/03, 11.645/08 e do decreto 6040/07, garantindo também concursos públicos priorizando a contratação de profissionais da própria comunidade nestas instituições de ensino	Distribuição e reconhecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1) Currículo; 2) Legislação educacional; 3) Formação do corpo docente; 4) Infraestrutura educacional.
Construir e ampliar as unidades de ensino médio, profissionalizante, técnico e superior, juntamente com a ampliação da quantidade de Bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nas parcerias com sistema S, nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, PRONATEC, PRONACAMPO, PROJOVEM urbano, PROJOVEM rural, SISUTEC, SISU, PROUNI e demais programas. E que a ampliação considere as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda.	Distribuição e reconhecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Infraestrutura educacional; 3) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.

<p>Criação de centro técnico profissionalizante rural de acordo com sua região, proporcionando trabalho e renda, garantindo a permanência do jovem rural no campo, incentivando a produção e comercialização da agricultura familiar, assim como outros meios de geração de renda, priorizando a cultura local.</p>	<p>Distribuição e reconhecimento</p>	<p>e 1) Acesso e ampliação da escolarização; 2) Legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais; 3) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.</p>
<p>Desburocratizar as políticas públicas que garantam o acesso à terra, habitação, infraestruturas de produção, educação do campo, cidade e comunidades tradicionais.</p>	<p>Distribuição e reconhecimento</p>	<p>e 1) Legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais.</p>
<p>Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, com consultoria especializada para as diversas linguagens culturais. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e as demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais em escolas bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestações de contas facilitada para PCTs).</p>	<p>Distribuição e reconhecimento</p>	<p>e 1) Legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais; 2) Infraestrutura; 3) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.</p>
<p>Garantir a universalização do acesso às telecomunicações e internet gratuita e de qualidade inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, pela expansão da infraestrutura de telecomunicações e fiscalização das operadoras, da disseminação de Telecentros públicos, pontos de internet livre em espaços públicos, em todas as escolas, e pacotes residenciais subsidiadas para a classe popular.</p>	<p>Distribuição e reconhecimento</p>	<p>e 1) Legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais; 2) Infraestrutura; 3) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.</p>
<p>Implantar o programa de saúde da Juventude, com garantia de acesso das juventudes rurais e comunidades tradicionais, com equipe interdisciplinar, tendo o viés da saúde mental, redução de danos e educação em saúde, promovendo</p>	<p>Distribuição e reconhecimento</p>	<p>e 1) Intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.</p>

a intersectorialidade das políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos entre outras.

Elaborar Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo.

Distribuição e reconhecimento 1) Intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Promover a educação ambiental na educação formal pública e diferenciada, como as Escolas para Povos e Populações Tradicionais, com o fortalecimento das Escolas Sustentáveis. Fortalecer as EFAS, como práticas ambientais agroecológicas e sustentáveis. Pensando alternativas associativas para as escolas família agrícola na manutenção e ampliação da 'mobilização' de recursos.

Distribuição e reconhecimento 1) Intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Reformulação do currículo e do ambiente físico da escola, adequação de modelos didáticos que contextualizem a realidade da inserção da juventude negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais, rural, pessoa com deficiência; e propor atividades extracurriculares, tais como atividades esportivas, artísticas e culturais. Além, de criar estratégias que aproximem a família e ou responsáveis para maior participação no cotidiano escolar para que, desta maneira seja estabelecida uma relação entre a comunidade, professores, alunos, responsáveis, incluindo a participação como elemento condicionante da inclusão ou continuidade em programas sociais.

Distribuição, reconhecimento e participação 1) Currículo; 2) Intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Promover campanhas sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, e apresentando a agroecologia como alternativa de cultivo de alimentos saudáveis para a população.

Distribuição 1) Intersectorialidade da educação com outras políticas públicas.

Anexo D – Mapeamento integral das Resoluções sobre juventude rural, educação e educação do campo aprovadas nas Conferências Nacionais de Juventude.

Primeira Conferência. “Levante sua bandeira”	Segunda Conferência. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”	Terceira Conferência. “As várias formas de mudar o Brasil”
<p>Resoluções amplas. Sem eixos.</p> <p>Efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infraestrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assuma os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa.</p>	<p>Eixo desenvolvimento integral.</p> <p>Consolidar as políticas educacionais de educação inclusiva por meio da garantia da implementação das Leis 11.645/08, 10.639/03 e o das Diretrizes Operacionais da Educação no/do campo em todos os estados e municípios bem como a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar a escolarização dos jovens com deficiência e público alvo da educação especial, ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o PROJOVEM e o PROEJA, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos e literários adequados, bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim, bem como garantindo a reforma curricular do ensino médio e fundamental, garantindo ensino bilíngue de Libras e Língua portuguesa para estudantes surdo, braile, filosofia, sociologia e política, aprovando o plano de reestruturação das escolas públicas proporcionando a inclusão e o acesso da juventude brasileira em especial os jovens com deficiência ao ensino regular, fundamental, médio, integral e integrado com a educação profissional, priorizando a gestão democrática com fortalecimento dos grêmios estudantis e , principalmente, a eleição direta pra diretor. Garantindo ainda a assistência estudantil, a acessibilidade no transporte público gratuito. Promovendo assim a</p>	<p>Eixo temático educação.</p> <p>Garantir o financiamento público para a manutenção e ampliação das escolas famílias agrícolas, possibilitando ofertar PRONATEC - campo, trabalhando a pedagogia da alternância, nas esferas estaduais e federais. E implementando uma política de assistência estudantil que garanta bolsa de permanência e transporte escolar para seus estudantes, assim como sejam lançadas ações de implementação de centros de permanência de referência cultural, esporte, lazer e telecomunicações dentro de seus espaços físicos.</p>

formação para a vida e para a cidadania dos jovens.

Pesquisar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da CAPES, CNPQ e Secretaria Nacional de Juventude, através da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação dos professores.

Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior, priorizando a interiorização de forma que em 2020 as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas, incluindo políticas de ações afirmativas estabelecendo-se regulamentação para o ensino privado e políticas que garantam, de um lado, infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa em graduação e pós-graduação, e da extensão universitária, valorizando as especificidades de cada região, e de outro lado, acesso e a permanência a estas instituições por jovens de baixa renda, de povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros e negras, indígenas, jovens com deficiência e oriundos de escolas públicas de educação básica, garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico-racial do povo brasileiro.

Reformar a grade curricular, PPPS, material didático e estrutura física de instituições de ensino fundamental e médio, que estejam dentro ou próximo de territórios de povos e comunidades tradicionais e comunidades rurais, garantindo que tal reforma seja feita em conjunto com a comunidade, atendendo as prerrogativas da Educação do Campo, das leis 10639/03, 11.645/08 e do decreto 6040/07, garantindo também concursos públicos priorizando a contratação de profissionais da própria com unidade nestas instituições de ensino.

Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de financiamento que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo.

Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação, com o atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes, da cidade, do campo, com deficiência, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros (as), e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, considerando os diferentes locais e regiões, criando instrumentos e estratégias para que as políticas no âmbito da educação profissional sejam parte integrante do sistema nacional articulado de educação, e desenvolvidas na perspectiva da educação inicial e continuada, articulada aos níveis de modalidades de ensino, garantindo mecanismos de participação popular nos conselhos gestores, tais como: movimento estudantil, centrais sindicais, trabalhadores do campo e demais movimentos sociais, com a ampliação e

Reformulação do currículo e do ambiente físico que a escola proporciona, no intuito de adequação de modelos didáticos que contextualizem a realidade da inserção da juventude negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais, rural, pessoa com deficiência; e propor atividades extracurriculares, tais como atividades esportivas, artísticas e culturais que levaram em consideração as competências e habilidades dos e das estudantes. Além, de criar estratégias que aproximem a família e ou responsáveis para maior participação no cotidiano escolar para que, desta maneira seja estabelecida uma relação entre a comunidade, professores, alunos, responsáveis, incluindo a participação como elemento condicionante da inclusão ou continuidade em programas sociais.

aprimoramento do controle social, respeitando a cidade, o campo e as pessoas com deficiência.

Criar e implantar o Plano Nacional de Comunicação e Juventude que contemple a criação e ampliação de Centros de Comunicação Popular, Telecentros, pontos de acesso público e o fomento a produção de mídias alternativas como: programas de rádio, TV, mídias impressas, rádios escolares e comunitárias e internet, com prioridade para os/as jovens como proponentes e produtores, incentivando mídias produzidas a partir de metodologia de educomunicação, garantindo a expansão do acesso e a inclusão digital no campo e na cidade, ampliando o sinal de internet (banda larga) e telefonia, valorizando a cultura regional e garantindo a formação de educadores da rede pública para tratar dessa questão nas escolas e universidades.

Eixo trabalho.

Construir e ampliar as unidades de ensino médio, profissionalizante, técnico e superior, juntamente com a ampliação da quantidade de Bolsas de pesquisa e extensão e das vagas nas parcerias com sistema S, nos programas como: menor aprendiz, jovem aprendiz, PRONATEC, PRONACAMPO, PROJOVEM urbano, PROJOVEM rural, SISUTEC, SISU, PROUNI e demais programas. E que a ampliação considere as áreas periféricas e rurais, contemplando a realidade de cada região, fomentando parcerias com o poder público e privado a fim de garantir vagas de emprego e alternativas de renda.

Eixo 2 Direito ao território:

Garantir o passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, através da criação de lei.

Criação de centro técnico profissionalizante rural de acordo com sua região, proporcionando trabalho e renda, garantindo a permanência do jovem rural no campo, incentivando a produção e comercialização da agricultura familiar, assim como outros, meios de geração de renda, priorizando a cultura local.

Desburocratizar as políticas públicas que garantam o acesso a terra, habitação, infraestruturas de produção, educação do campo, cidade e comunidades tradicionais.

Assegurar o direito a uma educação contextualizada que: a) Garanta o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais (reconhecidos e não reconhecidos) na qualificação e formação continuada e diferenciada de educação e de alunos na educação básica ao ensino superior, em cumprimento a lei 10639/03 e 11.645/08; b) Efetivar a educação do e no campo, publica gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e superior), garantindo acesso e permanência na escola superando

Eixo temático cultura.

Garantir a construção, manutenção, ampliação e requalificação dos equipamentos culturais, promovendo a acessibilidade, sustentabilidade e participação social nas periferias, distritos, zonas rurais, comunidades tradicionais, povoados e assentamentos, descentralizando as ações de juventude e oferecendo espaços adequados, bibliotecas, sob consultoria especializada, para as diversas linguagens culturais: teatro, audiovisual, hip hop, dança, artes, artesanato, música, poesia

o analfabetismo, através da implantação dos marcos regulatórios específicos de educação de campo (diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo, diretrizes complementares, 2008, decreto 7352/2010), bem como reconhecer e financiar as escolas dos acampamentos (escolas itinerantes) e centros familiares de formação por alternância (CEFFAS), regulamentar os cursos de licenciatura em educação do campo e a habilitação técnica em agroecologia, viabilizando a sua inclusão nos concursos públicos por meio de editais específicos; c) Criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região, qualificando para sua atuação, com financiamento prioritário do governo federal de projetos, gerando renda para os jovens que participam dos cursos.

dentre outras. Viabilizando a criação e fomento de grupos culturais tais como artesãos, grupos de dança, teatro e as demais expressões artísticas e culturais, priorizando os artistas municipais e a promoção de atividades itinerantes descentralizadas, incentivando programas culturais em escolas e associação de moradores, bem como a criação de editais sob a forma de prêmios (com prestações de contas facilitada E ESPECÍFICA PARA PCTs).

Eixo temático comunicação

Garantir a universalização do acesso às telecomunicações e internet gratuita e de qualidade (acima de 50MB) inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, por meio da expansão da infraestrutura de telecomunicações e fiscalização das operadoras, da disseminação de Telecentros públicos, pontos de internet livre em espaços públicos, em todas as escolas, e pacotes residenciais subsidiadas para a classe popular.

Eixo saúde.

Implantar o programa de saúde da Juventude, com garantia de acesso das juventudes rurais e comunidades tradicionais, fomentando a aquisição de ambulâncias e ampliação do quadro médico, para atendimento específico de urgência e emergência, além de fortalecer através da RAPS nos CAPS/AD, CAPS/ADI e consultórios na rua, com equipe interdisciplinar, tendo o viés da saúde mental, redução de danos e educação em saúde, promovendo a intersetorialidade

das políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, direitos humanos entre outras.

Promover campanhas sobre os danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas escolas do campo, e apresentando a agroecologia como alternativa de cultivo de alimentos saudáveis para a população.

Eixo temático mobilidade e território

Elaborar Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo; e) cultura, esporte e lazer e f) desburocratização e aprimoramento dos programas existentes (Bolsa Jovem Rural, Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário).

Eixo temático juventude e meio ambiente

Promover educação ambiental na educação formal pública e diferenciada, como as Escolas para Povos e Populações Tradicionais, com o fortalecimento das Escolas Sustentáveis e na promoção dos programas educacionais em especial a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida-COM-VIDA. Fortalecer Escolas Familiares Agrícolas, como práticas ambientais agroecológicas e sustentáveis. Pensando alternativas associativas para as escolas família agrícola na manutenção e ampliação da 'mobilização' de recursos.

Anexo E – Mapeamento das demandas sobre educação propostas no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas.

Eixo temático	Desafios e limites	Proposições de políticas	Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural
<p>1 Eixo Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico-racial</p>	<p>Educação/formação cidadã voltada para a realidade dos povos e das comunidades tradicionais. Aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08;</p> <p>Propostas de políticas:</p> <p>Priorização da implementação da Lei nº 10.639/03, do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004;</p> <p>Garantir que o jovem seja um sujeito dos saberes tradicionais, se reconheça como cidadão brasileiro e tenha acesso à escolarização plena, formação cultural ampla e direito à formação técnico-profissional;</p> <p>Política de incentivo à formação dos professores das comunidades tradicionais.</p>		<p>Aplicação da Lei nº 10.639: utilização das redes sociais, os espaços, fóruns para divulgação e fiscalização;</p> <p>Fortalecer a participação da sociedade civil, especialmente dos jovens das comunidades tradicionais, nos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade, para acompanhamento das ações previstas na Lei nº 10.639/03.</p>
<p>2 Eixo Juventude Rural e Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual</p>		<p>Formação para jovens mulheres, educação formal e não formal, que considere o direito a corpo, sexualidade e diversidade sexual;</p> <p>Viabilizar uma educação do campo não sexista, antirracista e contra a homofobia;</p> <p>Criar creches nas comunidades rurais.</p>	
<p>3 Eixo Juventude Rural e o Trabalho Assalariado</p>	<p>A migração no período da safra impede a permanência do jovem na escola, o acesso a outras políticas e a vivência da sua condição juvenil.</p>	<p>Acesso à educação do campo, em todos os níveis de ensino, inclusive nos períodos de safra, associado a processos formativos que abordem a dimensão dos direitos humanos e trabalhistas para os (as) trabalhadores</p>	

		<p>(as) assalariados (as) rurais;</p> <p>Ampliar a oferta de ensino, por meio da pedagogia da alternância, nos territórios de migração (regiões de origem), na intenção de estimular outras oportunidades de trabalho e renda;</p> <p>Destinar bolsas de estudo para todos os jovens estudantes do campo, especialmente para que os (as) trabalhadores (as) assalariados (as) rurais possam acessar a formação em todos os níveis;</p> <p>Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do PROCAMPO e do PRONERA, assegurando a inclusão dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.</p>
<p>4 Eixo Juventude Rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda</p> <p>Neste eixo, os jovens analisaram e propuseram políticas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Jovem); Programa Nacional de Crédito Fundiário/Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT); PROJOVEM Campo; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, aparecem sugestões sobre juventude rural, educação e educação do campo, somente nos programas "PROJOVEM</p>	<p>PROJOVEM Campo:</p> <p>A política se reformulou do PROJOVEM Saberes da Terra para o PROJOVEM Campo e se reestruturou no âmbito do PROJOVEM. O público é o agricultor familiar com déficit de escolaridade, o qual tem direito a uma bolsa;</p> <p>Precisa de educadores sociais e estes recebem, ainda, uma bolsa aquém do desejado (R\$250,00 para trabalhar 22 horas);</p> <p>Precária infraestrutura;</p> <p>Não chega às comunidades;</p> <p>Necessidade de maior diálogo das Secretarias de Educação com as formulações dos movimentos sociais;</p> <p>A proposta não atende à necessidade local, prejudica a educação que existe no local;</p>	<p>Formação das turmas pelos movimentos sociais, com reconhecimento dos educadores populares e em parceria com os municípios;</p> <p>Produção de materiais regionalizados com a fiscalização do cumprimento das condicionalidades pelo poder público municipal (órgão fiscalizador ser os órgãos executores);</p> <p>Melhorar a infraestrutura do programa e aumentar a remuneração dos profissionais.</p>

Saberes da Terra e Não dá espaço aos educadores locais.
PAA e PNAE.

PAA e PNAE

Reeditar um programa similar ao consórcio social da juventude e que o projeto seja financiado pelo governo com maior tempo de execução e garantia de sua implementação pelos movimentos sociais, com recurso para investimento na unidade produtiva;

Política de cotas para que a juventude camponesa tenha acesso à universidade, assegurando bolsa permanência;

Programa de residência para os jovens recém-formados, para que retornem à sua localidade de origem com bolsa para a manutenção;

Política específica para financiar o projeto profissional dos jovens das escolas família agrícola e agrotécnica, que sejam jovens filhos de agricultores familiares ou jovens agricultores familiares.

5 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Sucessão e Perspectivas de Produção Sustentável: acesso à terra, agroecologia e condições de produção

EDUCAÇÃO: garantir os cursos de nível médio/técnico e superior para a juventude rural em toda a sua especificidade, através do PRONERA, em convênio com as IFEs, universidades federais e estaduais, e as organizações sociais credenciadas;

Garantir bolsas de estudo para a permanência do jovem nos cursos, sendo eles nas áreas das tecnologias, das ciências humanas, ciências agrárias, ciências da saúde, das engenharias;

Aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo Decreto nº 411/2010 e inclusão no

Plano Nacional de Educação de cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública no ensino em todos os níveis e modalidades;

Não fechamento das escolas do campo, e reabertura de escolas em áreas rurais;

Este eixo aponta somente desafios e limites (que na prática se misturam com proposições, mas não aparece sistematizado desta forma no relatório final).

6 Eixo Juventude Rural e a Educação do Campo	A relação com as instituições de ensino e a manutenção financeira;	Formação específica para os educadores que atuam em escolas do campo;	Construção e avaliação das políticas públicas de educação pelos jovens rurais;
	Regulamentação e reconhecimento dos cursos;	Inclusão da juventude nas condições objetivas da sociedade, com inclusão digital;	Criação de um grupo de trabalho composto por jovens rurais para discutir a educação do campo;
	Condições de mobilidade e transporte;	Construção de escolas comunitárias do campo e com educadores do próprio campo;	Espaço de participação para a juventude no espaço escolar;
	Acesso e permanência aos diversos níveis de ensino;	Utilização da pedagogia da alternância como dinâmica educacional;	Mobilização e motivação das famílias camponesas em torno das políticas educacionais e espaço de participação efetiva das famílias, descentralizado, compartilhado, democrático e deliberativo;
	Condições materiais para efetivação de uma educação de qualidade (transporte, informação e comunicação etc.);	Acabar com o fechamento das escolas do campo;	Processo de avaliação continuada e processual da implementação da política de educação do campo;
	Ausência de escolas em todos os segmentos da educação básica, principalmente ensino médio;	Escolas de ensino médio nucleadas no campo em grupos de comunidades;	Continuidade do debate de juventude rural e a criação de espaços de diálogo com a sociedade civil organizada para avaliação e construção das políticas públicas.
	Ideologia propagada pela escola da cidade como espaço de vida, isto é, currículo das escolas é descontextualizado da realidade do campo;	Projeto pedagógico que respeite a realidade e a vida dos sujeitos do campo;	
	Falta de estrutura básica devido à dificuldade de capilaridade dos recursos – eles não chegam às instituições escolares do campo;	Estímulo e incentivo aos professores que trabalham no campo;	
	Falta de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas, por parte da SECADI;	Fortalecer as escolas em alternância;	
		Fortalecer o PRONERA;	
	Garantia de projetos de capacitação, para além da escolarização, com a gestão da sociedade civil organizada;		

Estudantes do campo que vão para a cidade e ficam à mercê da marginalidade.	<p>Promover espaços para valorizar a cultura rural nas escolas;</p> <p>Criar espaço de diálogo família – estudante – educador;</p> <p>Educação pública, gratuita, de qualidade e com referência social;</p> <p>Incorporação da igualdade de gênero nas escolas;</p> <p>Campanha de quebra da dicotomia campo – cidade;</p> <p>Edital específico para concurso público de educadores para escolas do campo;</p> <p>Escolas do campo organizadas em sistema de autogestão e que a definição do gestor seja feita pelos sujeitos envolvidos com o espaço escolar;</p> <p>Categorizar e qualificar as propostas em vista da projeção a curto, médio e longo prazo;</p> <p>Construção de escolas técnicas e institutos de formação no campo;</p> <p>Realizar um diagnóstico da educação do campo no Brasil;</p> <p>Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades rurais;</p> <p>Ensino fundamental e médio nucleados no campo, limitados pelo número de estudantes;</p> <p>Ensino superior em institutos e universidades públicas em todos os territórios e com cursos definidos em conjunto com a sociedade civil organizada;</p> <p>Reconhecimento efetivo das escolas indígenas, quilombolas, de povos</p>
---	--

tradicionais, ribeirinhos e itinerantes;

Transporte escolar de qualidade para as escolas do campo;

Equiparação das experiências escolares da sociedade civil organizada às das escolas públicas;

Política estudantil (PNAE) ampla que contemple transporte, alojamento, alimentação;

Fomentar pesquisas sobre a juventude rural e a relação com sua perspectiva de estudo e formação;

Gestão compartilhada das escolas com participação ativa dos sujeitos;

Escolas organizadas em alternância com um currículo organizado em áreas do conhecimento, e que a prática dos sujeitos seja propulsora do processo de ensino/aprendizagem, que contemple questões culturais e artísticas;

Projetos de formação com movimentos e organizações sociais do campo;

Espaços de esporte em todas as escolas que estejam a serviço da comunidade;

Introduzir no ensino médio uma disciplina específica que trate da discussão da juventude rural, uma educação contextualizada.

7 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Direitos Sociais, Tempo Livre e Novas Sociabilidades: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da

Extensão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) para o campo, com a construção e melhoria de Telecentros em todas as escolas do campo, com monitoria dos jovens da própria comunidade;

Construção de bibliotecas e videotecas comunitárias e

**informação
comunicação**

e acervo com temas literários, científicos e filosóficos e materiais com ênfase nas questões agrárias;

Criação de um programa de esporte, cultura e lazer voltado para a juventude rural com formação de educadores, pagamento de profissionais da comunidade, material esportivo, infraestrutura adequada.